



**Dalila Marisa
Conceição Dias
Augusto**

**Programação Sectorial, Turismo e Áreas Rurais:
Que Abordagem?**



Dalila Marisa Conceição Dias Augusto

Programação Sectorial, Turismo e Áreas Rurais: Que Abordagem?

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, realizada sob a orientação científica do Doutor Joaquim Carlos da Costa Pinho, Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro e sob a Co-Orientação científica do Doutor Carlos José de Oliveira e Silva Rodrigues, Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

Dedico esta dissertação à minha estrela (mãe) que ilumina o meu caminho, e que me ajudou nos momentos mais difíceis a ter coragem e confiança em mim, tendo por isso, chegado a fim deste sinuoso mas enriquecedor percurso.

o júri

presidente

Prof. Doutor Carlos Manuel Martins da Costa
professor associado com Agregação da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Rui Jorge Gama Fernandes
professor associado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Prof. Doutor Joaquim Carlos da Costa Pinho
professor auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Carlos José de Oliveira e Silva Rodrigues
professor auxiliar da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Uma nota de gratidão a todos aqueles que acreditaram em mim e que directamente ou indirectamente contribuíram para a realização deste trabalho. Agradeço particularmente ao meu orientador, Doutor Joaquim Carlos da Costa Pinho, e ao co-orientador, Doutor Carlos José de Oliveira e Silva Rodrigues, pela “paciência” e disponibilidade demonstrada ao longo deste périplo, extensivo ainda, ao Doutor Carlos Costa, por ter, prontamente, atendido às minhas solicitações no desenvolvimento do percurso administrativo do presente trabalho. Agradeço também aos meus grandes amigos, Fernando Fortuna e Álvaro Cidrais, pelas críticas e sugestões apresentadas, que muito contribuíram para o meu enriquecimento.

E por último, e com muito carinho, um obrigado do tamanho do mundo para o meu filho e marido, que sacrificaram muito do seu tempo para me acompanhar nesta jornada, e ainda, um pedido de desculpas aos meus irmãos, pai e amigos por não ter estado tão presente neste período.

palavras-chave

Integração, políticas, territorial, sectorial, turismo, rural, baixa densidade, governação

resumo

O território em geral e, neste caso, o espaço rural, em particular, apresenta uma série de desafios complementares a partir do ganho de importância das noções de território e de identidade local na chamada era globalizada. Tais desafios emergem da macro envolvente de um espaço estruturado a que corresponde o território, podendo estes se traduzir numa panóplia de oportunidades que devem ser minuciosamente geridas, de forma a convergir para os processos de desenvolvimento em detrimento apenas de se visionar processos de crescimento.

Os resultados obtidos nos anteriores quadros comunitários vêm corroborar a falência de Programas de Financiamento que optaram pela visão parcial do território em detrimento da sua leitura transversal, bloqueando a integração ao nível da pluridimensionalidade e da multisectorialidade, panorama que se agrava quando se verifica esta orientação no espaço rural.

A programação sectorial ao nível da refuncionalização e funcionalidade do mundo rural perante os novos desafios que se impõem, pode ser pouco eficiente para garantir um desenvolvimento equilibrado nas dimensões que o tornam de baixa densidade. Nesta refuncionalização e multifuncionalidade, o turismo tem sido indicado por muitos autores como sendo uma actividade que pode contribuir para o desenvolvimento local em espaço rural tendo em conta o seu carácter transversal, pelo que, a partir deste contexto factual, o objecto de trabalho da presente dissertação consiste em analisar se as Políticas Sectoriais desenvolvidas e implementadas num território rural de baixa densidade a partir da noção território-projecto, modeladas pela abordagem integrada, se constituem como um Meio Facilitador para a Estruturação de uma Oferta Turística de Excelência, em caso afirmativo, sob que modelo teórico-metodológico tal condição se concretizaria. Para se demonstrar tal condição, irá se recorrer a um caso empírico - Programa de Urbanismo Comercial (URBCOM), implementado na vila de Moimenta da Beira.

keywords

Integration, political, territorial, sectoral, tourism, rural, low density, governance

abstract

The area in general and in this case, the countryside, in particular, presents a series of additional challenges from the gain of the importance of notions of territory and local identity in a globalized call. These challenges arise from the macro environment of a structured corresponding to the territory, and they may result in a range of opportunities that must be carefully managed so as to converge on developmental processes rather than just to watch the growth processes.

The results obtained in previous frameworks corroborate the failure of financing programs that have opted for partial view of the territory at the expense of reading transverse to block integration at the level of dimensionality and multisectoral, this panorama aggravated when there is this line in rural areas.

The sectoral planning at the level of functionality and re-functionalization 'of the countryside towards the new challenges they pose, may not be effective in achieving a balanced development in the dimensions that make it low density. In this re-functionalization 'and multifunctionality, tourism has been indicated by many authors as an activity that can contribute to local development in rural areas because, and this cross, it is illogical to ignore the integration of regional public policy / sectoral approach with a view to territorial as a way to trigger the endogenous development and contribute to the training of a territory and a community.

The purpose of this work dissertation is to examine whether the sectoral policies developed and implemented in a rural area of low density from the concept area project, structured on the integrated approach, it is as an enabler for the Structuring of Tourist Offer of Excellence, if so, under what theoretical and methodological model such a condition were met. To prove this condition, will use an empirical case – Programa de Urbanismo Comercial URBCOM), implemented in the village of Moimenta da Beira.

ÍNDICE

0 - INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DISCIPLINAR	16
0.1 – <i>ENQUADRAMENTO DO TEMA EM ESTUDO</i>	<i>16</i>
0.2 - <i>OBJECTIVOS.....</i>	<i>20</i>
0.2.1 - Objectivo Geral.....	20
0.2.2 – Objectivos Específicos	20
0.3- <i>HIPÓTESE DE TRABALHO</i>	<i>21</i>
1- ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO	22
1.1- <i>POLÍTICAS DE PLANEAMENTO – AS DIFERENTES ABORDAGENS E O PAPEL DA GOVERNAÇÃO.....</i>	<i>23</i>
1.1.1- Evolução do Planeamento.....	23
1.1.2- As Políticas Territoriais e as Formas de Governação.....	24
1.1.2.1- <i>O Desenvolvimento Territorial a Partir da Abordagem Top-Down e Bottom-up</i>	<i>25</i>
1.1.2.2- <i>Principais Alterações na Forma do Planeamento</i>	<i>27</i>
1.1.2.3- <i>O Papel das Abordagens na Sustentabilidade dos Territórios.....</i>	<i>30</i>
1.1.2.4- <i>A Adopção do Planeamento Estratégico no Planeamento Territorial como Garante de uma Eficiente e Eficaz Governança</i>	<i>32</i>
1.1.3- A Sustentabilidade dos Territórios Assente no Paradigma Desenvolvimento Sustentável	35
1.1.3.1- <i>A Importância da Interação Participativa na Construção dos Planos....</i>	<i>36</i>
2- AS ÁREAS RURAIS DE BAIXA DENSIDADE.....	39
2.1- <i>CONCEITO E ENQUADRAMENTO.....</i>	<i>39</i>
2.2- <i>TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE RURAIS – GERADORES DE VANTAGENS COMPARATIVAS FRUTO DAS NOVAS TENDÊNCIAS E DE UMA ABORDAGEM INTEGRADA</i>	<i>42</i>
2.2.1- Amenidades Rurais – Vantagens Comparativas.....	44
2.2.2- Serão os Territórios Rurais de Baixa Densidade Portadores de Empreendedorismo?.....	46
2.3- <i>MODELO TERRITORIALISTA NOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE</i>	<i>49</i>

2.3.1- Oportunidades Emergentes Decorrentes do Modelo Territorialista.....	53
2.4- O PAPEL DO COMÉRCIO NOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE.....	55
2.4.1- O Comércio a Nível Nacional.....	55
2.4.1.1- <i>Novas Formas de Gestão do Comércio Tradicional.....</i>	<i>57</i>
2.4.2- Comércio e Empregabilidade	59
2.4.4- O Comércio no Território de Baixa Densidade	62
2.5- O PAPEL DO TURISMO NOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE	63
2.5.1. O Modelo Territorialista Aplicado ao Turismo em Áreas de Baixa Densidade	65
2.5.2- Factores que Identificam no Turismo uma Actividade de Regeneração das Áreas de Baixa Densidade	66
2.5.2.1- <i>Razões da Atracção pelo Turismo Rural na Óptica da Procura e da Oferta</i>	<i>69</i>
2.5.3- A Integração de Políticas Públicas em Torno da Temática Turística nas Áreas de Baixa Densidade	71
2.5.4- Os Efeitos Negativos do Turismo.....	72
2.5.5- O Turismo Sustentável nas Áreas de Baixa Densidade.....	75
3- CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	80
3.1- <i>O TERRITÓRIO</i>	<i>80</i>
3.1.1- Dinâmicas Territoriais	80
3.1.2- Mobilidade, acessibilidades e transportes.....	83
3.1.3- Sistemas Ambientais.....	83
3.1.4- Sustentabilidade do Território	85
3.2- <i>ACTIVIDADES ECONÓMICAS</i>	<i>86</i>
3.2.1- Sectores Tradicionais e Competitividade	86
3.3- <i>O MUNICÍPIO E AS PESSOAS.....</i>	<i>90</i>
3.3.1- População, Formação e Educação	90
3.3.2- Mercado de Trabalho	91
3.3.3- Saúde.....	92
3.3.4- Cultura	93

4- O IMPACTO DO PROGRAMA URBCOM NO MUNICÍPIO DE MOIMENTA DA BEIRA	95
4.1- <i>O QUE É O URBCOM?</i>	95
4.2- <i>QUADRO REGULAMENTAR DO SISTEMA DE INCENTIVOS A PROJECTOS DE URBANISMO COMERCIAL – III QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO</i>	<i>96</i>
4.2.1- Legislação Aplicada no Âmbito Nacional.....	96
4.2.2- Legislação Aplicada ao Projecto de Urbanismo Comercial da Vila de Moimenta da Beira.....	97
4.3- <i>O PROJECTO DE URBANISMO COMERCIAL NA VILA DE MOIMENTA DA BEIRA</i>	<i>98</i>
4.3.1- Diagnóstico Síntese do Centro Urbano de Moimenta da Beira.....	98
4.3.2- A Visão do URBCOM – O Que Era Pretendido	101
4.3.3- O “Modus Operandi” utilizado para a Aplicabilidade do Programa URBCOM	102
4.3.4- Os Resultados Alcançados.....	108
4.4- <i>ANÁLISE DO IMPACTO DO PROGRAMA URBCOM</i>	<i>117</i>
4.4.1- URBCOM – Que Paradigma Adoptado?.....	117
5- MOIMENTA DA BEIRA - ANÁLISE INTEGRADA MULTISSECTORIAL E PLURIDIMENSIONAL NO TERRITÓRIO.....	123
5.1- <i>CASO ESTUDO.....</i>	<i>124</i>
5.1.1- A Comparabilidade do Impacto Gerado no Desenvolvimento Territorial a partir de Abordagens Distintas	124
5.1.1.1- <i>A Aplicabilidade do Modelo de Avaliação Comparativa da Intensidade da Integração.....</i>	<i>127</i>
5.2- <i>ABORDAGEM TERRITÓRIO-PROJECTO CENTRADA NO MUNICÍPIO DE MOIMENTA DA BEIRA</i>	<i>132</i>
5.2.1- A Configuração Base do Modelo e os Princípios Orientadores	132
5.2.2- O <i>Leitmotiv</i> do Município de Moimenta da Beira	134
5.2.2.1- <i>Orientação para o Turismo e Consumo urbano</i>	<i>134</i>
5.2.3- O Projecto	140
5.2.4- Coerência do projecto no âmbito sub-regional, regional e nacional	141

CONCLUSÕES.....	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	152
ANEXOS.....	169
ANEXO I.....	170
<i>Matriz Swot – Diagnóstico Prospectivo das Áreas de Baixa Densidade</i>	<i>170</i>
ANEXO II.....	173
<i>Localização dos Estabelecimentos Comerciais.....</i>	<i>173</i>
ANEXO III	175
<i>Dimensões do Modelo Endógeno a ter em conta para o Desenvolvimento Rural e Tendências emergentes comportamentais e motivacionais dos turistas</i>	<i>175</i>
ANEXO IV.....	177
<i>Localização de Moimenta da Beira num Espaço Geográfico Supra Regional.....</i>	<i>177</i>
ANEXO V.....	179
<i>Receitas e Despesas das Câmaras Municipais na Gestão e Protecção do Ambiente - 2005</i>	<i>179</i>
ANEXO VI.....	181
<i>População servida por Sistemas de Abastecimento de Água, Sistemas de drenagem de Águas Residuais e Estações de Tratamento de Águas Residuais – Ambiente, 2005.....</i>	<i>181</i>
ANEXO VII	183
<i>Índice Poder de Compra.....</i>	<i>183</i>
ANEXO VIII.....	185
<i>Contributo para a Definição de uma Tipologia Socioeconómica dos Concelhos da Região Norte.....</i>	<i>185</i>
ANEXO IX.....	187
<i>Índice de Envelhecimento do Produtor Agrícola</i>	<i>187</i>
ANEXO X.....	189
<i>População Residente e Activa com Profissão, Total e na Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura Segundo a Situação na Profissão</i>	<i>189</i>
ANEXO XI.....	191
<i>Número de Empresas com Sede nos Concelhos de Moimenta da Beira, Armamar, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca e Região do Douro segundo CAE Rev. 2, em 2003...</i>	<i>191</i>
ANEXO XII	193

<i>Empresas por município da sede, segundo CAE Rev., 31 Dez. 2006.....</i>	<i>193</i>
<i>ANEXO XIII.....</i>	<i>195</i>
<i>Proporção de Estabelecimentos com menos de 10 pessoas ao serviço, 2004</i>	<i>195</i>
<i>ANEXO XIV.....</i>	<i>197</i>
<i>Exportações Concelhias em proporção do total da Região Norte, 2004.....</i>	<i>197</i>
<i>ANEXO XV</i>	<i>199</i>
<i>Exportações de Mercadorias, 2000-2006</i>	<i>199</i>
<i>ANEXO XVI.....</i>	<i>201</i>
<i>Indicadores Demográficos</i>	<i>201</i>
<i>ANEXO XVII.....</i>	<i>203</i>
<i>N.º Médio de Anos de Escolaridade por concelho, 2001</i>	<i>203</i>
<i>ANEXO XVIII</i>	<i>205</i>
<i>Taxa de Analfabetismo por concelho, 2001</i>	<i>205</i>
<i>ANEXO XIX.....</i>	<i>207</i>
<i>Desemprego Registado NUT III Douro.....</i>	<i>207</i>
<i>ANEXO XX</i>	<i>209</i>
<i>Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por município, segundo o sector de actividade e o sexo, 2005</i>	<i>209</i>
<i>ANEXO XXI.....</i>	<i>211</i>
<i>Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por município, segundo o nível de habilitações, 2005</i>	<i>211</i>
<i>ANEXO XXII.....</i>	<i>213</i>
<i>Evolução do N.º de Declarações de IRS, (1999-2006).....</i>	<i>213</i>
<i>ANEXO XXIII</i>	<i>215</i>
<i>Centros de Saúde e suas Extensões por Município, 2005</i>	<i>215</i>
<i>ANEXO XXIV.....</i>	<i>217</i>
<i>Despesas das câmaras municipais em actividades culturais e de desporto por município, 2005</i>	<i>217</i>
<i>ANEXO XXV.....</i>	<i>219</i>
<i>Normas Específicas do Projecto de Urbanismo Comercial da Vila de Moimenta da Beira</i>	<i>219</i>
<i>ANEXO XXVI.....</i>	<i>221</i>

<i>Elementos Caracterizadores que Suportam a Candidatura para a Elaboração do Estudo Prévio.....</i>	<i>221</i>
<i>ANEXO XXVII</i>	<i>223</i>
<i>Cartografia da Área de Intervenção Aprovada no âmbito da homologação da Qualificação do Projecto Global</i>	<i>223</i>
<i>ANEXO XXVIII.....</i>	<i>225</i>
<i>Fluxograma dos Procedimentos para Aprovação de Candidaturas.....</i>	<i>225</i>
<i>ANEXO XXIX.....</i>	<i>227</i>
<i>Mapeamento do Investimento, Despesas Elegíveis e Incentivo da Candidatura da UAC</i>	<i>227</i>
<i>ANEXO XXX.....</i>	<i>229</i>
<i>Parametrização dos Critérios de Avaliação</i>	<i>229</i>
<i>ANEXO XXXI.....</i>	<i>232</i>
<i>Taxa de Variação das Dormidas, em %, 1997-2001 – Douro</i>	<i>232</i>
<i>ANEXO XXXII</i>	<i>234</i>
<i>Taxa de Variação dos Hóspedes, em %, 1997-2001 – Douro.....</i>	<i>234</i>
<i>ANEXO XXXIII.....</i>	<i>236</i>
<i>Evolução das Quotas de Mercado por NUT III, em %</i>	<i>236</i>
<i>ANEXO XXXIV</i>	<i>238</i>
<i>Taxa de Crescimento médio anual de dormidas em estabelecimentos hoteleiros entre 1995-2005 – Portugal – Norte - Douro.....</i>	<i>238</i>
<i>ANEXO XXXV.....</i>	<i>240</i>
<i>Distribuição de dormidas em estabelecimentos hoteleiros por nacionalidade (2006), Douro.....</i>	<i>240</i>
<i>ANEXO XXXVI.....</i>	<i>242</i>
<i>Composição Geográfica do Pólo de Desenvolvimento Turístico do Douro</i>	<i>242</i>
<i>ANEXO XXXVII.....</i>	<i>244</i>
<i>Área de Intervenção do Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro</i>	<i>244</i>

LISTA QUADROS

Quadro 1 - Abordagens do planeamento e desenvolvimento regionais.....	27
Quadro 2 - Estatística da Empregabilidade no sector do comércio, 2000-2006	59
Quadro 3 - Distribuição da população empregada no comércio, 2006, em %.....	60
Quadro 4 - Despesa Pública Aprovada no âmbito da homologação da qualificação do projecto global	105
Quadro 5 - Análise Comparativa do Investimento Estimado e Aprovado.....	105
Quadro 6 - Evolução da Adesão da Vertente Comercial ao Sistema de incentivos URBCOM.....	109
Quadro 7 - Valores Processados nas Várias Etapas do Processo URBCOM	112
Quadro 8 - Modelo de Avaliação Comparativa da Intensidade da Integração	128

LISTA FIGURAS

Figura 1 – Competitividade, Coesão e Direitos Sociais.....	37
Figura 2– Causalidade circular nos territórios de baixa densidade	41
Figura 3 – Tipologias de Amenidades Rurais	45
Figura 4- Esquema dos Elementos Necessários para Gerar Actividade em Territórios de Baixa Densidade.....	47
Figura 5-Contínuo de Trajectórias do Desenvolvimento Rural.....	53
Figura 6-Esquema dos Elementos Necessários para Gerar Actividade em Territórios de Baixa Densidade, assente na Actividade Turística como elemento Regenerador ..	68
Figura 7 - Gestão Turística Sustentável	77
Figura 8 – Enquadramento Geográfico.....	80
Figura 9 – Estabelecimentos por Sector de Actividade.....	99
Figura 10 – Orgânica Processual do Projecto URBCOM.....	108

LISTA DE ABREVIATURAS

DGE – Direcção Geral de Empresas

DGCC - Direcção Geral do Comércio e da Concorrência

IAPMEI- Instituto de Apoio a Pequenas e Médias Empresas

INE – Instituto Nacional de Estatística

LEADER – Relações entre acções de desenvolvimento rural

NUT'S– Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PDM – Plano Director Municipal

PRIME- Programa de Incentivos à Modernização da Economia

PROCOM – Programa de Modernização do Comércio

PROVERE – Programas de Valorização dos Recursos Endógenos

QREN- Quadro de Referência Estratégica Nacional

UAC- Unidade de Acompanhamento e Coordenação

URBCOM- Sistemas de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial

WTO – World Tourism Organization

0 - INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DISCIPLINAR

0.1 – ENQUADRAMENTO DO TEMA EM ESTUDO

O território em geral e, neste caso, o espaço rural, em particular, apresenta uma série de desafios complementares a partir do ganho de importância das noções de território e de identidade local na chamada era globalizada. Tais desafios emergem da macro envolvente de um espaço estruturado a que corresponde o território, podendo estes se traduzir numa panóplia de oportunidades que devem ser minuciosamente geridas, de forma a convergir para os processos de desenvolvimento em detrimento apenas de se visionar processos de crescimento.

A concorrência entre territórios é hoje uma realidade inegável. Nas últimas décadas as políticas territoriais foram chamadas a responder aos desafios da crescente importância das unidades territoriais, da globalização, das novas formas de se planejar e projectar o espaço geográfico. Tudo isto implicou novos quadros de mudança das políticas territoriais, assim como novas formas de governação baseadas na descentralização e desconcentração de poderes, que impõem simultaneamente maiores níveis de participação mas também de responsabilização.

Os resultados obtidos nos anteriores quadros comunitários vêm corroborar a falência de Programas de Financiamento que optaram pela visão parcial do território em detrimento da sua leitura transversal, bloqueando a integração ao nível da pluridimensionalidade e da multisectorialidade, panorama que se agrava quando se verifica esta orientação no espaço rural.

A programação sectorial ao nível da refuncionalização e funcionalidade do mundo rural perante os novos desafios que se impõem, pode ser pouco eficiente para garantir um desenvolvimento equilibrado nas dimensões que o tornam de baixa densidade. Nesta refuncionalização e multifuncionalidade, o turismo tem sido indicado por muitos autores como sendo uma actividade que pode contribuir para o desenvolvimento local em espaço rural tendo em conta o seu carácter transversal, pelo que, a partir deste contexto factual, o objecto de trabalho da presente dissertação consiste em analisar se as Políticas Sectoriais desenvolvidas e implementadas num território rural de baixa densidade a partir da noção território-projecto, modeladas pela abordagem integrada, se constituem como um Meio

Facilitador para a Estruturação de uma Oferta Turística de Excelência, em caso afirmativo, sob que modelo teórico-metodológico tal condição se concretizaria. Para se demonstrar tal condição, irá se recorrer a um caso empírico - Programa de Urbanismo Comercial (URBCOM), implementado na vila de Moimenta da Beira, uma medida da programação sectorial na área do comércio.

Concertar favoravelmente o leque de oportunidades existentes num território requer uma postura diante de todos os intervenientes no processo de desenvolvimento local, devendo a este nível as forças vivas do território estabelecer o paradigma que melhor estimule a coesão na base, e a filosofia mais adequada para a sua conectividade com os outros espaços geográficos de diferentes escalas, com vista à arquitectura de complementaridades que possibilitem ensaiar uma metodologia de avaliação das *core competences* dos pequenos territórios, a fim de serem contextualizadas na sua envolvente externa e transformadas em vantagens competitivas, procurando assim fortalecer a competitividade territorial.

Foram estas questões, reflectidas e problematizadas a partir dos dados da literatura e de dados empíricos, que impulsionaram este estudo que se encontra estruturado em cinco capítulos.

O I capítulo dá enfoque ao planeamento e às implicações que as diferentes formas de governação têm na estruturação das estratégias de desenvolvimento que visam estimular a competitividade territorial. Neste contexto, fez-se um enquadramento teórico que se centra no planeamento territorial e na importância da abordagem estratégica como instrumento de apoio à gestão do território, ancorada na flexibilização sistémica que favoreça a interacção, integração pluridimensional e multisectorial e a participação da comunidade, de forma a possibilitar uma governabilidade que estimule o desenvolvimento endógeno através da capacitação da sociedade civil com vista à estruturação de um território mais coeso e com vontade de se afirmar na esfera global.

O capítulo II incide na temática das Áreas Rurais de Baixa Densidade. Aborda as debilidades desses territórios e demonstra, que apesar de serem julgados como sendo os repositórios dos aspectos negativos das dinâmicas dos mercados, são portadores de vantagens comparativas capazes de estimular o crescimento económico, porquanto, neste capítulo, também podemos compreender, que para se garantir um certo equilíbrio na dimensão económica, a dimensão social e ambiental não podem ser descuradas, sob pena

das fragilidades e a dependência das forças e factores externos aumentarem. Encontra-se assim plasmado neste capítulo, a utilização de uma abordagem territorial e integrada como forma de se tirar partido das especificidades destes territórios e das respectivas sinergias que possam ser criadas, considerando-se a actividade turística neste contexto promissora para ajudar a impulsionar as economias rurais tendo em conta o seu carácter transversal e os efeitos multiplicadores que gera, podendo fazer desencadear um processo de desenvolvimento que se pretende sustentável.

Apesar das inúmeras contribuições virtuosas que se podem fazer nos territórios de baixa densidade tendo em conta o seu quadro funcional, este capítulo debruça-se com maior incidência na área comercial e turismo, justificando-se a primeira como sendo o ponto de partida da presente dissertação por um lado, e por outro a necessidade de se demonstrar outras funções do comércio nas áreas rurais para além da função económica; o turismo surge com enfoque, pelas razões já mencionadas e que teremos oportunidade de detalhar neste capítulo.

O III capítulo não tem por objectivo efectuar uma descrição exaustiva e pormenorizada do território alvo desta dissertação; pretende de forma clarividente demonstrar o posicionamento do município na região onde está inserido (NUT III Douro), recorrendo-se para o efeito a um conjunto de indicadores que nos permitem fazer a leitura integral do território e verificar, que apesar da região ter sido alvo de acontecimentos épicos ao longo de séculos de história eclesiástica, civil e militar não consegue, contudo, fazer frente aos desafios que se impõem ao território nas últimas décadas, realidade facilmente perceptível na resenha caracteriológica que se efectua e que nos permite identificar que estamos perante um território de baixa densidade.

O capítulo IV incide sobre o caso de estudo da dissertação – o Programa URBCOM. Pretende-se demonstrar o impacto e os resultados de uma medida de programação sectorial nos territórios rurais de baixa densidade com vocação turística, tendo-se efectuado para o efeito uma análise documental e comparativa dos estudos previsionais (estudo prévio e global) e dos resultados operacionalizados, entrevista a comerciantes promotores de candidaturas e não promotores e ao poder local, bem como a verificação do cumprimento dos objectivos, a fim de se perceber qual o paradigma utilizado a montante e a jusante no Programa URBCOM.

E por último, o V capítulo versa sobre o modelo teórico metodológico de integração da programação sectorial como forma de se tirar partido da complementaridade das políticas territoriais e sectoriais em áreas rurais de baixa densidade, modelo este desenvolvido assente na abordagem territorial como factor indutor de se potenciar o desenvolvimento endógeno, onde as novas formas de governação se harmonizam com uma acção territorializante que prima pela integração.

Espera-se que esta dissertação possa dar um contributo na área da programação sectorial orientada para as áreas rurais de baixa densidade com vocação turística, seja ela da vertente comercial ou não, assumindo-se que através do turismo estes territórios podem reunir condição para estimular o desenvolvimento local e servir de elo integrador da programação sectorial.

0.2 - OBJECTIVOS

0.2.1 - Objectivo Geral

A investigação conducente à realização da presente dissertação tem como objectivo geral analisar se as Políticas Sectoriais desenvolvidas e implementadas num território rural de baixa densidade a partir da noção território-projecto, modeladas pela abordagem integrada, se constituem como um Meio Facilitador para a Estruturação de uma Oferta Turística de Excelência, em caso afirmativo, sob que modelo teórico-metodológico tal condição se concretizaria. Para se demonstrar tal condição, irá se recorrer a um caso empírico - Programa de Urbanismo Comercial (URBCOM), implementado na vila de Moimenta da Beira.

Visa-se assim aferir por um lado a sectorialidade do Programa URBCOM através da análise do seu método conceptivo e operacional, impactos e resultados, e por outro, aferir que os territórios rurais de baixa densidade com especificidades marcadamente de vocação turística devem integrar a programação sectorial como um meio facilitador para a estruturação de uma oferta turística de excelência dentro de uma abordagem integrada.

0.2.2 – Objectivos Específicos

- Demonstrar que a governação (ascendente/descendente) gera um contributo para a capacitação de um território;
- Demonstrar que o turismo em territórios rurais de baixa densidade com vocação turística deve estar no centro da sua estratégia competitiva;
- Demonstrar que a abordagem territorializante e integrada pode contribuir para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais de baixa densidade em espaço rural;
- Demonstrar que a programação sectorial implementada de forma isolada e casuisticamente não oferece mais valias para o território;
- Demonstrar que a fase conceptiva e implementativa do URBCOM deveria ter estimulado negócios com características endógenas que oferecessem

vantagens comparativas, viabilizando a interacção virtuosa entre o comércio e o turismo na construção de uma identidade própria do comércio tradicional;

0.3- HIPÓTESE DE TRABALHO

As Políticas Sectoriais desenvolvidas e implementadas num território rural de baixa densidade a partir da noção território-projecto, modeladas pela abordagem integrada, constituem-se como um Meio Facilitador para a Estruturação de uma Oferta Turística de Excelência?

1- ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

A última década do séc. XX foi propícia a notórias mudanças no âmbito da governação territorial. De uma governação mais centralizada tomou lugar uma estrutura mais próxima dos cidadãos, fruto da ocorrência de uma descentralização e desconcentração das funções governamentais para o nível regional e local, trazendo consigo novos e mais compromissos, responsabilidades e maior poder de decisão para os níveis de hierarquia inferior. Este quadro surge após uma retrospectiva dos resultados obtidos durante as últimas décadas, cujas ilações foram conducentes à existência de uma transferência de competências para um âmbito mais localizado, à qual está subjacente a respectiva tomada de decisão também mais localizada.

No entendimento de Mafra e Silva (2004), estas novas formas de governação adoptam uma cooperação transversal através do estabelecimento de parcerias entre o sector governamental e não governamental, potenciando assim uma maior eficácia e eficiência no planeamento, isto é, no processo de formulação e de implementação das políticas, onde a participação pública ganha cada vez mais maior expressividade.

Ao nível das políticas europeias e perante o insucesso do planeamento dito tradicional, a aposta recai sobre a promoção de novos arquétipos de governação territorial, que se pretendem mais interventivos e participativos pela comunidade, bem como se pretendem também mais cooperativos e coordenados com outros territórios através do estabelecimento de plataformas de entendimento de âmbito intermunicipal, regional, etc., trabalhadas comumente em torno da valorização de focos temáticos comuns a determinadas áreas geográficas, das práticas de benchmarking, entre outras acções que possam ajudar a valorizar o território em análise e a criar externalidades positivas para o seu meio envolvente. Este novo paradigma não se compadece com decretos e/ou imposições; deve ter presente uma aprendizagem colectiva em que todos sintam e se apercebam dos benefícios de uma governação participada e partilhada, condição que será efectivada quando se verificar “...a distribuição de poderes e responsabilidades entre governos centrais, regionais e das cidades, no âmbito legislativo e regulamentar, mas também a nível económico e orçamental, compreendendo este último, como é natural, o fiscal.” (Mafra e Silva, 2004).

1.1- POLÍTICAS DE PLANEAMENTO – AS DIFERENTES ABORDAGENS E O PAPEL DA GOVERNAÇÃO

1.1.1- Evolução do Planeamento

A consciencialização para a adopção de medidas que pudessem “tratar” e desenvolver o território surgiu nos anos 20 do séc. XX, fruto do crescimento exponencial que as áreas propícias à industrialização obtiveram com o advento, expansão e efeitos da revolução industrial. O espaço de vivência do Homem deixa de ser o perímetro urbano e verifica-se a necessidade de se processar a integração territorial a uma escala que não se circunscreve apenas ao seu ambiente habitual e áreas adjacentes. É neste período que a expressão planeamento do território aparece “...entendendo-se este como uma estrutura analítica e estratégica, na sua essência um conjunto coerente de políticas que estabelecem ou modificam o ordenamento territorial.” (Mafra e Silva, 2004, pág. 9).

A Revolução Industrial trouxe consigo mudanças de índole social, cultural, ambiental e económicas de grandeza inaudita que “obrigou” os poderes governamentais à adopção de medidas que pudessem regular a metamorfose. Durante três décadas (40-70) presenciou-se um consumo de massas generalizado com o surgimento de novas classes sociais (assalariados) com propensão para gastar, originando um forte crescimento quer na óptica da oferta, quer na óptica da procura.

Esta intensa dinâmica do mercado quebra por finais da década de 70, e consigo cai também o modelo organizacional do tipo “fordista” enquanto processo produtivo, política social proteccionista e a intervenção reguladora do Estado na economia.

Os anos 80 foram o marco na viragem da forma de se conceber e implementar as políticas de planeamento do território. O planeamento territorial passa a integrar o conceito de abordagem estratégica no âmbito da estruturação das políticas territoriais¹, visando o desenvolvimento equilibrado e sustentável territorial.

Os novos documentos estratégicos vêm privilegiar a criação de novos quadros territoriais onde se promove uma organização mais descentralizada e mais racional do

¹ Entende-se por políticas territoriais o conjunto de normas e intervenções ditadas ou adoptadas pela iniciativa pública, tendo em vista o ordenamento do território, isto é, a formação e o desenvolvimento dos centros urbanos, a distribuição espacial da ocupação do solo no interior dos mesmos e nas regiões envolventes e a sua utilização por parte dos diversos agentes. (Mafra e Silva, 2004: 9)

território, documentos que se regem por dois princípios orientadores e que se apresentam como desafios cruciais:

- “o princípio da descentralização – transferindo atribuições, competências e recursos para entidades de base territorial;
- o princípio da diferenciação – tratando de forma distinta situações territoriais também diferentes.” (Conferência sobre Ordenamento do Território e Revisão dos PDM, 2003),

Acresce ainda às novas formas de governação “...os princípios da cidadania, da subsidiariedade e da democracia representativa e participativa.” (Mafra e Silva, 2004).

1.1.2- As Políticas Territoriais e as Formas de Governação

Governação

A governação do território é a forma pela qual os territórios de um determinado país são administrados e as respectivas políticas implementadas, com particular referência para a distribuição de tarefas e responsabilidades entre os diferentes níveis de governo (supranacional, nacional e subnacional) e os subjacentes processos de negociação e formação de consensos. (OCDE, 2001).

O Livro Branco sobre a Governança Europeia estabelece algumas orientações, e de entre elas “...a necessidade de proceder a um afastamento de uma lógica de execução de políticas em grande parte sectorial e de passar a uma política mais coerente no âmbito da coesão territorial.” (Agenda Territorial e da Carta de Leipzig, 2006).

Tornar um território coeso e competitivo implica definir qual o modelo que nos permite atingir tal desiderato, sendo que um poderá ser de natureza claramente exógena e outro endógena, designados também de abordagem *top-down* e *bottom-up*, ou eventualmente fazer coexistir um misto de governança (*top-down/bottom-up*) onde a governabilidade assume um carácter mais próximo mas não desvinculado da administração central, adoptando o modelo endogeneizado para fortalecer a coesão interna e utilizando uma abordagem exteriorizada para irradiar os seus *outputs* e absorver as externalidades positivas, pugnando desta forma para contrariar a passividade existente num âmbito mais

localizado dando-se assim expressividade ao princípio da subsidiariedade em prol da capacitação e do estímulo à iniciativa, abordagem esta que procura a articulação e a coordenação entre os vários níveis do poder político eleito e outros organismos que se apresentam com relevância estratégica para a prossecução dos objectivos.

1.1.2.1- O Desenvolvimento Territorial a Partir da Abordagem Top-Down e Bottom-up

A filosofia da abordagem *Top-down* assenta no primado do desenvolvimento se processar de forma exógena. Os modelos centrados nesta abordagem vêem o crescimento económico como factor indutor de desenvolvimento e apresentam como um dos principais objectivos o aumento do rendimento *per capita*. O seu resultado influencia a adopção de medidas interventivas no território.

Face ao seu paradigma centralizado e não flexível, as políticas públicas são aplicadas partindo do cenário global e orientadas para o âmbito mais localizado como factor indutor de ajuda, em detrimento de uma orientação para a capacitação do território na geração de *inputs* e da sua articulação com a envolvente externa para escoamento dos seus *outputs*. Este contexto condiciona as zonas espaciais menos urbanizadas de gerarem processos de inovação por se considerar que estes são propensos às áreas geográficas que beneficiam de crescimento económico.

Por vezes julga-se que a inovação se encontra associada a grandes feitos e é necessário investimentos avultados, mas efectivamente a inovação pode ocorrer de forma pouco dimensionada e proporcionar grandes mudanças, possibilitando, em consequência, a geração de uma causalidade cíclica de inovações e subsequentemente um meio inovador de grande valia nas áreas menos urbanizadas, como por exemplo o contexto rural.

A abordagem *top-down* possui um carácter que não se compadece com a territorialidade, apresentando acções de carácter redistributivo como forma de diminuir as assimetrias. O alvo principal das políticas centra-se nos projectos de escala sendo definidas prioridades a partir do centro, não sendo por isso uma actuação que se coadune com o princípio da subsidiariedade.

A focalização no desenvolvimento endógeno faz emergir novas formas de governação - abordagem *bottom-up*, modelo que visa a construção partilhada e participada

de uma nova visão para o território. Perestrelo (2002) fala mesmo numa “...avaliação interactiva que funciona como um mecanismo de controlo/avaliação dos resultados”.

Ao princípio da descentralização reconhecido pelos governantes como sendo necessário, alia-se o princípio da cidadania, da subsidiariedade e o conceito de *empowerment*² como fórmula de aumentar a dedicação e a motivação para uma causa que é comum e transversal à sociedade – o Desenvolvimento Sustentável.

A sensibilização e a auscultação substitui-se à imposição, a flexibilidade à rigidez, contempla-se o todo em detrimento da visão parcial dos processos, do território e das políticas sectoriais; questiona-se e desenvolvem-se cenários a longo prazo baseados na prospectiva, a opinião do cidadão e das forças vivas do território é considerada e são considerados parte integrante dos processos de mudança.

Porém, a governação de um território pode ocorrer a partir de uma complementaridade entre as duas abordagens, não tendo por isso de ser antagónicas. Esta complementaridade pode surgir através de uma lógica relacional instituída entre as forças vivas do território desenvolvida aos vários níveis hierárquicos (local, regional, nacional e transnacional), sendo assim uma governação que compreende uma actuação localizada como forma de capacitar o território e os agentes nele instalados, podendo ainda oferecer-se como a que melhor correspondência terá em tempo útil para minorar/eliminar as dificuldades e constrangimentos do seu espaço geográfico por um lado, e por outro, através de uma eficaz coordenação das políticas e instrumentos disponíveis para operacionalizar as políticas públicas nos diferentes patamares de gestão do território, onde a transparência, confiança e a co-responsabilização são os “ingredientes” necessários para se manter uma rede de parceiros coesa, poder contribuir para se alcançar os resultados propostos.

Esta nova abordagem surge com um novo arquétipo para fomentar a coesão social e económica, devendo ter subjacente a concepção e implementação das políticas territoriais/sectoriais assente nos seguintes pressupostos:

- Capitalizar a vocação natural de cada território como aspecto nevrálgico do processo de desenvolvimento;
- Assumir em todos os documentos orientadores das políticas territoriais o aspecto integrado e focalizado no desenvolvimento sustentável com uma orientação ascendente/descendente e descendente/ascendente no que

concerne ao retrato territorial que o estado central define e as respectivas linhas orientadoras que irão permitir que o país se afirme além fronteiras;

1.1.2.2- Principais Alterações na Forma do Planeamento

No decurso das duas abordagens anteriormente explanadas, segue-se uma descrição das principais alterações ocorridas no planeamento.

Quadro 1 - Abordagens do planeamento e desenvolvimento regionais

Aspecto ou característica	Modelo tradicional	Novo modelo
Direção dominante da política	Descendente (<i>Top-down</i>)	Descendente/ascendente (<i>Bottom-up/top-down</i>)
Modelo de governo	Centralizado	Delegado
Método de abordagem	Dominado pelo estado	Partenariado
Modelo de financiamento	Baseado nos projectos	Abordagem programática
Paradigma organizacional	Fordista	Pós-fordista
Integração das políticas	Impostas a partir do centro	Coordenação ao nível regional
Objectivos estratégicos chave	Promoção máxima do crescimento económico regional	Desenvolvimento regional equilibrado
Principal alvo das políticas	Grandes empresas transformadoras	Tamanhos e tipos diversificados de empresas

² O conceito de *empowerment* é entendido como todo o acréscimo de poder, induzido ou conquistado, que permite aos indivíduos aumentarem a eficácia da sua acção social, económica política ou cultural. (Gandra)

Instrumentos das políticas	Regulação burocrática, estímulos financeiros, serviços consultivos, prestação pública geral e indústrias nacionalizadas	Grande autonomia, algum apoio financeiro, serviços de apoio e de aconselhamento e prestação mista pública/privada/voluntária
Chaves da competitividade	Economias de escala	Inovação, funcionamento em rede e parceria
Alvo económico	Investimento do sector público	Equilíbrio entre o investimento público e privado
Conteúdo social	Reduzido e paternalista	Elevado com ênfase no papel da comunidade
Abordagem ambiental	Criar ‘espaços verdes’ de forma a atrair investimento	Amplas ideias de desenvolvimento sustentável e modernização ecológica

Fonte: ROBERTS e LLOYD, 1999: 528³

Conforme podemos constatar no quadro 1, o novo modelo de governação é modelado por uma performance que acentua o grau de proximidade, fruto do princípio da descentralização, do *empowerment* e da aplicabilidade do direito de cidadania no processo de construção do planeamento.

Ao novo arquétipo do planeamento associam-se conceitos como a inovação, pluridimensão, multissectorialidade, dinamismo, prospectiva, competitividade..., vocábulos que induzem à coexistência de uma postura pró-activa que faz com que o sector público passe a obter uma actuação estratégica, onde a sustentabilidade dos serviços disponibilizados começa a ser equacionada e desenhada de forma a satisfazer a vertente social mas sem descurar o lado económico, ainda que esta prestação possa não visar o lucro.

³ Quadro extraído da tese: “O planeamento estratégico como instrumento de desenvolvimento de cidades de média dimensão”

A OCDE (2001) também referencia no seu relatório, que tendencialmente as políticas territoriais tinham como política orientadora a atribuição de subsídios avultados como forma de despoletar o investimento, todavia, esta actuação veio bloquear a capacidade inventiva do território, considerado como um mero receptor das directrizes exteriores, aliando-se ainda a este cenário a injeção de investimento na indústria em declínio.

Perante esta análise crítica e aprofundada ao modelo de governação, a OCDE (2001) considerou ser necessário proceder a uma reformulação dos modelos de governação, designadamente ao nível regional, resultando desta feita cinco pilares que norteiam a política regional:

- “Estender as Políticas regionais a todas as regiões e não só às mais pobres;
- Procurar garantir a todas as regiões o aproveitamento máximo do seu potencial endógeno,
- Alterar gradualmente o regime de apoios,
- Desenvolver as infra-estruturas «intangíveis»;
- Compatibilizar as políticas territoriais a nível nacional com as políticas de desenvolvimento regionais e urbanas.”

Para além destes pilares, o relatório citado da OCDE defende que “...as políticas têm de ser entendidas num quadro que concilie a eficiência económica com a coesão social e o equilíbrio ecológico.”, a trilogia subjacente ao conceito de desenvolvimento sustentável.

Perante a percepção dos governantes para inoperância das políticas territoriais até então utilizadas, surge um novo paradigma que assenta nos seguintes pressupostos:

- Capitalizar a vocação natural de cada território como aspecto nevrálgico do processo de desenvolvimento;
- Assumir em todos os documentos orientadores das políticas territoriais o aspecto integrado e focalizado no desenvolvimento sustentável;
- Governar sob os princípios da coesão, equidade, descentralização, cidadania e cooperação, assumindo ainda como condição de sucesso para uma Governação mais responsável o compromisso.

Adoptar a abordagem *bottom-up* em detrimento da *top-down* ou vice-versa pode ser penalizadora, na medida em que os agentes responsáveis pelo desenvolvimento do território devem ter presente, que quando o planeamento integra um modelo de governança *bottom-up*, a ligação com os níveis hierárquicos superiores deve ser trabalhada no sentido de tirar partido das oportunidades que possam emergir das relações estabelecidas, em detrimento de uma postura de isolamento. Por outro lado, uma actuação ao nível central para aplicabilidade ao nível local poderá não “desenhar” linhas orientadoras que efectivamente demonstrem serem eficazes e eficientes para o território, podendo mesmo se revelarem desprovidas de consistência e identidade, o que pode levar a que os territórios venham a ser receptáculos de projectos e apoios. No entanto, a criação de sinergias entre as duas abordagens pode gerar um efeito simbiótico, isto é, ao nível local para além de possibilitarem a criação de um sistema interno coeso e dinâmico com o propósito de capacitar os agentes e a sociedade instalada no território para responderem aos problemas diagnosticados, a ligação com os outros níveis hierárquicos de gestão do território contribui para a existência de uma maior coerência entre as linhas orientadoras traçadas nos vários níveis hierárquicos de gestão do território, dando azo ao *cross-selling* entre regiões, facilitando também o acesso à internacionalização quando a decisão passa por uma estratégia de conquista de outros mercados geográficos.

1.1.2.3- O Papel das Abordagens na Sustentabilidade dos Territórios

Na ânsia do alcance de um território sustentável, um dos primeiros passos a ter em conta incide na análise de dentro para fora, isto é, perceber realmente quem somos, o que temos e o que podemos oferecer que se apresente como uma característica distintiva transformável em vantagem comparativa e potenciadora de tornar o território competitivo.

Para melhor se entender o conceito de sustentabilidade dos territórios recorre-se ao relatório Brutland «Our Common Future» (1987), que introduziu um novo paradigma para o desenvolvimento económico: “.... *development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs.*”

Procurar a sustentabilidade do território requer a adopção do processo de prospectiva estratégica que deve ser inter-relacionado com o processo de planeamento estratégico territorial, modelado por um carácter integrador e conduzido pela forma de

governança *bottom-up/top-down*, ao qual se associa o conceito de cidadania, descentralização e subsidiariedade.

O capital humano constitui-se como um dos pilares para fazer emergir um território sustentável. A transferência (através de relações de parceria) e a existência de infra-estruturas que possibilitem o acesso ao conhecimento permitem que a população obtenha um enriquecimento intelectual e pessoal, podendo inclusive ajudar o segmento que domina o “saber-fazer” a melhorar as suas competências. A construção de uma relação simbiótica entre o que domina o *know-how* e o conhecimento científico pode gerar efeitos positivos nas áreas rurais; se a este factor agregarmos a inovação e os recursos endógenos de carácter inimitável, poderemos estar perante um cenário de uma produção diferenciada que ao nível territorial se pode traduzir numa vantagem comparativa.

Esta ancoragem aos recursos internos permite assegurar a continuidade da identidade dos territórios e evitar que sofram pressões externas que condicionem a capacitação de conduzirem internamente o processo de desenvolvimento.

Fazer de conta que a globalização não faz parte do quotidiano de um território é erróneo; assumir que traz oportunidades e ameaças é não subestimar as mutações que ocorrem na nossa envolvente.

Se o modelo de governança assente na abordagem *bottom-up* permite uma maior flexibilização perante os desafios impostos pelas dinâmicas de mercado e uma maior participação e partilha na construção de uma visão para o território, o modelo *top-down* permite integrar uma governança mais localizada num contexto mais amplo, isto é, permite o estabelecimento de plataformas de entendimento a uma escala supramunicipal, regional, inter-regional, etc.

O desenvolvimento apoiado em parcerias são fundamentais para a criação de efeitos multiplicadores positivos e para estimular a coesão social e económica de um dado território, sendo por isso por isso importante a existência de uma estrutura de gestão localizada mas com vínculo relacional ao nível regional e central.

O potencial inventivo (muitas vezes latente) quando reconhecido e associado aos recursos endógenos com carácter distinto, são aspectos a considerar para o planeamento com vista ao desenvolvimento de um território que não beneficia de crescimento económico. A originalidade das acções e projectos inspirados nas especificidades do

território fazem despoletar vantagens comparativas, que, se atentamente trabalhadas e sob a forma de parceria, pode ajudar a tornar o território competitivo.

A governação centrada na perspectiva endógena confere a capacidade de todos se envolverem na construção de um território coeso e sustentável. Não exclui o estado das suas responsabilidades, mas acima de tudo deixa de ser ao nível central a concertação de estratégias para o âmbito localizado. “...um indivíduo desencadeia um estímulo em outros que, por sua vez, geram novos estímulos, e assim sucessivamente, originando mapas colectivos.” (Moura, 2002; Moura e Garcia Pereira, 2003, citado por Queirós, 2007).

A abordagem territorial permite criar mecanismos e linhas orientadoras de dentro para fora, beneficiando (quando a estrutura de gestão é sólida e não influenciável às pressões externas) dos impulsos externos (sem criar dependência do investimento exterior para crescer).

1.1.2.4- A Adopção do Planeamento Estratégico no Planeamento Territorial como Garante de uma Eficiente e Eficaz Governança

O planeamento dito tradicional tem demonstrado ao longo de décadas incapacidade em lidar com as novas exigências que se impõem nas dinâmicas de mercado e com as dimensões do foro das políticas públicas.

Não há uma definição universal de planeamento estratégico, embora haja um traço comum relativamente aos seus objectivos e pressupostos. Alves (2007, pág. 11) diz que “se trata de um processo através do qual uma entidade (organização, empresa território,...) estabelece uma visão para o seu futuro, define uma estratégia e um conjunto de objectivos de médio/longo prazo e identifica as acções a empreender para os atingir.”

A abordagem estratégica procura um planeamento participado e partilhado como forma de combater a verticalização dos processos e de orientar de forma eficaz e eficiente os recursos do, e para o território.

O seu carácter metodológico de integração do processo de reavaliação, monitorização e de melhoria contínua para análise do cumprimento efectivo das metas e dos objectivos reveste-se de uma maior credibilidade, pois em caso de desvio das orientações traçadas é possível introduzirem-se acções correctivas, sendo por isso a flexibilidade uma das principais características da sua base metodológica.

A ideia de gestão estratégica reporta-nos para uma gestão de longo prazo, que se pretende que seja capaz de gerar múltiplos benefícios para o território e que o ajude a descolar para o ranking da competitividade. Neste sentido, a gestão estratégica não se limita ao diagnóstico dos estrangulamentos, apresenta planos de acção que ajudam a superar e antever os constrangimentos, como também elabora programas acção considerados estruturantes para o desenvolvimento do território.

A aplicação da abordagem estratégica ao planeamento (seja ele concebido ao nível local, regional ou nacional) “...importada dos métodos de gestão e planeamento utilizados para as empresas, procura racionalizar a acção pública através da definição e implementação de um projecto comum e de objectivos de valorização, afirmação e inovação, enquadrados por uma estrutura organizativa, de participação, obtenção de consensos e constante avaliação.” (Oficina de Arquitectura, 1994, pág. 22, citado por Cabral e Marques, 1996, pág. 107).

Este processo não pode ser executado de forma linear; obedece à elaboração de um diagnóstico multisectorial e pluridimensional para melhor se poder definir o conjunto de medidas que vão ajudar a potenciar as oportunidades e a solucionar os problemas.

A função catalisadora de atracção e de retenção de fluxos será possível enquanto o território conseguir corresponder em quantidade e qualidade às dinâmicas que se processam internamente, nomeadamente, enquanto obtiver capacidade de resposta para lidar com as ameaças e oportunidades e com os seus pontos fortes e fracos.

De acordo com Lopes (2000, pág. 7) “... a competitividade deve ser um meio e não um fim em si mesma.” Na perspectiva territorialista ganha ênfase esta afirmação, por considerar que num território a existência de competitividade verifica-se quando o território é trabalhado de forma integrada e no seu todo, devendo por isso a competitividade ser um meio para se atingir o desenvolvimento sustentável.

Deste modo, a competitividade passa a fazer parte do sistema e não a ser o fim último do sistema. O fim do sistema deve, sim, passar pelo desenvolvimento socioeconómico numa perspectiva de contínuo enriquecimento humano, sem descurar em simultâneo a dimensão ambiental e o fortalecimento da rede institucional. Neste sentido a competitividade não se associa apenas ao desenvolvimento económico, vai muito mais para além desta dimensão.

Conforme pudemos verificar, a gestão estratégica pode contribuir para uma governação eficiente e eficaz. A sua cultura prospectiva, integrada, participada e de avaliação, permite contribuir para uma gestão mais cuidada dos recursos no âmbito do planeamento territorial, que por seu lado, este terá maior ou menor impacto, melhores ou piores resultados, de acordo com o tipo de governança adoptada, que também já pudemos verificar que a abordagem *bottom-up/top-down* é aquela que melhor poderá contribuir para garantir a sustentabilidade dos territórios, logo, a possibilidade de existir uma gestão eficiente e eficaz da governação.

De acordo com Fonseca et. al. “...a principal especificidade da gestão estratégica no processo de planeamento baseia-se na sua intervenção ao nível das próprias condições de desenvolvimento do território, em projectos sustentados de médio e longo prazo.”

1.1.2.4.1- Inovação – O Garante de Uma Performance Competitiva

A palavra inovar, do latim, significa “tornar novo”, “renovar”, enquanto inovação traduz o acto de inovar.

Se partirmos do pressuposto que tornar novo ou renovar algo incorremos na diferença, temos em simultâneo de tomar consciência que essa diferença só se manterá enquanto não existir concorrência capaz de fazer igual. Deter a diferença é sinónimo de que possuímos uma vantagem comparativa que pode gerar a competitividade, devendo ser “alimentada” por processos dinâmicos capazes de sustentar a posição vantajosa,

Este panorama transposto para o território poderá ser condição para se afirmar com sucesso na trajectória do desenvolvimento. Quando estamos perante um determinado espaço geográfico em que lhe é conferido uma capacidade inata de produzir novos produtos, adaptar novos processos produtivos, desenvolver configurações organizacionais e institucionais inovadoras, estamos perante uma região que tendo como pilar a inovação, usufruirá de vantagens comparativas, logo, reúne condições para ser competitiva quando estas vantagens comparativas são devidamente geridas.

A utilização do conceito de inovação aplicado ao território tem sido cada vez mais frequente. “As regiões já não entendidas como meros suportes passivos de acolhimento industrial, antes são protagonistas dinâmicos na criação de activos territoriais específicos

com base em processos inovadores, predominando a inovação territorializada”⁴ (Santos, 2005, pág. 291).

A inovação territorializada considerada de difícil inimitabilidade poderá garantir a partir de uma gestão eficaz do potencial inventivo local uma performance competitiva desde que se constate a capacidade efectiva para a recombinação de recursos, visando-se assim através de um *continuum* processo cumulativo inovador assegurar as vantagens comparativas. Porém, e apesar da acção territorializante tratar as questões de desenvolvimento de dentro para fora, o fenómeno da globalização pode tornar-se uma ameaça se “fecharmos a porta” e centrarmos apenas no nosso ambiente, uma vez que esta pode ser encarada como uma oportunidade quando nas práticas e processos inovadores desenvolvemos formas territorialmente adequadas de gestão da relação ambivalente glocal-global, podendo emergir desta relação simbiótica e dual meios inovadores.

1.1.3- A Sustentabilidade dos Territórios Assente no Paradigma Desenvolvimento Sustentável

O delinear de uma política de desenvolvimento territorial hoje, implica avaliar a montante e a jusante os benefícios que a mesma pode trazer para os *stakeholders*. Implica ainda, e alocando o pensamento do planeamento Pós-Modernismo, uma ruptura com a previsibilidade, rigidez, homogeneidade, governança clássica, bem como o difícil desafio de combinar os objectivos do desenvolvimento económico com os da sustentabilidade ambiental e equidade social.

O desenvolvimento de um paradigma desta natureza não pode, de todo, ser projectado por apenas uma franja da população que o território congrega; esta deve identificar-se com a mudança e acima de tudo querer fazer parte dela.

Os organismos responsáveis pela mudança têm vindo, com maior intensidade no ultimo decénio, a desenvolver orientações para as políticas públicas de forma a que estas convirjam para o desenvolvimento sustentável, procurando assim uma actuação no âmbito multidimensional e multisectorial, estruturada de forma partilhada e participada.

⁴ A inovação territorializada corresponde à promoção do potencial inventivo do meio social para responder às necessidades de desenvolvimento local, em contraponto à noção de inovação funcional, no sentido tradicional e estrito de inovação científico e tecnológica. (Santos, 2005, pág. 291)

É neste contexto que as novas formas de governação, em associação com a utilização do planeamento estratégico territorial nas políticas públicas, sendo este definido como “...uma forma sistemática de gerir a mudança e de criar um melhor futuro para um território. Mais especificamente, trata-se de um processo criativo que estabelece as bases para uma acção integrada a longo prazo, cria um sistema contínuo de tomada de decisões, identifica linhas de acção específicas, formula indicadores de acompanhamento dos resultados e envolve os agentes sociais e económicos locais ao longo de todo o processo” Guell (1997, citado por Alves 2007, pág.12), têm vindo a trilhar um novo caminho no desenvolvimento dos territórios, na medida em que procuram actuar e tomar decisões de forma consciente e responsável, ainda que todos saibamos que esta nova forma de estar perante o território e os outros é um processo que vai demorar a ficar enraizado e a fazer parta da nossa cultura societária.

1.1.3.1- A Importância da Interação Participativa na Construção dos Planos

São múltiplos os argumentos que sustentam a necessidade de incluir métodos de interacção participativos como uma dimensão essencial para o desenvolvimento sustentável em todos os níveis (nacional, regional e local) e em diferentes contextos sócio económicos (tanto rurais como urbanos).

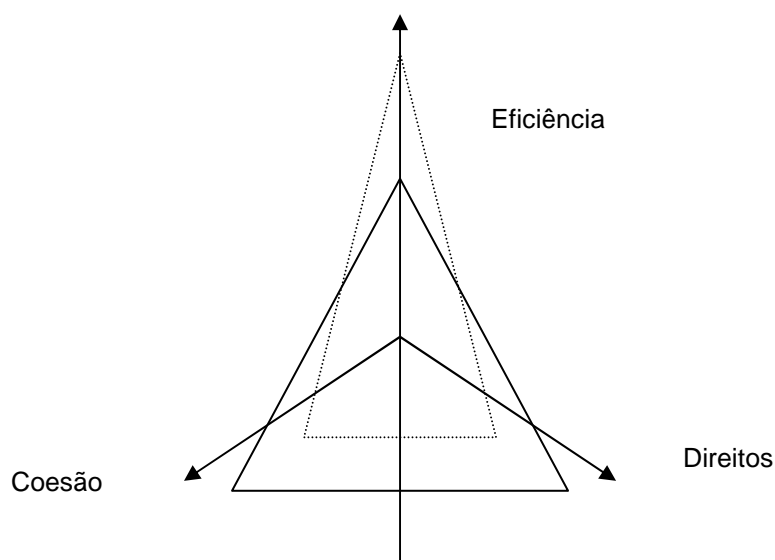
As novas formas de governação passaram a integrar, de entre outros, os princípios de proximidade, participação, parceria, cidadania e co-responsabilização, ambos consubstanciados no conceito de Subsidiariedade oriundo da Comunidade Europeia e da descentralização, permitindo assim um maior ajustamento das políticas públicas à realidade local.

Porém, esta descentralização de poderes poderá ficar seriamente comprometida se “...não for acompanhada pela reformulação das lógicas de funcionamento e de relação com o mundo político, económico e social que aprisionam os contextos locais, a capacitação da sociedade civil ficará seriamente minada.” (Gomes, 2006)

De acordo com Silva e Perna (2005), “As combinações possíveis de eficiência, coesão e direitos passam a constituir uma mais vasta área de preocupações para as políticas

com impacto nos territórios e no desenvolvimento regional.” Para explicitar esta nova perspectiva, Silva e Perna recorrem ao esquema de D. Mayes⁵:

Figura 1 – Competitividade, Coesão e Direitos Sociais



Fonte: Silva e Perna, 2005, pág. 488

Já anteriormente constatamos que para assegurar a competitividade e garantir o desenvolvimento sustentável seria necessário contínuos processos de inovação e de dinâmicas capazes de garantir elevados níveis de coesão e direitos sistematicamente assegurados, por forma a evitar o deteriorar das realizações em termos de eficiência, neste caso as relações de equidade, partilha e de participação. Desta forma, para além de se estar a garantir um desenvolvimento participado e sustentado, e por inerência o robustecimento da espessura institucional das regiões, promovesse em simultâneo a competitividade territorial, que, conforme nos dizem Silva e Perna (pág. 488, 2005) “...depende assim da própria qualidade da governância territorial e dos níveis de capital e de confiança existentes numa dada região ou território. “

A capacidade de equilibrar sustentadamente os três eixos é obtida mediante processos de aprendizagem social e institucional. Este equilíbrio obtém-se, quanto mais

⁵ MAYES, David (1995), “Conflict and Cohesion in the Single European Market”, in A.Amin e J.Tomaney, Behind the Myth of European Union – Prospects for Cohesion”, Routledge, London e New York.

estimularmos a densidade relacional e a experiência participativa na coesão e qualidade do capital social.

2- AS ÁREAS RURAIS DE BAIXA DENSIDADE

2.1- CONCEITO E ENQUADRAMENTO

O presente enquadramento não tem por objectivo efectuar uma explanação pormenorizada do conceito de áreas rurais, nem tampouco entrar no domínio da dicotomia urbano/rural e respectivos elementos caracterizadores. De forma muito ténue abordaremos um ou outro conceito que nos auxilie a efectuar um melhor entendimento da temática da baixa densidade, pois o cerne prende-se com a demonstração das oportunidades emergentes dos territórios de baixa densidade, defendida por muitos autores, como sendo o turismo.

De acordo com o Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais⁶, Abril de 2008, territórios de Baixa Densidade “...são territórios cujas economias, tradicionalmente, assentavam na agricultura e, nalguns casos pontuais, na exploração de recursos minerais ou, mais recentemente, em pequenos enclaves industriais intensivos em mão-de-obra, não sendo por isso taxativo que apenas no Interior se registem espaços de baixa densidade, ou que todo o Interior o seja igualmente.”

Considera ainda, o já referido departamento, “...que os territórios afectados pela baixa densidade são, em regra, negativamente afectados pelas dinâmicas espontâneas dos mercados, que tendem a direccionar pessoas e recursos para as zonas que beneficiam de economias de aglomeração”, ou seja, justamente aquelas onde já existe densidade de recursos humanos, empresas, infra-estruturas do conhecimento e outras, susceptíveis de gerar competitividade e processos sustentados de crescimento, contribuindo esta tendência normal dos mercados para agravar as fragilidades dos territórios que começaram num dado momento do seu ciclo de vida a perder atractividade e vitalidade.

À parca atractividade dos territórios junta-se o dilema da localização geográfica, que para além de todos os estrangulamentos de que são alvo, sofrem ainda das chamadas “deseconomias de distância”. Para José Reis, as “deseconomias de distância são criadas pelo aumento dos espaços vazios que fragmentam os actores e os recursos e que, por isso,

⁶ Edição especificamente elaborada para o PROVERE – Programa de Valorização dos Recursos Endógenos, desenvolvida pelo Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, sob a responsabilidade do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Territorial, no âmbito do enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva, podendo assumir quatro tipologias, conforme o previsto no QREN, visando, cada uma delas, estimular o surgimento de iniciativas de promoção da competitividade, coerentes e estrategicamente justificadas, integradas num programa de acção.

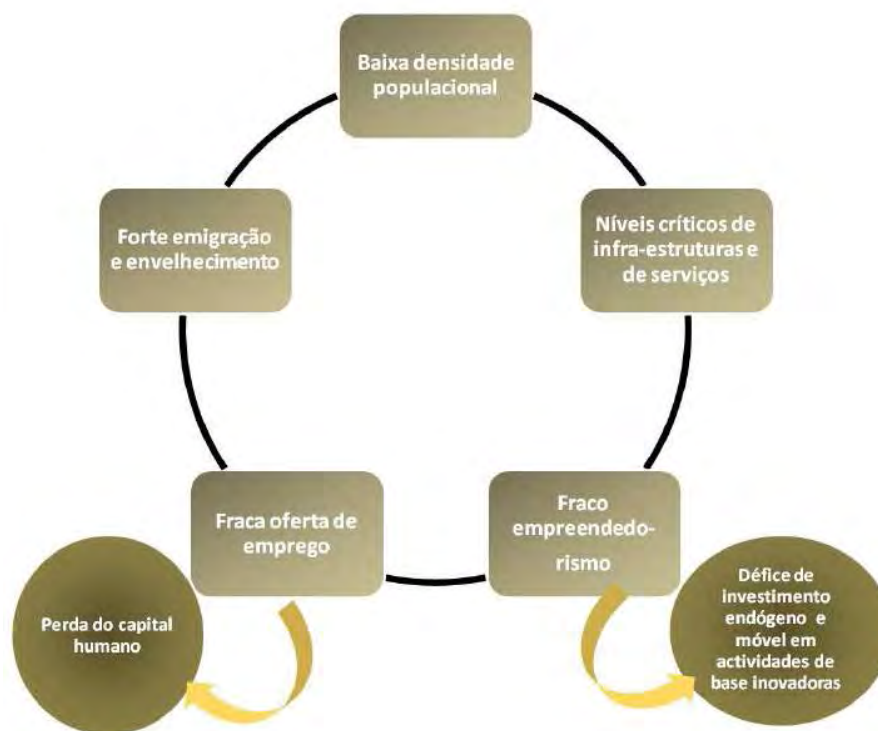
tendem a tornar cada situação local num ponto sem pontes para o vizinho mais próximo”. Ainda na sua perspectiva “a ausência de desenvolvimento nas regiões do interior é sobretudo um problema de *insularização* dos actores sociais, dos recursos, dos factores da identidade.”

A edição do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais refere 5 características que ilustram de forma objectiva o conceito de territórios de baixa densidade, sendo estas direccionadas para a existência de défice nos seguintes planos:

- Institucional;
- Relacional;
- Demográfica;
- Empregabilidade;
- Condições de valorização de mercado para os reduzidos limiares produtivos que as pequenas produções locais proporcionam.

Este quadro de circunstâncias leva à chamada causalidade circular negativa dos territórios, como nos indica a figura 2.

Figura 2– Causalidade circular nos territórios de baixa densidade



Fonte: Edição do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, 2008, pág. 5

Como podemos verificar na figura 2, os factores que provocam baixa densidade estão interligados entre si, ou seja, existe uma relação causa e efeito, um acontecimento num factor gera efeito no outro provocando um efeito cíclico, isto é, causalidade circular.

São muitos os autores que referenciam a tendência natural do mercado para gerar a desvitalização das economias e subsequentemente as disparidades regionais. Esta dualidade de economia favorável ou desfavorável existente no território ganha mais ênfase quanto mais pobre for o país. A atractividade dos territórios existe enquanto o mercado lhe reconhecer oportunidade para gerar renda, se esta condição não estiver reunida o desinvestimento será a consequência imediata e, a partir daqui, manifestam-se os efeitos da causalidade circular negativa.

2.2- TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE RURAIS – GERADORES DE VANTAGENS COMPARATIVAS FRUTO DAS NOVAS TENDÊNCIAS E DE UMA ABORDAGEM INTEGRADA

Os territórios de baixa densidade, especialmente os localizados nas zonas rurais, apesar de serem afectados negativamente pela livre actuação das forças do mercado, podem, contudo, desenvolver um conjunto de dinâmicas a partir de uma leitura integral do território adaptando-as às novas tendências societárias que conferem ao mundo rural “...valor específico hedónico, social e económico.” (OCDE, 1999, citado por Ruivo, 2007).

A crise no sector agrícola (perda de importância enquanto actividade económica primária) gerou o abandono das terras e a saída da população para as grandes urbes e outros países à procura de alternativas para o seu sustento.

Três décadas de intensa emigração geraram recessão demográfica, diminuição da produtividade e o empobrecimento dos territórios, porém, o decréscimo da actividade, fruto em parte, da menor presença do Homem, proporcionou que o espaço rural mantivesse a sua autenticidade paisagística e pouco evolutiva nos conceitos que conferem modernidade aos territórios, gerando, hoje, grandes oportunidades para a “construção” de uma oferta singular assente nos valores identitários e autóctones.

Schneider e Blume (2004) perante as novas tendências do espaço rural dizem-nos que “...a ideia de se associar o rural ao atrasado, ao isolamento e à tradição, e o urbano ao progresso, à integração e à modernidade perdeu o seu sentido.”

A matriz *Swot* apresentada no anexo 1, ajuda-nos a perceber que os territórios rurais não têm de continuar a serem percebidos como os repositórios dos aspectos negativos oriundos das dinâmicas do mercado. Através deste instrumento de diagnóstico verificamos que existe um conjunto de pontos fortes e oportunidades que podem constituir-se como uma mais valia para dar um novo ânimo às economias rurais, nomeadamente, o património natural e cultural de valia reconhecida; os produtos de base local produzidos sob modos artesanais e saudáveis que são valorizados pelos segmentos da sociedade que primam por um consumo não rotulado de *standard* ou industrializado; o “modus vivendi” actual que se tem constituído como um factor de inibição para o ser humano tirar partido das condições mais básicas da sua existência, “o meio natura”, realidade que se tem mostrado como uma

oportunidade para o espaço rural uma vez que aqui o indivíduo pode conviver com o meio natural e as suas origens, e onde pode também encontrar uma comunidade caracterizada por possuir uma autenticidade e um *know-how* com profunda ligação ao meio onde se insere e aos recursos que dispõe, entre outras vertentes que se apresentam como uma mais valia para o mundo rural conforme se pode constatar na matriz *swot*.

Apesar das ameaças e dos pontos fracos que a matriz *swot* apresenta, é notório que a partir dos pontos fortes e oportunidades o espaço rural apresenta condição para se conseguir regenerar. Ribeiro (2000, citado por Ruivo, 2007) diz-nos que “é nas regiões do interior que residem, em boa parte, as respostas às novas procuras urbanas, o que vem prefigurando múltiplas e inéditas oportunidades de relançamento económico e de reactivação social naquelas regiões.”

Fruto destas novas tendências, os recursos (naturais, culturais e patrimoniais) existentes no espaço rural designados por Amenidades Rurais⁷ começaram a ter uma importância primordial nas economias rurais. Contribuiu para esta ocorrência o facto da procura percepcionar o seu valor, despertando assim o interesse dos agentes locais para a valorização dos recursos endógenos através dos chamados processos de inovação, por forma a que a oferta seja significativamente diferenciada e de carácter inimitável.

Hoje assiste-se a um reinventar do espaço rural na tentativa de se contrariar a tendência do proteccionismo como medida capaz de resolver os problemas da agricultura e do mundo rural. Neste contexto, a criação do FEADER⁸ veio enraizar a expressão desenvolvimento rural e possibilitar, em articulação com o QREN⁹ 2007-2013 e PO¹⁰, o desenvolvimento de operações correspondentes ao novo quadro multifuncional das zonas rurais, na expectativa de as valorizar e de diversificar a sua economia.

As tendências societárias e de mercado têm vindo a evoluir num plano favorável para o mundo rural. O advento das novas tecnologias, o gosto pela natureza, hábitos saudáveis na alimentação e no plano físico, o regresso às origens, entre outras, são factores que conjugados podem contribuir para a revitalização destas áreas geográficas. Assim, enunciam-se algumas oportunidades emergentes decorrentes da metamorfose societária e de mercado:

⁷ (OCDE, 1999, citado por Ruivo, 2007)

⁸ Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

⁹ Quadro Estratégico Referência Nacional

¹⁰ Programas Operacionais

- a) O gosto pelo campo em detrimento das áreas urbanas como novas formas de ocupação do tempo de lazer;
- b) A tendência para fixar 2ª residência e em alguns casos primeira devido ao advento das novas tecnologias como suporte de comunicação e de trabalho;
- c) O espaço geográfico económico assume nova configuração; as grandes urbes perdem protagonismo e as cidades de pequena e média dimensão ganham expressividade;
- d) Um despoletar das zonas rurais e zonas periféricas para o desenvolvimento de negócios a partir do aproveitamento dos recursos endógenos;
- e) Predominância de redes colaborativas entre as pequenas e médias empresas como pressuposto base para adquirirem dimensão e os benefícios das economias de escala;
- f) Surgimento de novos negócios fruto da capitalização dos recursos existentes no território, verificando-se um incremento da empregabilidade em áreas como o turismo, produtos artesanais alimentares e não alimentares, comércio e protecção do ambiente.

A multifuncionalidade do mundo rural associada à capacidade inventiva do capital humano e estruturada de forma integrada na óptica da multisectorialidade e pluridimensionalidade, tem permitido criar dinâmicas empreendedoras de “combate” às adversidades e estreitar laços mais profundos entre o mundo rural e urbano, relação esta que não é de submissão mas de complementaridade; Schneider e Blume (2004, citado por Veiga) mencionam “...que em vez de haver uma oposição ou contradição entre o rural e o urbano, o que existe são complementaridades.”.

2.2.1- Amenidades Rurais – Vantagens Comparativas¹¹

As características até aqui apontadas no interior destes territórios são potenciadoras de satisfazer uma demanda que procura a identidade e o regresso às origens.

¹¹ O conceito de Vantagem Comparativa aqui reportado é da autoria do economista David Ricardo que defende a especialização das nações na produção dos bens em que detém vantagens específicas.

Por amenidades rurais entende-se ser “um conjunto de objectos materiais e imateriais que contribuem para que um território receba uma apreciação positiva por certos indivíduos.” (Terrasson, 2002, referido por Ruivo, 2007).

A OCDE (1999, referido por Ruivo, 2007), definiu amenidades rurais como “uma larga gama de características das áreas rurais, naturais ou produzidas pelo Homem, incluindo terrenos incultos e cultivados, monumentos históricos e mesmo tradições culturais.” O mesmo documento acrescenta, que “as amenidades distinguem-se das características mais vulgares do campo, porque se lhes reconhece valor específico hedónico, social e económico.”

Para além destes atributos identificados nas áreas rurais, as novas formas de abordagem ao território e de orientação das políticas públicas surgem de igual modo como uma oportunidade para estas zonas, nomeadamente o programa LEADER e o reconhecimento da necessidade da existência de uma Política de Desenvolvimento Rural financiada pelo FEADER que permite, dar respostas às pequenas e remotas comunidades rurais que apresentam capacidade para se refuncionalizar e para melhorar as funcionalidades nas fileiras que já demonstram possuir *know-how*.

Para mais facilmente percebermos a questão das amenidades rurais, recorreremos à inventariação apresentada pela OCDE (1999 e 2002, referido por Ruivo, 2007), tendo como eixo de diferenciação das amenidades, “...o maior ou menor grau de intervenção humana na produção das amenidades rurais...” conduzindo assim à definição de três categorias:

Figura 3 – Tipologias de Amenidades Rurais

AMENIDADES maior intervenção humana	↓	TIPOLOGIA	
		NATURAIS	De natureza quase intacta (OCDE, 1999) ou amenidades inteiramente produzidas pela natureza (OCDE, 2002)
		MISTAS	Que resultam da interacção entre natureza e homem (de modo fortuito ou voluntário)
		CULTURAIS	Produzidas essencialmente pelo homem (de modo fortuito ou voluntário)

Fonte: Adaptado por Ruivo (2007, de OCDE, 1999 e 2002)

De forma simplificada, as amenidades são os recursos existentes e disponíveis no território susceptíveis de se transformarem numa oferta inimitável, cujo valor é percebido pela oferta e pela procura.

Esta oferta inimitável traduz-se na existência de vantagens comparativas dentro do território, aumentando a probabilidade de alcançar a competitividade quando trabalhadas de forma eficaz. Assegurar a competitividade por longos períodos de tempo é contribuir para minorar/eliminar os efeitos que as causalidades cíclicas negativas provocam nos territórios, devendo as acções a serem desenhadas e implementadas no território contemplar uma competitividade que promova o desenvolvimento sustentável do espaço rural.

Para a Quercus,¹² desenvolvimento rural não é idêntico a modernização ou industrialização do espaço rural, pois estes têm como consequência "...a uniformização da paisagem e o aumento da dependência das populações de factores externos, fora do seu controlo. Um espaço rural multifuncional resulta em economias de âmbito (*economies of scope*), em que uma única actividade humana pode ter efeitos benéficos aos três níveis; económico, social e ecológico."

2.2.2- Serão os Territórios Rurais de Baixa Densidade Portadores de Empreendedorismo?

Para desenvolvermos os conteúdos deste item vamos tomar como ponto de partida a noção de empreendedorismo dada por Schumpeter (1912, citado por Favareto) na sua obra *Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung*, onde o "...empreendedorismo é visto como a construção de uma nova combinação de recursos (*putting together of a novel combination of resources*).” (Favareto). Tendo em conta esta noção, Favareto diz-nos que "...para ser empreendedor não precisa criar nada de novo, basta apenas inovar (e por vezes pequenas inovações).”

Esta condição tem-se verificado no espaço rural, uma vez que se assiste a dinâmicas empreendedoras de “combate” às adversidades que têm primado pela reinvenção do território conferindo-lhe novas funcionalidades. As novas funcionalidades resultam de novas utilizações dadas aos recursos endógenos, que podem ser de natureza material e

¹² Quercus, Parecer Plano de Desenvolvimento Rural, 30 de Maio 2006

imaterial, que depois de sujeitos a um processo de valorização podem constituir-se num compósito capaz de satisfazer uma procura heterogénea.

Colletis e Pecqueur (1995, Laxe e Cristal, 2003, referidos por Ruivo, 2007), reafirmam a diferenciação e avançam que esta “oferta com especificidade territorial (...) não susceptível de existir noutro local ou de ser copiada determinará a sua valorização, e posicionará o território de acordo com as expectativas dos seus públicos.”

Este processo de valorização das amenidades existentes no espaço rural permite que o património ganhe uma segunda vida, que a agricultura seja reinventada dando origem à produção de produtos biológicos onde a qualidade assume o expoente máximo, que o saber colectivo imaterial reflecta a identidade e dê azo à recriação de histórias e factos que deliciam visitantes, entre outras valências que funcionam como a matéria-prima disponível, que pode constituir-se como um activo para “combater” o passivo existente no mundo rural.

Independentemente das novas tendências e dinâmicas verificadas nas áreas rurais de baixa densidade, é necessário tomarmos consciência de que as vantagens comparativas só serão potenciadas se prevalecer nos territórios um comportamento actuante em conformidade com a figura 4.

Figura 4- Esquema dos Elementos Necessários para Gerar Actividade em Territórios de Baixa Densidade



Fonte: Edição do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, 2005, pág. 15.

Como podemos depreender através da figura, existe um conjunto de elementos que estão dispostos sobre a forma sistémica e que actuam numa perspectiva territorializada orientada para o mercado. O *know-how* e o conhecimento relevante existente no território susceptível de se “transformar” em actividade capaz de se traduzir numa vantagem comparativa (formando o capital simbólico), pode constituir-se como um factor gerador de competitividade quando o meio exterior lhe reconhece valor; torna-se de igual modo favorável para um determinado espaço geográfico a existência de recursos distintivos (de ordem material ou imaterial), que quando alvos de um processo criativo podem se tornar atractivos para o mercado.

Esta dualidade existente no território (capital simbólico e recursos distintivos) deve ter uma orientação para a estruturação de uma oferta “vendável” junto do mercado, isto é, o aproveitamento das potencialidades existentes com vista à revitalização socioeconómica dos territórios de baixa densidade deve ter como foco de actuação a procura.

É certo que a existência de capital simbólico com conhecimento científico nas áreas rurais de baixa densidade é uma realidade pouco ortodoxa; porém este cenário já não se processa ao nível dos recursos distintivos, que, como já tivemos oportunidade de constatar, o espaço rural é detentor de um quadro diversificado e rico, pelo que, a parceria com os organismos que promovem o conhecimento científico apresenta-se como uma solução de complementaridade e de combate às adversidades que assolam as áreas rurais de baixa densidade, tendo em conta que o “saber-fazer” ao cruzar com o conhecimento científico poderá potenciar um acréscimo de valor significativo e diferenciado nos produtos e serviços gerados dando azo à procuras locais mais sofisticadas.

Em resposta à questão dos territórios serem portadores de empreendedorismo e de possuírem capacidade de atracção, menciona-se o estudo elaborado pela OCDE (1998, citado por Martins), em que o mesmo conclui que estes territórios têm características especiais que propiciam condições favoráveis para as áreas rurais, nomeadamente:

- a) “o crescimento das economias rurais assenta em negócios já existentes e não na criação de novos negócios o que provoca menor turbulência (embora haja menos negócios a taxa de sucesso é maior do que nas zonas urbanas);
- b) por outro lado, há muitas pessoas qualificadas que migram para as zonas rurais à procura de melhor qualidade de vida e levam consigo, entre outros, o conhecimento técnico e as suas relações de negócio;

- c) por fim, a criação de negócios nas zonas rurais abrange uma grande variedade de actividades – artesanato, comércio e serviços - e o efeito multiplicador é enorme sobretudo quando o alvo são mercados externos à comunidade.”

O quadro societário actual fez emergir segmentos de mercado que têm necessidades específicas para as quais as áreas rurais apresentam atributos que podem dar resposta, tendo esta maior expressividade se tiver em linha de conta uma estratégia de actuação assente no primado da qualidade em detrimento da quantidade.

A existência destas especificidades no espaço rural, que o tornam diferente dos espaços urbanos mas apetecível para estes, permitem cimentar ligações de complementaridade entre ambos, deixando o mundo rural de ser apenas uma área de produção para ser em simultâneo área de consumo.

2.3- MODELO TERRITORIALISTA NOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE

“A problemática do mundo rural, de longe mais sentida na União Europeia, foi percebida e consciencializada com larga intensidade a partir da década de 80.” (Veiga, 2004).

Perante esta consciência colectiva foram tomadas posições consensuais para a alteração do paradigma das políticas públicas com o propósito de tornar o espaço rural competitivo perante os novos desafios que se impõem aos territórios, nomeadamente, desenvolver orientações que tenham presente o conceito da integração e a visão global do território, modeladas por novas formas de governação que têm como ponto de partida a abordagem territorial.

O modelo territorialista centra-se no desenvolvimento endógeno e coloca a tónica nos recursos instalados no território conforme nos dizem Ribeiro e Vareiro¹³ que recorrem a Pólese (1998) “...a esperança de o próprio meio local poder iniciar um processo de desenvolvimento que dê origem a uma economia regional próspera, baseada nas iniciativas e nos conhecimentos técnicos (no “saber-fazer”) dos habitantes e das empresas da região.”

A utilização eficaz das amenidades existentes no território pode criar uma relação simbiótica entre território/produto, uma vez que se torna cada vez mais frequente o recurso ao território para promover o produto e vice-versa, para tal, importa garantir o equilíbrio da

¹³ Ribeiro e Vareiro “*Turismo e Desenvolvimento Regional: O Espaço Rural como Destino Turístico*”

dimensão económica, social e ambiental sendo necessário garantir um limiar demográfico para tornar o território com vida.

A valorização dos recursos de um território passa também pelo reconhecimento da população local, devendo o planeamento integrar a elaboração de uma visão estratégica para o território onde todos se revejam e sintam que fazem parte.

Não basta ambicionarmos o sucesso de uma região ancorando-o apenas no desenvolvimento endógeno sem que para o efeito se sensibilize que para se atingir objectivos é necessário que haja uma visão colectiva onde todos tenham o perfeito conhecimento de quem é quem e quem faz o quê. Respondidas estas questões, a tendência será todos agirem em conformidade, pois sabem o papel que desempenham no sistema e pugnam para que o mesmo mantenha a trajectória do êxito, independentemente das pressões externas e dos constrangimentos que possam surgir dentro do sistema.

A Iniciativa LEADER reflecte a teoria de Pólese, sendo esta uma política europeia que surgiu como forma de tratar as problemáticas do mundo rural. Assenta na abordagem territorial como factor para gerar externalidades positivas de forma a inverter a causalidade circular negativa demonstrada na figura 2.

Para uma melhor percepção da abordagem LEADER, indica-se a seguir os seus aspectos mais importantes e inovadores (Observatório do Emprego e Formação Profissional, 2001):

- “*Territorialidade*”: promove o território e os recursos disponíveis na sua globalidade em detrimento da visão sectorial; contempla as oportunidades e as ameaças nas políticas de desenvolvimento como forma de construir cenários que permitam actuar de forma eficaz e eficiente perante as adversidades ou as potencialidades;
- “*Planeamento ascendente (bottom-up)*”: Defende a descentralização das políticas de desenvolvimento. Esta abordagem parte da base e rege-se pelos princípios da cidadania, coesão e equidade, acreditando-se que desta forma se conseguirá uma melhor adaptabilidade às necessidades locais devido à sua concepção ser endógena, logo mais versátil e flexível; o desenvolvimento intra-território não é sinónimo de isolamento, pois tem sido cada vez mais usual a instituição de plataformas de cooperação inter-territórios;

- *“Parceria:* o LEADER foi muito inovador na concretização deste conceito”. A parceria permite que os intervenientes no processo adquiram benefícios que podem ser de natureza material (por exemplo cedência de equipamento) e/ou imaterial (transferência de conhecimento), permitindo também a “discussão” sobre o planeamento e as estratégias mais adequadas para a sua operacionalização, procedimentos que têm em conta o consenso das partes;
- *Versatilidade/Adaptabilidade:* O desenvolvimento de base endógena desenvolve formas de governação mais flexíveis e menos hierarquizadas por um lado, e por outro, a riqueza é gerada a partir dos recursos disponíveis no território (humanos, naturais, etc.) o que permite uma melhor capacidade de resposta; a diversificação da economia é outro factor considerável, sendo por isso cabimentadas todas as iniciativas (pequena/média dimensão, de natureza pública ou privada) que contribuam para o sucesso do território;
- *Inovação:* a possibilidade de reinventar o espaço rural a partir das amenidades existentes estimula os processos de inovação. A utilização dos recursos naturais e culturais tem sido uma das áreas onde a inovação mais se tem verificado; novas funções que o Património tem vindo a adquirir são um dos exemplos dessa inovação, possibilitando ainda, em torno destas novas funções, fazer surgir negócios complementares que por vezes requerem pequenos investimentos. Esta capacitação do espaço rural a partir de pequenas iniciativas permite “animar” a economia rural.

Entre os aspectos mais controversos deste Programa encontram-se:

- A abordagem *bottom-up* enquanto forma de governação que se rege pelos princípios da cidadania e da descentralização apresenta-se como uma viragem na construção dos processos de planeamento. O planeamento assume um carácter participado e partilhado e é desenvolvido ao nível local onde todos assumem responsabilidades e compromissos, havendo por isso um risco menor no insucesso dos processos independentemente da sua natureza.

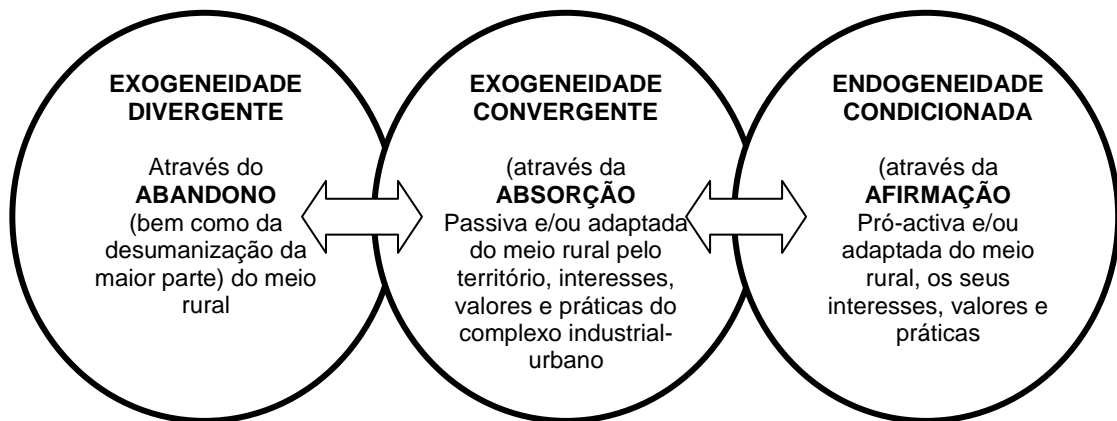
- A selecção dos investimentos tem por base o conceito discricionário. A atribuição de eventuais apoios é ponderada a partir de uma parametrização cujos indicadores devem reflectir a situação actual e pós realização do investimento.

Como sugere Pedroso (1998, pág. 52, referenciado por Santos, 2005, pág. 220), “...o verdadeiro ponto de partida dos territorialistas é a crítica de uma perspectiva de desenvolvimento que assenta na maximização das oportunidades económicas, entendidas como sendo exteriores às estratégias dos actores e aos factores culturais associados aos diferentes meios.”

Competirá aos agentes responsáveis pelo desenvolvimento determinar se o destino das áreas de baixa densidade se deve reger pela Exogeneidade Convergente, “...turvando, assim, as distinções entre o rural e o urbano, levando à absorção do rural pelo urbano (Diniz e Gerry, 2005)”; ou se porventura deve optar pela Exogeneidade Divergente, provocando o “...abandono gradual das zonas rurais, tanto por parte da população activa, como das poucas empresas aí existentes (...), transformando-a numa verdadeira terra de ninguém.” (Diniz e Gerry, 2005), todavia, há ainda a Endogeneidade, sendo “...talvez possível criar oportunidades para que a economia rural se desenvolva, de uma maneira sustentável e endógena, baseadas nas iniciativas territoriais e na consequente afirmação e concretização da autonomia local e na fixação de uma parte significativa do valor acrescentado criado” (Diniz e Gerry, 2005).

Na figura 5 verifica-se de forma objectiva o contínuo de trajectórias do Desenvolvimento Rural de Diniz e Gerry (2005).

Figura 5-Contínuo de Trajectórias do Desenvolvimento Rural



Fonte: Diniz e Gerry, Compêndio de Economia Regional, 2005, pág. 538

O território rural pode obter vantagens comparativas através de uma eficiente gestão da sua endogeneidade, dando lugar à produção de *inputs* com valor acrescentado que poderão garantir a competitividade no ambiente exógeno. Tomar como ponto de partida o modelo endógeno como factor e condição essencial para tornar um território sustentável não basta, na medida em que necessitamos do reconhecimento exógeno; é necessário que o ambiente externo valorize algo que antes não era valorizado, como por exemplo o saber fazer que ao longo dos anos viu perder importância, pois só neste quadro de actuação é que a comunidade produtora poderá sentir realização e auto-estima no saber-fazer.

À endogeneidade alia-se o paradigma *bottom-up* como pilar de governação e uma visão integrada das políticas públicas territoriais e sectoriais, porém, e conforme o já abordado, o estabelecimento das duas abordagens (*bottom-up/top-down*) revela-se mais profícua para o desenvolvimento dos territórios.

2.3.1- Oportunidades Emergentes Decorrentes do Modelo Territorialista

Campos (2008) diz-nos que “...os valores e saberes sempre foram mais bem desenvolvidos, criados e recriados, bem como conservados pelas chamadas sociedades rurais.” A industrialização e a sua herança conceptual de relações laborais, produção, negociação...invadiu e apoderou-se durante largas décadas da sociedade. A vontade de se querer produzir cada vez mais e em menos tempo veio trazer impessoalidade à produção, nascendo por isso conceitos como a padronização onde os saberes intrínsecos da

comunidade perderam valor. Volvidos anos de intenso consumismo *standard*, os consumidores procuram a autenticidade, qualidade e a identidade que há muito julgavam perdida, sendo o mundo rural o espaço eleito para esse reencontro com as origens.

O reconhecimento (em especial de potenciais consumidores residentes nas grandes áreas urbanas) das especificidades do espaço rural como meio de personificar os valores identitários e do usufruto da natureza enquanto “remédio” no equilíbrio psico-emocional, tem ajudado ao surgimento de uma nova interpretação e utilização das zonas rurais, caracterizada por valorizar a pluralidade e a diversidade.

Há autores que identificam nas amenidades rurais um motor de desenvolvimento para os territórios de baixa densidade. Veiga (2000, referenciado por Ruivo, 2007) salientou a “possibilidade de geração de emprego, captando vantagens das chamadas amenidades rurais – atractivos que importam renda de sectores urbanos.”

As tendências identificadas (algumas já consolidadas, outras apenas tenuemente reconhecidas) apontam para o aumento da procura no espaço rural nos domínios do lazer e do turismo, fruto de uma nova conceptualização de filosofia de vida onde o regresso às origens e a vontade de experienciar novas emoções ganham dimensão.

A procura da genuinidade e da ligação emocional e afectiva ao espaço rural leva a que o novo consumidor do território rural procure produtos de base local, provocando desta forma um interesse das populações locais em activarem o seu saber colectivo e inventivo para trabalharem os recursos endógenos disponíveis, constituindo-se esta oferta uma motivação para quem se desloca.

Esta nova apetência pelo espaço rural faz emergir oportunidades de negócios que noutras circunstâncias não seriam possíveis. Porém, este dinamismo só poderá assumir a forma de causalidade circular positiva quando a oportunidade é identificada e trabalhada de forma a criar outputs válidos para a sociedade e para o mercado. Quando o processo toma este rumo estão reunidas condições para a existência de empreendedorismo. Neves et. al. identificam um quadro de motivações que consideram levar ao empreendedorismo:

- “aumento do interesse manifestado por produtos e actividades tradicionais (artesanato, produtos agro-alimentares, festas e romarias,...);”
- “novas formas de fruição da paisagem natural e cultural, numa perspectiva de respeito, de participação e de integração que ultrapassa o papel de ‘espectador’;”

- “numa preocupação crescente com os valores locais, designadamente, com os impactos sociais das práticas;”

A Comissão Europeia (1988) acentua esta análise com o documento *O futuro do mundo rural*, no qual afirma que “o espaço rural apresenta funções vitais para toda a sociedade. Enquanto zona tampão e espaço de regeneração, é indispensável para o equilíbrio ecológico e torna-se cada vez mais um local de acolhimento privilegiado para o repouso e o recreio.”

O cenário desfavorável que tem assolado o sector primário nos últimos anos tem levado os governantes de todo o mundo a repensar a “gestão” do espaço rural, assumindo desta forma a reestruturação das políticas agrícolas e atribuição de novas funções que emergem a partir da pluralidade e diversidade do mundo rural. É no rol destas funções “...que o turismo surge como um importante instrumento de desenvolvimento das economias das referidas regiões.” (Ribeiro e Mergulhão, 2000; Ribeiro e Marques, 2002; Cristóvão, 2002; Ribeiro e Vareiro, 2007, citado por Jesus et. al., 2008).

Sendo o turismo considerado uma área promissora para o desenvolvimento das economias contemporâneas e um meio para desencravar as economias rurais dos efeitos da baixa densidade, é de todo pertinente percebermos qual o seu enquadramento nos territórios de baixa densidade, conteúdos que serão explanados no decorrer do presente capítulo.

2.4- O PAPEL DO COMÉRCIO NOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE

2.4.1- O Comércio a Nível Nacional

Já são consabidas as dificuldades crescentes que o comércio tradicional tem vindo a atravessar nos últimos anos, situação que se reflecte no encerramento de estabelecimentos e numa diminuição de abertura de novos negócios por motivos da perda de atractividade do sector, parca performance dos *players*, ausência de competitividade e de inovação, entre outros factores que agregados, geram externalidades negativas de difícil contradição.

Em Dezembro de 2006, segundo os dados extraídos da base de dados do cadastro dos estabelecimentos comerciais, existiam em Portugal Continental 180 192

estabelecimentos de comércio a retalho e 31 794 estabelecimentos de comércio por grosso (Direcção Geral da Empresa, 2006).

De acordo com Degiovanni (1984; Gvh, 2000; Molinillo jimenez, 2001; Lutz, 2006), referenciado pela Direcção Geral do Comércio, estes factores “...derivam principalmente das mudanças dos hábitos de vida e de consumo da população e a instalação de grandes superfícies comerciais na periferia das cidades”.

Associada à gestão integrada da área comercial como que se de um condomínio se tratasse, juntou-se ao puro e simples acto de comprar, o recreio e lazer, acrescentado valor para o consumidor.

De acordo com o estudo desenvolvido sobre o Comércio e Serviços no âmbito da análise das Perspectiva Sectoriais da Região Centro (Novembro, 2005), os estabelecimentos comerciais encontram-se especialmente concentrados em concelhos situados no litoral de Portugal; fora do litoral, os municípios que apresentam valores mais expressivos são, normalmente, capitais de distrito (Bragança, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Évora, etc.) ou concelhos contíguos às capitais de distrito (vide, anexo 2).

Para fortalecer o comércio tradicional nas áreas fora do litoral e contrariar a tendência de um consumo mais adensado junto das grandes superfícies, organismos públicos e privados têm desenvolvido esforços no sentido de este sector se organizar e se modernizar para ir de encontro às novas exigências e necessidades do mercado. Para o efeito, o comércio tradicional inspirado no modelo dos centros comerciais clássicos, desenvolveu o conceito de Centro Comercial a Céu Aberto.

A maioria dos centros das cidades/vilas portuguesas apresentam uma densidade comercial que nos pode fazer pensar na sua transformação em centros comerciais a céu aberto “...e assim competir - modernizando-se e usando as mesmas armas - como as novas formas comerciais.” (Balula e Carvalho). São centros que possuem uma grande diversidade de oferta, mas em boa verdade, pouco atractivos. Os hábitos de consumo já estão de tal forma enraizados e orientados para os novos formatos comerciais que devemos, sobretudo, primar pelos aspectos intangíveis do comércio tradicional, isto é, a personalização através do estabelecimento de uma relação de empatia com o consumidor e fazê-lo sentir único desde o momento que entra no estabelecimento; em paralelo devem ser desenvolvidos esforços para reorganizar os processos de negócio que podem passar por se efectuar

inovações no processo de gestão do *layout*, da comunicação e marketing, introdução de um novo artigo que assuma carácter âncora, ou, actuar em vários domínios em simultâneo.

Da capacidade reorganizativa do comércio tradicional dependerá o seu ciclo de vida, que será tanto ou mais longínquo, quanto maior for o nível de cooperação existente na actividade comercial.

2.4.1.1- Novas Formas de Gestão do Comércio Tradicional

Na opinião de Molinillo Jimenez (2001, pág. 29, referenciado por Djalo e Procopiuck, 2008) o conceito – Centro Comercial a Céu Aberto pode ser definido como “...uma forma de organização comercial, com imagem e estratégias próprias, que conta com o envolvimento de todos os agentes de uma área delimitada da cidade, com uma concepção global de oferta comercial de serviços, cultura e lazer.”

A denominação de Centros Comerciais Abertos pode levar à conceptualização de um conceito semelhante ao dos centros comerciais tradicionais, cuja génese assenta na criação de uma infra-estrutura de raiz, subdividida em várias lojas dentro de um mesmo edifício e pensada para proporcionar momentos de compra diferentes; ao acto de comprar associa-se o recreio e lazer.

A utilização do conceito Centro Comercial em “Céu Aberto” permite trabalhar uma identidade corporativa que visa a unificação de objectivos em comum, bem como a promoção do comércio tradicional no seu todo, inspirado na gestão utilizada nos centros comerciais clássicos. “O adjectivo ‘aberto’ assinala expressamente o carácter não coberto de um espaço comercial que se pretende dotar de certa unidade na gestão e na formação de uma identidade própria no contexto urbano.” (Molinillo Jimenez, 2001, referenciado por Djalo e Procopiuck, 2008).

Para que se implemente e se identifique o conceito de Centro Comercial em Céu Aberto num centro urbano, é necessário, conforme nos referencia Rodriguez (1999, citado por Djalo e Procopiuck, 2008) que o mesmo reúna um conjunto de requisitos. De entre um vasto conjunto, considerou oportuno elencar os seguintes:

- Densidade comercial de estabelecimentos que apresentem características tipológicas do meio onde estão inseridos. A presença destas lojas possibilita reivindicar a identidade comercial que outrora vingou;

- Primar pela existência da diversidade comercial e de serviços, abrindo assim o leque de escolha e de opção para o consumidor;
- Identificar os elementos chave que servirão como catalisadores de fluxos para a área geográfica do centro comercial aberto;
- Vontade e sensibilidade para trabalhar de forma associada; o todo é melhor que a soma das partes;
- Estipular um quadro normativo para uniformizar sinalética, materiais utilizados nas fachadas, cores e respeitar a estrutura arquitectónica do local onde o estabelecimento está ou possa vir a estar implantado, como forma de eliminar dissonâncias visuais e fortalecer a imagem do conjunto comercial;
- Planear a circulação dentro da área comercial, devendo para o efeito definir um percurso matricial e as suas derivações;
- A instituição do conceito de centro comercial aberto não depende única e exclusivamente da vontade dos comerciantes, pelo que, na construção deste processo de coesão em torno da revitalização do comércio tradicional e das áreas mais nobres, mas mais fragilizadas, deve marcar presença a autarquia, associações e outros agentes instalados no território que possam, com o seu know-how e influência, apoiar esta causa que de algum modo é transversal a toda a sociedade. E por último, Determinação da área concreta do Centro Comercial Aberto.

Este esforço para o desenvolvimento deste novo conceito em prol de uma maior atractividade e consequentemente maior captação de clientes, terá maior impacto se as políticas urbanísticas forem tidas em conta, isto é, se os espaços públicos envolventes das áreas comerciais forem devidamente reabilitadas e salvaguardada a limpeza e segurança.

Os comerciantes mesmo de forma individual carregam consigo outras funções para além da dedicação exclusiva ao seu negócio. Hoje, os núcleos dos centros urbanos encontram-se despovoados, envelhecidos, fragilizados e parcos em atractividade. Ao comércio tradicional atribuiu-se a função de pólo de atracção de “vida”, que ao longo dos últimos anos tem ficado seriamente hipotecada.

Os novos estilos e hábitos de vida não se compadecem com o casario secular ou mais modesto que existe no coração dos centros urbanos, tendendo a população a sair para

as periferias, ficando o comércio “sozinho” e sem vontade para reagir a estas novas dinâmicas de mercado.

A inércia dos comerciantes agregada a políticas urbanísticas facilitadoras da dispersão do povoamento contribuíram para o colapso dos centros urbanos, tornando-os frágeis, despovoados e sem reacção anímica; o conceito de centro comercial em céu aberto poderá constituir-se como um meio facilitador para revitalizar a dinâmica comercial, despoletando o associativismo e o espírito colectivo, sobre o qual deve coexistir a máxima - de que o todo é o melhor do que a soma das partes.

2.4.2- Comércio e Empregabilidade

A modernização do comércio está em grande medida associada aos fenómenos de concentração empresarial e de aumento das superfícies de venda ocorridos durante a década de 90. Decorrente desta transformação, assistiu-se também a mudanças significativas na empregabilidade do comércio; a estabilidade do emprego e o trabalho por conta própria é periclitante e o aumento da taxa de assalariamento é também uma realidade.

O anuário “O Comércio em Números” editado pela Direcção Geral da Empresa, apresenta a evolução da empregabilidade no comércio para o período 2000-2006, cujos dados quantitativos podemos verificar no quadro n.º 2:

Quadro 2 - Estatística da Empregabilidade no sector do comércio, 2000-2006

Ano	Quantificação do Emprego (n.º)
2000	722 800
2001	752 300
2002	769 100
2003	765 400
2004	782 100
2005	772 900
2006	751 300

Fonte: O Comércio em Números. Anuário. Direcção Geral de Empresas

Conforme podemos constatar no quadro, a quantificação do emprego apresenta um comportamento ascendente e descendente, registando-se no ano 2004 a maior criação de emprego e nos períodos posteriores um sucessivo decréscimo.

A percentagem da população empregada no comércio em 2006 apresentava a seguinte distribuição:

Quadro 3 - Distribuição da população empregada no comércio, 2006, em %

Comércio a Retalho	Comércio por grosso	Comércio automóvel
60,5	21,3	18,2

Fonte: O Comércio em Números. Anuário. Direcção Geral de Empresas

No que se refere à qualidade do emprego, ressalta do estudo "Emprego e Empregabilidade no Comércio" (Obs. Comércio/GECIC) que o mercado de trabalho no comércio tem um carácter segmentado e dualista. Jean Gadrey, em "Nouvelle Economie, nouveau mythe?" (Ed. Flammarion), teoriza sobre a organização do emprego no novo modelo económico; apresenta-nos o Modelo Dualista assente na seguinte segmentação: “assalariados do 'núcleo' da empresa e os trabalhadores dependentes de 'formas particulares de emprego', ou de 'empregos atípicos' que constituem a mão-de-obra flexível.”

Segundo o economista Gadrey (Obs. Comércio/GECIC), o primeiro segmento, ou "núcleo", é essencialmente “...constituído pelos proprietários, gestores, quadros superiores e intermédios, altamente qualificados, caracterizando-se pela estabilidade contratual e normas de regulação do tipo ‘fordista’. No segundo segmento, onde predomina a regulação do tipo "concorrencial" que favorece uma gestão flexível da mão-de-obra, surgem os empregados com contratos a prazo e a tempo parcial.”

Ainda de acordo com o já referido anuário, a distribuição do número de trabalhadores por conta de outrem no comércio por níveis de qualificação em 2004, último ano disponível, indica que mais de metade (51,5 %) enquadravam-se no nível de “profissionais qualificados”, enquanto que o peso dos trabalhadores com níveis de qualificação superiores situava-se nos 18,7 %. É ainda significativo o número de trabalhadores (30,8 %) com qualificações inferiores ao nível de “profissional qualificado”.

A falta de qualificação e a idade avançada dos empresários que gerem o comércio tradicional, a ausência de atractividade e modernidade, entre outros pontos fracos, têm sido

na sua maioria responsáveis pela inadaptação às novas exigências do consumo, provocando o encerramento de estabelecimentos e como consequência o desemprego, desempregabilidade que foi prevista pela Confederação do Comércio Português, conforme nos indica o excerto seguinte “... estima que nos próximos 5 anos, irão para o desemprego cerca de 100 mil pessoas, nas várias áreas do comércio tradicional. É um cenário dantesco, para o qual os comerciantes devem estar alerta. O segredo para ultrapassar esta situação está na união de esforços, na competitividade dos preços e na diferenciação e qualidade dos serviços prestados.” (Confederação do Comércio Português, 2005, citado por Diário Região Sul, 2005).

Segundo o Diário de Notícias (2005), “O problema está nos postos de trabalho que serão destruídos pela globalização e até pelo aumento da concorrência interna, como no caso do comércio tradicional em competição com as grandes superfícies”.

O recente estudo efectuado pela Roland Berger vem corroborar estas previsões “O emprego está a recuar no comércio tradicional, para subir na distribuição moderna – leia-se hipermercados, supermercados, lojas *discount*, etc., (...) o comércio tradicional sofreu um corte de 2000 empregos”. (Jornal de Negócios, 2009)

As “víroses” que afectam o comércio tradicional já foram debatidas e focadas por inúmeros organismos, que muito embora disponibilizem meios para ajudar este sector, este precisa, numa primeira instância, de reconhecer que tem de mudar. A título de exemplo mencionamos um excerto do Relatório do Comité de Diálogo Sectorial – Comércio (Comissão Europeia, Reunião de 21 de Junho de 2000), “O comércio continua a ser uma indústria muito dinâmica. No entanto, um processo de mudança, quer em termos tecnológicos quer estruturais, é inevitável e tem de ser positivo e benéfico para o sector, proporcionando em particular uma capacidade real de criação de empregos de alta qualidade. A abordagem a adoptar pelos parceiros sociais terá de visar condições de trabalho adequadas, empregos de elevada qualidade e um ambiente de trabalho onde os trabalhadores se sintam à vontade. Esta abordagem é a única alternativa a uma abordagem que não tem em consideração os aspectos sociais do sector do comércio. A abordagem também tem de ser pró-activa, tentando descobrir a forma como os trabalhadores irão ser afectados pelas inevitáveis mudanças”.

O desprovimento de inter-ajuda existente entre os próprios comerciantes que em muito prejudica o desenvolvimento do sector, deve ser atenuado através do estímulo à

comunicação entre si, pois estes devem-se ver como parceiros económicos e não como concorrentes directos, de modo a que em conjunto possam satisfazer as necessidades dos consumidores e por sua vez melhorar o seu negócio individual.

2.4.4- O Comércio no Território de Baixa Densidade

De acordo com o Observatório do Comércio (2000), “...através da cooperação poder-se-ão gerar novos equilíbrios, baseados na complementaridade, pois é precisamente na diversidade que caracteriza o sector que o comércio poderá encontrar vantagens competitivas.” Alguns autores utilizam mesmo o termo *coopetition* para demonstrar a inevitável ligação entre cooperação e competitividade.

O PROCOM¹⁴ e o URBCOM¹⁵ revestiram a forma de programas de financiamento cujo objectivo visou a modernização e requalificação dos espaços comerciais e áreas envolventes, onde a vertente urbanística e comercial foram tidas em conta de forma a se tirar partido das complementaridades que daqui pudessem advir.

O Observatório do Comércio (2000) interpreta o comércio de forma diferente nas áreas rurais, atribuindo-lhe duas funções: função económica e função social. É no rural profundo que efectivamente a dimensão social ganha expressão, uma vez que atenua o risco de exclusão de grupos que pelas suas especificidades “...fraca mobilidade e poder económico estão condicionados ao pequeno comércio de vizinhança.” (Observatório do Comércio, 2000).

No espaço rural a diversidade e a atractividade do comércio tradicional não é suficiente para garantir dinâmicas que propiciem maior longevidade do negócio, atenuar a regressão demográfica, valorizar o edificado, etc., todavia, em complementaridade com outros sectores da actividade económica pode contribuir para melhorar a dimensão social e potenciar uma oferta mais consolidada junto de residentes e visitantes.

O estudo "Comércio Retalhista em Contexto Rural" (2000), coordenado por Carminda Cavaco e Carlos Medeiros, de entre inúmeras medidas menciona a necessidade de se “...agregar ao comércio local a função de multi-serviços.” Nesta perspectiva o comércio local assume uma multifuncionalidade; à venda a retalho associa-se a vertente

¹⁴ Programa de Apoio à Modernização do Comércio

¹⁵ Sistemas de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial

social, na medida em que há um manifesto espírito de entreajuda quando os proprietários dos estabelecimentos comerciais aceitam efectuar a comercialização dos produtos locais como forma de apoiar as famílias que necessitam de um complemento de rendimento. Olhando pelo lado da oferta, a existência destes produtos endógenos no espaço comercial pode constituir-se como um factor diferenciador.

A faceta social que o comércio transporta consigo faz com que este assuma um importa papel nas áreas de baixa densidade, destacando-se a sua importância ao nível:

- social: a população existente enferma de um envelhecimento e apresenta características de parca mobilidade; por vezes a falta de transporte ou as debilidades económicas impossibilitam a aquisição de produtos noutras áreas geográficas, sendo por isso comum atribuir a função de “central de serviços” (pagamento de água, luz, comunicações, serviços de correio, etc.) ao comércio;
- sociabilização: os residentes do espaço rural tendem a cair no isolamento, servindo o comércio local como um ponto de convergência para minorar a solidão;

Para além desta particularidade funcional do comércio, o estudo indicou ainda a necessidade de se tirar partido da endogeneidade, mencionando que a revitalização deve ocorrer não na perspectiva do subsídio mas na promoção do potencial endógeno, bem como deve ocorrer de forma integrada com o objectivo de se fomentar o estabelecimento de relações simbióticas ao nível da pluridimensão e da multisectorialidade, sendo por muitos autores referido que o comércio tradicional e o turismo nas áreas rurais apresentam um poder de encaixe para se “venderem” mutuamente “...através de uma política estratégica que integre um Plano de comércio, lazer e turismo, de forma que esta inter-relação se transforme em factor de atracção importante. (García, 2004).

2.5- O PAPEL DO TURISMO NOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE

Mathienson e Wall, referenciados por Cunha (2001) consideram o turismo¹⁶ como sendo “o movimento temporário de pessoas para destinos fora dos seus locais normais de

¹⁶ A expressão turismo, também de origem britânica, surgiu em 1811. No entanto a sua correspondente francesa, data de 1877, altura em que o suplemento da enciclopédia Larousse insere a palavra turismo, que

trabalho e de residência, as actividades desenvolvidas durante a sua permanência nesses destinos e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades”, actividade que passou a ter importância em todos os sectores pelos aspectos sociais, económicos, culturais e políticos.

O turismo é hoje visto como um sector de actividade que pode activar o desenvolvimento local em territórios rurais de baixa densidade, pois considera-se que o seu carácter transversal pode gerar efeitos multiplicadores ao nível pluridimensional e multisectorial, porquanto, se a decisão das forças vivas do território recair no turismo como condição de desenvolvimento, esta, deve fazer parte da vontade e das atitudes da comunidade local, situação que ganha maior expressividade quando se processa ao nível do espaço rural, onde o “modus vivendi” foi desenvolvido dentro de uma cultura monofuncional, assumindo hoje novos tipos de ocupações propícias ao lazer e recreio que se constituem de primordial importância para a função turística.

A actividade primária tem vindo a decrescer em grau de importância nas zonas rurais, porém, o abandono destas actividades para um pleno reaproveitamento turístico do território pode ser contraproducente, tendo em conta que a actividade turística é um sector fortemente influenciado pelas dinâmicas de mercado.

A consciencialização da existência de pluralidade e diversidade no espaço rural como forma de diversificar a sua economia dotando-o com outras funcionalidades, fez identificar no turismo um sector estruturante para as áreas rurais “...o turismo surge como um importante instrumento de desenvolvimento das economias das referidas regiões.” (Ribeiro e Mergulhão, 2000; Ribeiro e Marques, 2002; Cristóvão, 2002; Ribeiro e Vareiro, 2007, citado por Jesus et. al., 2008), podendo inclusive o turismo servir como um meio para a internacionalização da economia rural.

Compete, no âmbito da elaboração do planeamento estratégico territorial, identificar se a vocação do território é convergente para a actividade turística, e se esta é capaz de gerar efeitos multiplicadores noutros sectores em estado regressivo nas áreas rurais, como por exemplo a agricultura e o comércio.

descrevia da seguinte forma: “Turismo – Gosto, hábito de turista. Sabe-se que o turismo científico suscitou, nas mulheres uma grande curiosidade” (Boyer, 1999, pp. 39, in Ferreira, 2003).

2.5.1. O Modelo Territorialista Aplicado ao Turismo em Áreas de Baixa Densidade

Cardoso (2002) defende a adopção do modelo territorialista para projectos de base turística, manifestando a importância desta abordagem enquanto paradigma que procura a subsidiariedade e valoriza a participação como sendo o *core* do caminho do desenvolvimento, em detrimento de um planeamento que ocorre externamente.

Tal como refere Capucha (1996, citado por Cardoso, 2002) “...sendo a pobreza um dos resultados dos processos de desenvolvimento, nas áreas rurais «recuadas», as tendências actuais de transformação de lazer e da procura turística e de valorização do património e da qualidade ambiental, podem constituir uma oportunidade para o desenvolvimento de regiões rurais mais desfavorecidas que se apresentam ainda com condições ecológicas propícias ao desenvolvimento do turismo rural.”

Para o efeito, “...é necessário aproveitar o potencial das regiões e configurar produtos turísticos alternativos” (Ribeiro, 2001, in Vareiro e Ribeiro) que primem pela dinamização dos recursos endógenos capazes de oferecer vantagens comparativas, salvaguardando-se a sua utilização de forma sustentável no domínio económico, ambiental e social. A concertação de um compósito turístico nas áreas rurais assente na abordagem territorial deve regular-se, com vista ao desenvolvimento de um turismo sustentável, pelo modelo de governança *bottom-up* em complementaridade com o modelo *top-down*, orientado por uma visão integradora de forma a se garantir uma actuação ao nível pluridimensional e multisectorial.

As novas formas de turismo assentes em valores como a criatividade, o intercâmbio cultural, a promoção de recursos locais e o reforço da identidade dos territórios, podem reforçar dinâmicas nas áreas rurais ao nível demográfico, social e económico, se alicerçadas no desenvolvimento de um programa de acção integrado, que deverá compreender a agregação de um conjunto de projectos e vontades subordinadas a uma visão para a valorização económica dos recursos endógenos disponíveis, que serão a “matéria-prima” da actividade turística.

Decorrente dos conteúdos supracitados, o anexo 3 apresenta as dimensões do modelo endógeno de desenvolvimento rural, a saber: força dinâmica, função central, meio básico, problema chave e enfoques prioritários, sendo afectada a cada uma das dimensões a correspondente teoria endógena. Fruto do teor da dimensão força dinâmica, desenvolveu-se um paralelo informacional relativo às tendências emergentes comportamentais e

motivacionais dos turistas, reforçando-se a ideia que são múltiplas as oportunidades de desenvolvimento do turismo nas áreas rurais de baixa densidade.

2.5.2- Factores que Identificam no Turismo uma Actividade de Regeneração das Áreas de Baixa Densidade

No presente capítulo já foram referenciados vários autores e organismos que identificam no turismo um potencial para valorizar as áreas rurais. Todavia, e seguindo o trabalho de Jesus et. al. (2008), infra se enumeram alguns contributos do turismo para a sustentabilidade dos territórios de baixa densidade:

- Face à parca, ou inexistente actividade industrial e o declínio da agricultura, o turismo tem vindo crescentemente a assumir preponderância nos territórios de baixa densidade quando os mesmos apresentam atributos capazes de gerar interesse. Apesar de estar dependente da motivação externa, a atractividade turística é sem dúvida aquela “...que melhor pode endogeneizar os recursos locais” Jesus et. al. (2008), não sendo por isso uma ameaça para a sua deslocalização uma vez que esses recursos são pertença de um dado território;
- Quando uma região se torna apetecível para o fenómeno turístico acaba por beneficiar em termos infra-estruturais, verificando-se um reflexo positivo no âmbito social uma vez que estes equipamentos não servem só turistas;
- O turismo contribui para a diversificação da economia através da valorização dos recursos endógenos, tal como também induz à preservação, salvaguarda e protecção do património.

Fruto de uma sociedade evolutiva onde o lazer assume um maior enquadramento na contemporaneidade, o turismo tem sido francamente uma eleição para a ocupação dos tempos livres. Deixa de estar associado a um “bem” supérfluo e passa a ser considerado necessário para o equilíbrio do ser humano, onde o espaço para o “eu” ou para o cidadão enquanto ser social é cada vez mais diminuto. Perante este quadro societário a procura evolui em dois sentidos: quantidade e qualidade.

O espaço rural possui amenidades que reagem de forma adversa à quantidade, mas cuja oferta poder ser orientada para a filosofia da qualidade, onde o regresso à origem, o

reconhecimento da genuinidade e a vontade de “experienciar” novas vivências ganham cada vez mais expressividade junto dos residentes das grandes áreas urbanas. Neste contexto, a cultura passa a ser encarada como um factor de sustentabilidade dentro do mundo rural uma vez que “lida com a criatividade que transita entre o novo e o antigo e impulsiona a sociedade a construir um quadro de referência com relação a seu futuro.” (Vecchiatti, 2004).

Esta pré-disposição para o aumento da demanda nas áreas de recreio e lazer (onde se inclui o turismo) emerge de acordo com Neves et. al., a partir dos seguintes factores:

- Acréscimo global dos níveis de rendimento;
- Aumento do tempo livre;
- Incremento dos níveis de escolarização, de formação e de informação em geral.
- Melhoria das acessibilidades;
- Desenvolvimento da sociedade da informação;
- Generalização do modo de vida urbano;
- Pressão exercida pela própria oferta onde o lazer e o turismo se assumem, cada vez mais, como parte integrante da vida contemporânea.

Na perspectiva dos autores, as novas oportunidades que emergem no espaço rural advém de um conjunto alargado de recursos primários disponíveis que podem, a partir do turismo, contribuir para a revitalização das economias locais.

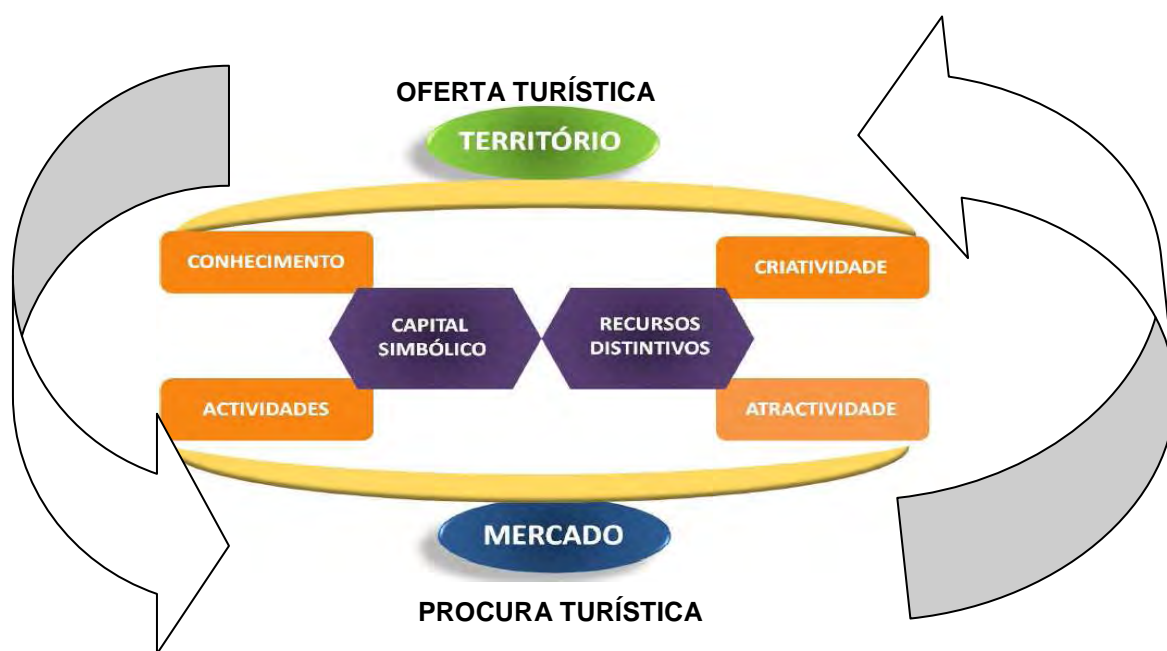
Segundo os autores “esta visão tem sido alimentada pela orientação das políticas públicas para o desenvolvimento local na última década...”, podendo mencionar-se que as actividades directa ou indirectamente ligadas ao turismo são propensas a gerar, de forma articulada e sustentável, a regeneração das economias rurais, entendimento já efectuado pelos organismos públicos que o consideram como “...um sector estratégico ou está a evoluir nesse sentido (...) apresentado como sendo um *cluster* estratégico no Plano de Desenvolvimento Económico e Social para 2000/2006 (...) especialmente para as regiões mais pobres e com menos alternativas económicas”. (Ribeiro e Vareiro).

“O turismo reveste uma importância particular em termos de oportunidade de emprego para os jovens, que são neste sector duas vezes mais numerosos do que no resto da economia.” (Agenda para um Turismo Europeu Sustentável e Competitivo, 2007). Um direccionamento em termos económicos da área rural para o turismo, aumentaria a

probabilidade da fixação de jovens, atenuando assim o envelhecimento demográfico existente.

O modelo de causalidade circular cumulativo de crescimento pode ser aplicado ao turismo dentro das áreas de baixa densidade. Para o efeito, recorre-se à figura 6 para demonstrar a sua aplicabilidade uma vez que os respectivos elementos que o compõem são a “matéria-prima” da actividade turística. Os territórios rurais apresentam o capital simbólico e os recursos distintivos, podendo se constituir como dotações para o território e serem “transformadas” em produtos turísticos, sendo ainda possível a este nível, arquitectarem-se produtos turísticos temáticos conforme as especificidades de cada território e das combinações “virtuosas” possíveis de se efectuarem.

Figura 6-Esquema dos Elementos Necessários para Gerar Actividade em Territórios de Baixa Densidade, assente na Actividade Turística como elemento Regenerador



Fonte: Adaptado da Edição do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, 2005, pág. 15

“O turismo rural conquistou um lugar de importância no mercado turístico.” (Marques et. al. 2008). A predominância de estudos que reflectem a atractividade do

espaço rural como área destino cria estímulo para potenciais investidores e para a governança na orientação de políticas públicas que tenham como foco o turismo ou os sectores ou dimensões que com ele interajam “...enquanto o turismo de massa, representado principalmente pelas regiões litorais cresce em média de 5% ao ano, o segmento que tem como âncora o património natural, histórico e cultural, cresce cerca de 20% ao ano.” Embratur (1999, referenciado por Marques et. al., 2008).

Estes autores recorrem a (Silva e Campanhola, 1999) para nos dizerem que “O turismo rural pode ser considerado como uma alternativa promissora para o aumento nos níveis de ocupação e ganho da população rural, devido não somente ao próprio sector, mas também às alternativas relacionadas ao turismo, como é o caso do comércio e de outros serviços, onde, na realidade, toda a comunidade rural acaba por beneficiar devido às melhorias nas infra-estruturas e nos serviços públicos que são trazidos pela implantação das actividades turísticas.”

São muitos os autores que vêem no turismo uma mais valia para gerar externalidades positivas para o território nacional; o seu efeito multiplicador, fruto do carácter transversal que lhe é conferido, pode proporcionar impactes directos e indirectos noutras actividades económicas, podendo também ser um meio facilitador para melhorar os serviços sociais e de saúde nos territórios beneficiando destas mais valias os visitantes e a comunidade residente; os efeitos positivos do turismo reflectem-se ainda na facilidade que apresenta em internacionalizar os territórios, sendo disso exemplo a posição que Portugal ocupa enquanto destino turístico mundial (17º lugar)¹⁷. Também para as áreas rurais o turismo constitui-se como um meio para a internacionalização, principalmente para o rural profundo que dificilmente apresenta outras valências para externalizar a sua economia além fronteiras.

2.5.2.1- Razões da Atracção pelo Turismo Rural na Óptica da Procura e da Oferta

O consumidor tem vindo gradualmente a mudar os seus hábitos e apetências no que diz respeito ao “consumo” de produtos turísticos. São muitos os autores que dão o seu contributo para definirem produto turístico; de entre as inúmeras definições disponíveis, recorreremos a Medlik e Middleton (1973, referenciado por Smith, 1994) “*conceptualize*

¹⁷ Fórum Económico Mundial 2009

tourism products as a bundle of activities, services and benefits that constitute de entire tourism experience. This bundle consists of five components: destinations attractions, destination facilities, accessibility, images and price”.

A descoberta de novos destinos e produtos turísticos em Portugal, “associada à oportunidade de um desenvolvimento diferente e diferenciador, apostando no autêntico e visando o sustentável, apresenta-se como muito apelativa para o novo turista” (Krippendorf, 1989; Kastenholz, 2005, pág. 22, referenciado por Jesus et. al. 2008).

Os visitantes¹⁸ fruto da mutação do seu “modus vivendi” e de uma sociedade cada vez mais globalizada, tornaram-se consumidores conscientes em matéria de ecologia e cada vez mais informados das ofertas existentes. A existência de uma forte ligação, mesmo para os espaços mais remotos às novas tecnologias, permite, tanto do lado da procura como do lado da oferta, otimizar a gestão da informação e, à distância de um “click”, o consumidor tem os conteúdos necessários que o possibilitam escolher e adquirir o produto turístico, ou formar ele próprio o seu “pacote”.

O factor ruralidade não é impedimento para a criação de dinâmicas de actividades turísticas de elevada qualidade. A ligação à terra e o retorno às origens estão na origem do surgimento de novas formas de turismo, onde o *core* se centra no desfrutar dos recursos endógenos.

O Turismo Rural¹⁹ é fruto destas novas formas de turismo, que perante o olhar atento dos agentes locais no que respeita às novas tendências do mercado turístico começou a surgir, ainda que paulatinamente e um pouco condicionada pelo receio do risco, uma oferta que se consubstancia na valorização dos recursos endógenos.

Muito autores referenciam a grande atracção que o espaço rural provoca nos visitantes que procuram uma relação mais estreita com a natureza, autenticidade, serenidade, o usufruto da paisagem, as actividades recreativas e de lazer...; esta atracção

¹⁸Os visitantes são todas as pessoas que se deslocam para um local situado fora do seu ambiente habitual durante um período inferior a 12 meses consecutivos e cujo motivo principal da visita é outro que não seja o de exercer uma actividade remunerada no local visitado” (Cunha, 2001),

¹⁹ O conceito de turismo em espaço rural ou apenas turismo rural pode ser usado de várias formas dependendo se se concentra num tipo específico de alojamento, se envolve uma exploração agrícola, se tem um determinado propósito ou certas especificidades ou se simplesmente representa um tipo de turismo que têm lugar nas zonas rurais (Kastenholz, Davis e Paul, 1999). Nos diferentes conceitos existentes sobre o que é o turismo rural surgem geralmente duas tendências: numa delas o critério de distinção utilizado é a percentagem de rendimentos do turismo que beneficia a comunidade rural, e aqui distingue-se entre turismo em espaço rural, turismo rural e agro-turismo; na outra tendência a distinção baseia-se nos diferentes elementos constitutivos da oferta e assim fala-se de turismo rural quando a cultura rural é uma componente importante da oferta (LEADER, 1995, referenciado por Martins).

também ocorre pelo lado da oferta quando se verifica a utilização dos recursos locais para constituir uma actividade, logo, pode-se dizer que o mundo rural tem um poder de atracção sob a procura e a oferta.

As razões da atracção pelo Turismo Rural²⁰ devem ser procuradas tanto do lado da oferta como da procura (LEADER, 1995, referenciado por Martins). Do lado da oferta deve existir a consciência de que o desenvolvimento empresarial deve inspirar-se na territorialização para atenuar a sobreposição dos interesses externos em relação aos internos “...importa sublinhar o papel das políticas públicas que devem associar ao desenvolvimento do turismo em espaço rural políticas integradas de ordenamento, desenvolvimento rural, turismo, formação, ambiente, entre outras, concretizadas em planos territoriais locais, sob o risco de a sua ausência impedir uma melhor qualidade de vida nestes espaços.” (Reis e Serafim, 2003).

É neste contexto que no decurso do capítulo I e II se tem vindo a defender a utilização da abordagem *bottom-up/top-down* enquanto modelo de governação para as áreas rurais de baixa densidade, ganhando especial ênfase quando a actividade turística se apresenta como primária no território uma vez que pode estar mais exposto a pressões externas, aumentando assim os impactos negativos quando as pressões são oriundas de agentes que não integram na sua cultura organizacional o conceito de responsabilidade social.

2.5.3- A Integração de Políticas Públicas em Torno da Temática Turística nas Áreas de Baixa Densidade

Sweeney (1987, pág. 43, referenciado por Santos, 2005, pág. 219) considera que a ausência de um conjunto de políticas públicas não reguladas pela abordagem do desenvolvimento pela base foi o insucesso das formas de governação. As medidas adoptadas no mundo empresarial e institucional “...não foram vitais para promover as bases do crescimento económico.”; considera ainda que foram importantes mas não cirúrgicas para capacitar os territórios em matéria de emprego, para criar novas actividades

²⁰ De acordo com Bramwell e Lane; Alexander e McKenna, 1998, referido por Martins) o Turismo Rural é uma actividade multifacetada composta não só pelas actividades turísticas em explorações agrícolas, mas compreende as férias na natureza e o eco-turismo, o pedestrianismo, a escalada, o turismo activo, a caça e a pesca, as viagens educacionais, o turismo cultural e, em alguns casos, o turismo étnico.

económicas, elevar o índice de qualidade de vida da população, etc. Sweeney é apologista que o mais coerente não é dar, mas sim capitalizar os recursos instalados no território a partir da inovação que o capital humano poderá atribuir.

Cabe às regiões “...a capacidade para gerar internamente as condições de transformação das suas estruturas produtivas.” (Baptista, 1985, pág. 25, citado por Santos, 2005, pág. 220). Este cenário implica que todas as políticas públicas, inclusive as sectoriais, tenham em mente que existe uma temática instalada no território, devendo os programas acção ser convergentes para esta temática, não esquecendo, que a partir da integração podem-se gerar complementaridades benéficas para o território e para os agentes públicos e privados.

A título de exemplo referencia-se a agricultura, que tendo perdido ênfase enquanto motor de desenvolvimento económico no espaço rural, as suas práticas devem convergir para o abastecimento do mercado local/regional e em simultâneo para a valorização da produção de qualidade orientada para o segmento turístico (consumidor final), para a restauração (especialização em cardápios gastronómicos de base endógena) e outros estabelecimentos comerciais, que não existindo pela via do turismo, vêem o seu negócio mais consolidado quando presenciam fluxos turísticos.

A questão fulcral assenta assim em erigir o território à categoria de sujeito activo de desenvolvimento em contraponto ao paradigma funcionalista anterior.

A territorialidade não se compadece com as políticas sectoriais, razão pela qual, qualquer medida de incentivo deve ser analisada e operacionalizada de forma integrada e de acordo com a visão estipulada para o território.

2.5.4- Os Efeitos Negativos do Turismo

Rodrigues (1997, 1996, citado por Fratucci, 2000), propõe uma sistematização das dimensões espacial e territorial do turismo a partir de três elementos organizadores: os pólos compostos pelas áreas emissoras de turistas, os pólos definidos pelas áreas receptoras e as linhas de ligação desses pólos por onde circulam os turistas e as informações. De acordo com Fratucci (2000), “é nas áreas receptoras que podemos identificar o território do turismo ou o lugar turístico”. É no lugar turístico que os fenómenos da procura e da oferta

ocorrem e se intensificam as relações, utilizando-se para o feito os recursos primários e secundários disponíveis e as infra-estruturas de apoio.

O turismo apropria-se do território e dos seus recursos primários para desenvolver actividades; ultrapassa os limites geográficos dos territórios e unifica os espaços para satisfazer as necessidades que lhe são impostas pela procura por um lado, e por outro, para potenciar a oferta aumentando o leque da diversidade, verificando-se muitas vezes a “produção de territórios” para satisfazer a prática turística. Para Nicolás, 1996; Knafo, 1996, citado por Fratucci 2000, “...o turismo vai “turistificando” os lugares.”

Na década de 1960 Boorstin (1964, citado por Banducci, 2003), havia chamado a atenção para o carácter estandardizado e alienado da prática turística. Na perspectiva deste autor a massificação é sinónimo de artificialidade. A procura da quantidade para adensar lucros é uma relação desprovida de responsabilidade social para com os outros *players* do sistema turístico e para com os *stakeholders* da área de destino, provocando desequilíbrios na gestão turística (no âmbito da capacidade de carga de um local) onde a dimensão económica do turismo é enfatizada, ficando subestimada a dimensão social e ambiental.

A capacidade de carga de um determinado local, refere-se à sua capacidade de absorver o uso pelo turismo de forma sustentável (Cooper, 2001, citado por Bahia et. al. 2005).

Segundo Mathieson e Wall (1989, referenciado por Bahia et. al. 2005), “...capacidade de carga é o número máximo de pessoas que podem utilizar um local sem uma alteração inaceitável do ambiente físico e sem um declínio inaceitável na qualidade da experiência dos visitantes.”

É no domínio das áreas geográficas mais interiorizadas e ruralizadas que os processos de turistificação se poderão intensificar mais e provocar desequilíbrios no rácio da capacidade de carga, pois sabe-se que o aumento da influência do turismo em populações e espaços rústicos e naturais do interior é um fenómeno previsível, ora porque é gerado como “válvula de escape” ao incremento da saturação da zona costeira, ora pelo aumento do interesse pelo turismo rural e interior por parte de um crescente contingente de pessoas.

“As implicações são diversas e exprimem-se, no longo prazo, ao nível dos impactos físicos e ecológicos, paisagísticos e culturais, com degradação de recursos ambientais de elevado valor e sensibilidade como recursos de base de um desenvolvimento global

sustentável.” (Partidário). A estas implicações acrescem ainda as ilegalidades que vão ocorrendo fruto do oportunismo latente das oportunidades que a actividade turística oferece quando detectada esta vocação no território; os efeitos negativos que estes factores provocam podem ser minimizados quando os actores envolvidos se regem pelas boas práticas de uma gestão turística sustentável onde a responsabilidade social é o pressuposto base para uma condição de sucesso.

“Compreender novas lógicas de relacionamento ser humano-natureza requer estudo sobre os novos paradigmas propostos para a quebra de um modelo hegemónico de desenvolvimento, baseado somente em agregados macro económicos e que desconsideram o “Bem Estar” das populações como objectivo de fundo a ser perseguido.” (Figueiredo, 1999, referenciado por Bahia e Sampaio).

O turismo deve primar pela construção de um lugar onde a abordagem territorialista ganhe expressão e o cidadão seja considerado parte integrante no planeamento do sistema de turismo, em detrimento da produção de um não-lugar que gera artificialidade “profanando” um legado inter-geracional construído de forma colectiva.

Face à previsão de que o Turismo Internacional quase triplicará o seu volume nos próximos vinte anos, os Membros da Organização Mundial do Turismo estão convencidos de que o Código Mundial de Ética do Turismo é necessário para ajudar a minimizar os efeitos negativos do turismo no meio ambiente e no património cultural, aumentando, simultaneamente, os benefícios para os residentes nos destinos turísticos. Este Código foi estruturado em 10 Princípios que a seguir se enumeram:

PRINCÍPIOS

CÓDIGO MUNDIAL DE ÉTICA DO TURISMO

1. Contribuição do Turismo para a compreensão e o respeito mútuo entre homens e sociedades;
2. Turismo, instrumento de desenvolvimento individual e colectivo;
3. O Turismo, factor de desenvolvimento sustentável;
4. O Turismo, factor de aproveitamento e enriquecimento do Património Cultural da Humanidade;
5. O Turismo, actividade benéfica para os países e para as comunidades de destino;
6. Obrigações dos agentes de desenvolvimento turístico;

7. Direito do Turismo;
8. Liberdade do deslocamento turístico;
9. Direito dos trabalhadores e dos empresários da indústria turística;
10. Aplicação dos princípios do Código Mundial de Ética do Turismo (Código Mundial de Ética do Turismo – Organização Mundial de Turismo - OMT)

Quando o fenómeno turístico é desenvolvido assente na sustentabilidade, podemos minimizar os impactos negativos do turismo e tirar benefícios das externalidades positivas que a actividade proporciona quer na óptica da oferta quer na óptica da procura, promovendo-se assim a prática de um turismo sustentável.

2.5.5- O Turismo Sustentável nas Áreas de Baixa Densidade

A actividade turística tem apresentado um desenvolvimento influenciado pela área económica e social. À medida que estas duas dimensões evoluem no tempo provocam efeitos (negativos ou positivos) a montante e a jusante do sistema turístico.

Os cenários de incertezas acompanhados de uma má gestão turística onde as curvas de desempenho são nulas ou inconstante (valores positivos e valores negativos nas várias dimensões de análise: ambiental, social, económico e institucional) são prejudiciais para a actividade, razão pela qual Ansarah (2001, pág. 30, citado por Agnes, 2003), considera que "o estudo do turismo deve ser direccionado para o desenvolvimento sustentável, conceito essencial para alcançar metas de desenvolvimento sem esgotar os recursos naturais e culturais nem deteriorar o meio ambiente. Entende-se que a protecção do meio ambiente e o êxito do desenvolvimento turístico são inseparáveis".

A questão da sustentabilidade é condição base para o sucesso do turismo em espaço rural; este depende da sua paisagem inóspita e pouco intervencionada a nível paisagístico, onde os níveis de qualidade ambiental assumem o seu expoente máximo em contraposição com os índices de modernidade das grandes áreas urbanas. Esta preocupação da sustentabilidade nas áreas rurais é sentida pelos órgãos que têm responsabilidades na área do planeamento, uma vez que é na actividade turística e em áreas que com ela existe complementaridade (mesmo que a actividade turística não seja considerada a primeira

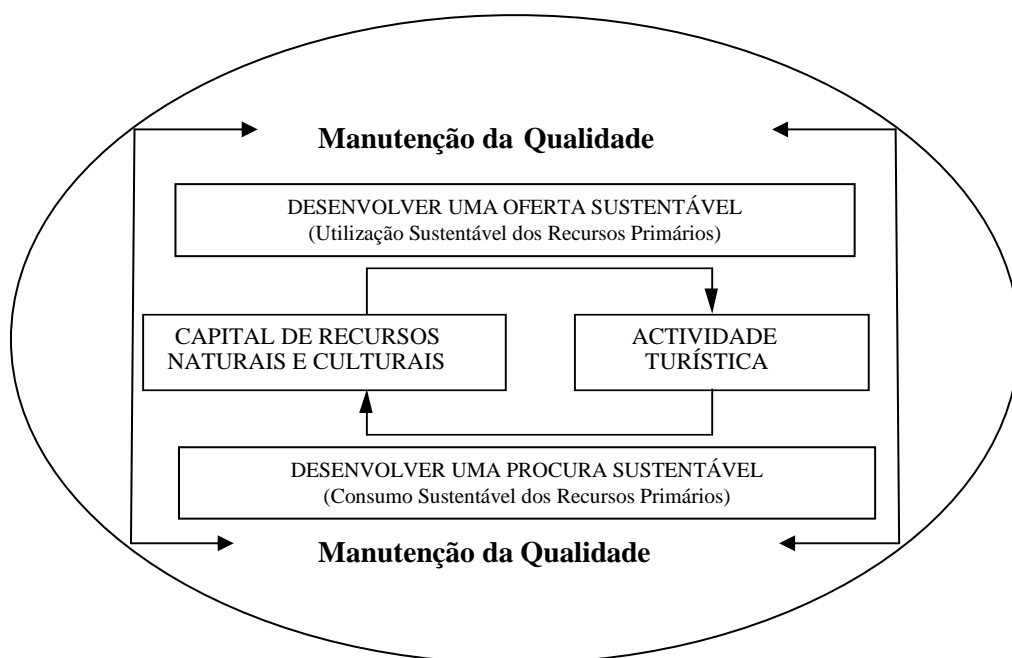
actividade) que se deposita a esperança de contrariar as tendências que tornam os territórios rurais de baixa densidade.

Sadler (1992; WTO, 1993, referenciado por Partidário), considerou que o desenvolvimento turístico de determinado território está dependente do alcance de objectivos que estão intimamente ligados com os interesses da procura, da oferta e do território. Para que o planeamento turístico atinja estes objectivos deverá ter em conta os seguintes itens:

- 1) Estruturação de uma oferta turística que prime pela responsabilidade social, onde para além do lucro do negócio, deve ter presente o contributo que a sua actividade pode dar à área receptora;
- 2) Garantir que a procura é desenvolvida na óptica da sustentabilidade, onde ganha ênfase (em articulação com a oferta) a sensibilização e a atitude pedagógica junto do visitante como forma de sensibilizá-lo para a preferência de destinos cuja gestão prime pelo turismo sustentável; garantir que a experiência é única e inimitável para a procura.
- 3) Utilizar os recursos primários de forma consciente (património natural, património cultural material e imaterial) garantindo-se assim a sua existência nas gerações vindouras por um lado, e por outro, estaremos a contribuir para a condição de sucesso da prática turística uma vez que subsiste uma preocupação na manutenção e preservação dos recursos.

A figura 7 ilustra esquematicamente a Gestão Turística Sustentável que permite a prática de um Turismo Sustentável.

Figura 7 - Gestão Turística Sustentável



Fonte: Adaptado do Esquema “Interdependência Ambiente e Turismo”, Ambiente e Turismo (Partidário)

O turismo sustentável apresenta vários benefícios para o ambiente natural. Para Swarbrooke (2000, pág.14, citado por Bahia e Sampaio), “o turismo sustentável estimula uma compreensão dos impactos do turismo nos ambientes natural, cultural e humano; incorpora planeamento assegurando o desenvolvimento do turismo adequado à capacidade de carga do ecossistema; demonstra a importância dos recursos naturais e culturais e pode ajudar a preservá-los.”

O Código Mundial de Ética do Turismo cria um marco de referência para o desenvolvimento responsável e sustentável do Turismo Mundial no início do novo milénio. O seu texto inspirou-se em numerosas declarações e códigos profissionais similares que o precederam e aos quais juntou novas ideias que reflectem a mudança da nossa sociedade nos finais do século XX.

Silva e Perna (2005, pág. 450) consideram que para a efectivação da trajectória rumo à sustentabilidade no turismo é fundamental a interacção de quatro dimensões: económica, ambiental, social e institucional. Às dimensões económica e ambiental une-se uma terceira dimensão - a social, assumida na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, em 1992 no Rio de Janeiro. A quarta dimensão do

desenvolvimento sustentável passa pelo envolvimento das instituições neste objectivo global.

Esta preocupação deverá fazer parte da agenda política e dos principais *players* do turismo, sob pena de no curto prazo a atractividade do sector ser posta em causa enquanto área propiciadora para regenerar economias deficitárias mas com potencial endógeno para a actividade turística por um lado, e por outro, pelos efeitos negativos que pode apresentar ao longo do tempo, contribuir para o enfraquecimento da competitividade dos territórios que já apresentam uma consolidação da sua vocação turística.

A Agenda para um Turismo Europeu Sustentável e Competitivo (2007) diz-nos, que “As tendências e as prioridades mundiais mudam: mais do que nunca, o principal desafio do sector do turismo é manter-se competitivo e, simultaneamente, salvaguardar a sua sustentabilidade, consciente de que a longo prazo a competitividade depende da sustentabilidade.”

O turismo Rural centrado no património natural e/ou no património cultural, pode, como actividade central do território, ou complementar, dar um novo ânimo às economias rurais. Mas este contributo assume força maior quando o seu carácter transversal gera efeitos multiplicadores noutros domínios como a saúde, educação, agricultura, ambiente, etc., logo, podemos dizer que o turismo tem um carácter integrador, podendo actuar em simultâneo em áreas sectoriais distintas. Este atributo do turismo ganha expressividade quando o *core* da actividade é endogeneizada e modelada por uma governança participada e partilhada.

No mundo rural, e assumindo-se o turismo como um forte protagonista na revitalização dos territórios, as políticas devem ter em conta a adopção de estratégias de desenvolvimento turístico que adoptem uma atitude responsável.

Deste modo, a actividade no âmbito do turismo rural deve reger-se, segundo Vera (1997, citado por Ribeiro e Vareiro), pelos seguintes princípios:

- “uso sustentável dos recursos;
- revitalização das economias locais;
- qualidade de desenho do produto turístico e de gestão;
- integração da população local;
- desenvolvimento planeado e controlado, que implique a não massificação, e um baixo impacto; e, definitivamente,

- a sustentabilidade”

É promissor para ajudar a trilhar o caminho da sustentabilidade o facto da Agência para um Turismo Europeu Sustentável considerar que “o futuro do turismo europeu reside na qualidade da experiência vivida pelos turistas: os turistas constatarão que os locais mais empenhados na protecção do ambiente, dos trabalhadores e das comunidades locais poderão também mais facilmente proteger os seus interesses.” (2007).

Esta consciencialização poderá constituir-se como um factor indutor à alteração de comportamentos e atitudes no lado da procura, podendo se reflectir na existência de uma procura sustentável mais consolidada. Relativamente à oferta, “ao integrar a questão da sustentabilidade nas suas actividades, as entidades ligadas ao sector do turismo poderão proteger as vantagens competitivas que fazem da Europa o destino turístico mais atractivo do mundo: a sua diversidade intrínseca, a sua variedade de paisagens e de culturas. Além disso, ao procurar responder ao problema da sustentabilidade de uma forma socialmente responsável, ajudarão a indústria do turismo a inovar os seus produtos e serviços, e a aumentar a sua qualidade e valor.” (Agência para um Turismo Europeu Sustentável, 2007).

3- CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Moimenta da Beira é a fronteira entre a NUT II Norte e NUT II Centro, apresentado por isso um retrato territorial diversificado, mas ainda assim, com maior incidência nas características identitárias da zona de montanha, por onde, aliás, se desenvolve a maior área territorial do concelho. A evolução económica e social são temas que são tratados de seguida, aos quais se juntam a temática das dinâmicas territoriais, ambiente, saúde, entre outros que nos permitem analisar o tipo de território em questão.

3.1- O TERRITÓRIO

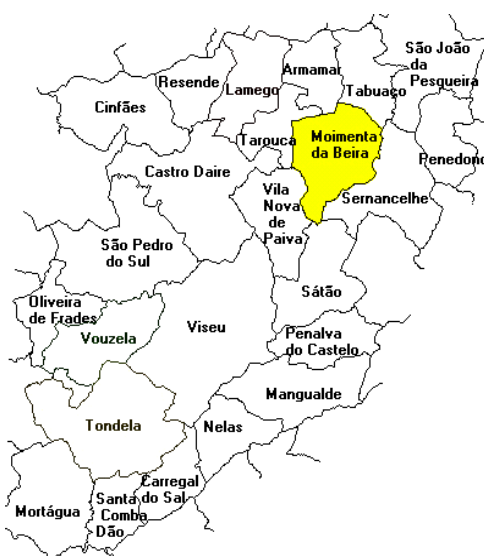
3.1.1- Dinâmicas Territoriais

Enquadramento geográfico regional e concelhio:

Município de Moimenta da Beira, beiraltino por excelência, adaptou o nome de “Muymenta”, lugar onde se pressupõe existir dois túmulos de dois Reis fenícios assassinados pelos romanos.

Situa-se no Centro-Norte de Portugal, parcela integrante do Nordeste do Distrito de Viseu conforme a figura 8 nos ilustra.

Figura 8 – Enquadramento Geográfico



Fonte: Estudo Global do Programa URBCOM da Vila de Moimenta da Beira

Possui uma superfície de 220 km² repartida por 20 freguesias: Aldeia de Nacomba, Alvite, Arcozelos, Ariz, Baldos, Cabaços, Caria, Castelo, Leomil, Moimenta da Beira, Nagosa, Paradinha, Paçô, Peravelha, Peva, Rua, Sarzedo, Segões, Sever e Vilar.

O Município de Moimenta da Beira apresenta um sistema urbano dual. Algumas freguesias gozam de uma metamorfose que as direccionam para um território urbano, havendo, por outro lado, freguesias cuja dinâmica e localização, entre outros factores, não conseguem proporcionar atractividade tornando-as assim territórios marginais.

Depois de 1897 Moimenta da Beira assumiu os contornos geográficos actuais, inexistindo até à década 80 acontecimentos relevantes que alterassem a sua configuração. É neste período que se verifica a elevação de duas localidades a vila, fruto de uma postura diligente no domínio social e económico, ficando o município com 3 vilas (incluindo a sede de concelho) e 37 aldeias.

Estas aldeias também apresentam entre si dualidades estruturais; são notórios os impulsos que os agentes transferem para o seu território (ainda que parques para a assumpção de um estado sustentável) expectantes de poderem contrariar as adversidades do mercado. Mas se por um lado temos actores que pugnam pela dinâmica de um território, há outros que se resignam ou não adoptam as medidas mais eficientes, fazendo com a localidade perca atractividade, verificando-se por isso na maioria das freguesias um duplo e veloz envelhecimento, onde se chega mesmo a constatar em algumas localidades a inexistência de crianças dos zero aos cinco anos.

Esta realidade levou ao encerramento de escolas e conduziu a autarquia e outros agentes do território para a delineação de planos que possibilitasse às crianças o acesso à educação (ensino básico) fora da sua área de residência; o envelhecimento galopante da população “obrigou” os governantes a assumirem a necessidade de reforçarem as infra-estruturas e os serviços de apoio aos idosos, de forma a permitir melhor qualidade de vida e minorar o isolamento a que muitos estão votados.

O Município de Moimenta da Beira, inserto no Pólo Turístico Douro, fica implantado numa encruzilhada de três estradas nacionais, possuindo face aos concelhos limítrofes um fluxo maior de passantes que podem, no futuro, assumirem-se como utilizadores efectivos do território. A localização estratégica torna-se uma mais valia para o município relativamente às decisões da governação central no que concerne à instalação de serviços públicos (de acordo com a nova reorganização dos serviços públicos no panorama

nacional) como por exemplo a saúde, justiça, educação, etc., contribuindo assim para o enriquecimento das dotações factoriais do território e para a sua maior atractividade.

Na perspectiva do utilizador do território “...a minimização dos deslocamentos, e do seu custo, é uma condição básica do princípio de centralidade. Todo agente económico procura reduzir ao mínimo o tempo que é necessário para adquirir um produto ou serviço, ou maximizar a utilidade dos deslocamentos, o que ocorre quando consegue economizar tempo satisfazendo várias necessidades em um só lugar e realizando o menor número de deslocamentos possível.” (Silva, 2004).

Moimenta da Beira apesar das fragilidades existentes, comuns aos territórios localizados no interior do país caracterizados de baixa densidade, tem conseguido, fruto das externalidades positivas que a sua localização geográfica tem permitido e da capacidade de intervenção e de reivindicação dos agentes instalados no território, afirmar-se numa micro-região (constituída essencialmente pelo Município de Tabuaço, Armamar, Penedono e Sernancelhe, nestes dois últimos com especial incidência) que se encontra cada vez mais dependente de Moimenta da Beira, lugar central (vide, anexo 4) ao nível da saúde, educação, justiça e outros serviços de apoio às actividades económicas, uma vez que se configura como um ponto de ligação central entre os vários territórios existentes no espaço geográfico inserto no “triângulo supra regional” em cujos vértices se posiciona a capital de distrito de Viseu, Guarda e Vila Real.

Ao nível interno o Município apresenta uma dualidade: processos tímidos de urbanização mas com tendência para vincarem intensidade em alguns focos urbanos (crescimento da sede do concelho e a promoção de aldeias a vilas); índice populacional e de taxa de actividade diminuta em algumas aldeias.

Moimenta da Beira parece estar a caminhar (de acordo com as dinâmicas territoriais que se têm sentido) para um posicionamento no sistema urbano designado por “Áreas de Intermediação”, que, de acordo com o exposto no documento estratégico Norte 2015 – Competitividade e Desenvolvimento, Uma Visão Estratégica, esta áreas “Não são ainda espaços com cultura urbana, são amostras parcelares de cidade, geralmente pouco qualificadas e sem carácter e identidade.”

3.1.2- Mobilidade, acessibilidades e transportes

Apesar do Município de Moimenta da Beira se encontrar estrategicamente localizado no cruzamento de várias estradas nacionais, outrora um interessante protagonismo na mobilidade e conectividade da sub-região onde se insere, hoje, essa posição estratégica tem vindo a ficar reduzida devido à alternativa A25/A24 (Guarda – Viseu – Lamego – Vila Real), diminuindo assim os fluxos rodoviários.

Esta fragilidade já há muito que se avizinhava, razão pela qual o Plano Rodoviário 2000 integrou nas acções a desenvolver a construção do IC26 com vista à ligação Lamego – Moimenta da Beira - Trancoso – Guarda (A25 – IP2), contribuindo assim para o fomento da coesão territorial desta região. De acordo com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Moimenta da Beira, esta acção é “reconhecida por todos como uma obra estruturante, capaz de sustentar e catapultar o crescimento e desenvolvimento desta vasta região, teria efeitos positivos e catalisadores na economia e no emprego, dinamizando o comércio, a pequena indústria, a agricultura e o turismo.”

Esta condição de margem periférica deve ser tratada de forma a assegurar o direito à mobilidade e o acesso a espaços geográficos onde o cidadão do interior possa de igual modo usufruir de outros bens e serviços existentes na cidade e inexistentes no seu ambiente habitual. É de extrema importância a implementação de soluções que permitam maior mobilidade para o público residente nas áreas rurais, identificando-se muitas vezes a necessidade de um reforço da rede de transportes intra concelhia, dando-se destaque neste contexto, ao trabalho que as associações têm assumido nos últimos anos e que tem contribuído para minorar o isolamento proporcionando um aumento da qualidade de vida dos residentes nas áreas rurais.

3.1.3- Sistemas Ambientais

A localização geográfica do concelho de Moimenta da Beira, entre o vale do Douro de clima tipicamente mediterrânico e as terras altas da Beira Alta, de clima de montanha, propicia a existência de comunidades vegetais e animais variadas. A veracidade destes factos assenta no longo e extenuante trabalho de caracterização dos recursos naturais do Município desenvolvido pelo Jardim Botânico da Universidade de Trás-os-Montes e Alto

Douro no período de 2004/2006, que tem servido de base para a estruturação de medidas de intervenção ao nível da protecção da fauna e flora e do seu reaproveitamento para fins agro-alimentares e turísticos (implementação de percursos pedestres).

Com uma preocupação intensa e sentida, fruto de uma maior consciencialização para a preservação de habitats, potabilidade das águas, protecção de espécies..., a autarquia nos últimos anos tem implementado projectos no âmbito da requalificação de sistemas ambientais, sendo exemplo desta realidade o projecto “O Paiva Mais Vivo” executado numa área de intervenção classificada como Rede Natura, submetido ao sistema de financiamento AGRIS; repovoamento de espécies arbóreas na zona serrana do concelho; implementação de uma Rede de Percursos Pedestres que “obriga” à desmatização e limpeza dos trilhos e zonas envolventes integradas nas Rotas; instalação de um parque eólico como forma de tirar partido das energias renováveis no plano ambiental e económico, apresentando-se como uma alternativa para os territórios que têm vindo a acolher nos dois últimos decénios a indústria extractiva (extracção de granito) que tem delapidado e danificado grande parte dos recursos geológicos. A instalação do parque eólico (que conta já com 8 aerogeradores) aparece como um projecto perfeitamente enquadrável com as políticas ambientais e ambicioso ao nível nacional, uma vez que pretende ser o de maior dimensão na região.

A reforçar a posição do Município perante a temática ambiental constatamos, de acordo com os dados estatísticos de 2005 (*vide*, anexo 5) que Moimenta da Beira assume o 4º lugar no universo da NUT III Douro relativamente à despesa que efectuou nesta dimensão de análise; no anexo 6 (Ambiente, 2005) é demonstrativa a importância desta dimensão para o concelho, reflectida no investimento desenvolvido no âmbito de Sistemas de Abastecimento de Água, Sistemas de drenagem de Águas Residuais e Estações de Tratamento de Águas Residuais.

No que respeita aos projectos pensados (alguns já candidatados) a sustentabilidade ambiental é uma preocupação presente; existe o reconhecimento que no plano da sustentabilidade nas áreas rurais a condição de sucesso assenta na manutenção e preservação do espaço rural, havendo por isso consciência que é necessário continuar a acautelar a exploração desenfreada dos recursos naturais e ignorar condutas que reflectam apenas o crescimento económico.

3.1.4- Sustentabilidade do Território

Tal como o referido no capítulo II, as áreas rurais de baixa densidade onde Moimenta da Beira se insere, procuram contrariar as adversidades impostas pela esfera global, verificando-se com frequência a tentativa de diversificarem as suas economias a partir dos recursos endógenos que oferecem vantagens comparativas.

Moimenta da Beira de igual modo recorre aos factores distintivos que possui para contrariar as tendências negativas que recaem sobre o seu território. Utiliza os recursos patrimoniais (naturais e culturais) para a prática do turismo; intervém na área florestal para o aproveitamento dos subprodutos da floresta, cuja intervenção assenta numa matriz de actuação completamente diferenciada da tradicional, outrora orientada apenas para os resíduos florestais para obtenção dos subprodutos: fertilizante e a resina. Hoje o ciclo produtivo do sector primário alterou-se substancialmente. Veio estimular novos usos e métodos de exploração dos subprodutos da floresta, onde a estratégia reside na utilização sustentável dos recursos disponíveis.

Neste âmbito e a partir das associações de caça e de desenvolvimento rural, tem-se assistido à implementação de projectos²¹ de foro sustentável que visam, a partir da floresta, efectuar a produção de biomassa, cogumelos, oxigénio; estimular a apicultura, a micoflora, a caça para fins turísticos e gastronómicos, etc.; na vertente agrícola assume destaque a vitivinicultura e a fruticultura, esta última com uma vincada especialização na maçã que povoa largos hectares de pomares existentes no concelho; os produtos biológicos começam a ser uma realidade, onde a prática qualitativa é preferida em detrimento da quantitativa, abrindo portas a nichos de mercado muito específicos. Ainda no sector primário, na produção animal, os agentes económicos têm vindo a explorar os derivados: queijos e os enchidos artesanais. As artes tradicionais não têm obtido para já reflexos positivos, situação que se julga derivar da não diferenciação dos produtos apresentados, que talvez pela ausência de processos de inovação e de criatividade não consigam captar a atenção do consumidor.

No domínio social, os agentes instalados no território procuram responder às necessidades que emergem no âmbito da saúde, educação e serviços de apoio à população; para o efeito, a autarquia estabeleceu uma rede interina que permite através das freguesias,

²¹ Informação cedida pela Associação de Desenvolvimento Rural “Os Lobos Uivam”

associações, agrupamento de escolas do concelho e sistema de saúde, actuar prontamente às várias solicitações. Esta realidade vem atestar a presença (neste domínio) da sustentabilidade institucional, devendo de igual modo os principais agentes de desenvolvimento (em especial a câmara) promover a existência de uma rede coesa na área económica e ambiental.

O Observatório para o Desenvolvimento Económico e Social da Universidade da Beira Interior desenvolveu em 2007 um estudo assente na análise das variáveis: Factor Educação e Mercado de Emprego, Factor Infra-Estruturas, Factor ambiente económico e habitacional dos 278 municípios portugueses, com o objectivo de efectuar a mensuração do bem-estar e da qualidade de vida dos portugueses; deste estudo resultou o Índice Concelhio de Qualidade de Vida que posiciona Moimenta da Beira em 224º no universo dos concelhos; a posição que ocupa equiparada com os congéneres limítrofes (Armamar em 227º, Tarouca 234º, Tabuaço 240º, Sernancelhe 252º e Penedono 261º) confere ao concelho de Moimenta da Beira capacidade de atracção e um maior índice de competitividade perante os territórios vizinhos. Este cenário é ainda reforçado com os valores resultantes do indicador *per capita* do poder de compra que coloca Moimenta num lugar cimeiro face aos municípios supramencionados (*vide*, anexo 7), destacando-se de igual forma dentro da micro-região no estudo promovido pelo INE – Direcção Regional Norte na NUT II Norte, que integrou como dimensões de análise a excelência, dinamismo económico e base industrial, vitalidade demográfica, ruralidade e dimensão populacional (*vide*, anexo 8).

3.2- ACTIVIDADES ECONÓMICAS

3.2.1- Sectores Tradicionais e Competitividade

O Município de Moimenta da Beira à semelhança dos seus congéneres limítrofes, possui no âmbito dos sectores tradicionais um desempenho na fileira da maçã e do vinho, podendo, ainda assim, vir a destacar-se se em termos estratégicos se orientar para os derivados destas fileiras.

Segundo o relatório Norte 2015 o consumo destes produtos, em associação com os lacticínios “...atingiu um estágio de desenvolvimento que torna difícil o aumento da sua

produção em volume. Encontramo-nos, por esta razão, numa nova fase de desenvolvimento que terá que assentar muito mais em ganhos de gama do que em ganhos de escala.” Neste contexto, ganha relevo a qualidade e o factor diferenciação como elemento decisivo no processo de decisão de compra, sendo considerado como um dos elementos diferenciadores o atributo que confere a estes produtos o estado de saudáveis, característica distintiva frequentemente utilizada nas campanhas de comunicação e marketing.

As novas apetências dos consumidores vem permitir que ao nível dos produtos tradicionais seja possível para os agentes económicos instalados nas áreas rurais obter ganhos de gama, desde que para o efeito a qualidade e a inovação dos produtos sejam os pressupostos base do modelo de negócio.

O factor diferenciação com carácter de inimitabilidade tem sido um recurso que começa a ser uma realidade no território, muito embora a frequência da presença deste factor nos produtos e serviços das áreas rurais não tenha ainda a expressividade desejada para se afirmar um território, possivelmente pelo receio do risco ou pela ausência de uma cultura empreendedora, ou ainda, pelo legado do modelo de massas do sector primário. Quando se identifica esta inimitabilidade que pode ser conferida por variados factores: solo, clima, saber ser e saber fazer das pessoas..., o produto pode beneficiar de uma Denominação de Origem Protegida, sendo por isso um atributo que acresce valor ao produto e ao território que o detém.

A região Douro foi a primeira do mundo a tirar partido das Áreas Demarcadas com o vinho do Porto. Um legado do Marquês do Pombal datado do séc. XVIII, que poderia, se continuado pelos seus sucessores em outras áreas de produção, ter transformado a NUT III Douro numa área de excelência ao nível dos produtos tradicionais com Denominação de Origem Protegida.

O Município de Moimenta da Beira possui duas áreas demarcadas: Área Geográfica Delimitada (Maçã) e a Região Távora-Varosa demarcada como IPR – Indicação de Proveniência Regulamentada (Vinhos).

No âmbito da produção da maçã, Moimenta da Beira encontra-se bem posicionada conforme nos demonstra o seguinte excerto “...actualmente a produção nacional de maçã é de 300 mil toneladas/ano, 130 das quais na Beira Alta, 43 por cento do total nacional (...) SOMA, Sociedade Agro-Comercial que se dedica à produção, armazenagem e distribuição,

sendo uma das mais importantes empresas do sector no país, com sede em Moimenta da Beira...”²²

No que respeita aos vinhos, tem-se assistido no último decénio a uma mudança no modelo de processo de produção e de negócio; privilegia a qualidade em detrimento da quantidade, procedendo para o efeito ao lançamento de novas variedades de vinho dentro da gama VQPRD²³; apostou também no vinho espumante cujo crescimento superou as expectativas, verificando-se inclusive a ampliação infra-estrutural.

Apesar destes dois exemplos o sector agrícola não apresenta o dinamismo de outrora. A indicar este facto surge o envelhecimento do produtor (*vide*, anexo 9), a diminuição do n.º de explorações e da actividade agrícola a tempo inteiro.

De acordo com a publicação - *Estatísticas Agrícolas 2008* editada pelo INE, é notória a evolução negativa da actividade agrícola em Portugal (*vide*, anexo 10). O estudo desenvolvido pelo INE no período de 1989-2005 diz-nos que “a diminuição do número de explorações deve-se principalmente à sua baixa rentabilidade, à crescente urbanização do território, à dificuldade em atrair os jovens para as zonas rurais, bem como as medidas de política agrícola, que favoreceram o aumento da dimensão das explorações.”.

Este cenário vem corroborar a perda de atractividade do sector agrícola e da sua supremacia ao nível da empregabilidade comparativamente ao sector secundário e terciário.

Moimenta da Beira não é excepção, e assim o indicam os dados estatísticos referentes ao intervalo de tempo 2001-2006 em que se verificou uma diminuição de 57% do n.º de empresas da secção A²⁴ (*vide*, anexo 11 e 12). Deste contexto podemos concluir que o sector primário trabalhado nos moldes tradicionais não consegue manter uma posição atractiva no mercado, razão pela qual recentemente se tem apostado na diversificação da economia para as áreas rurais de baixa densidade, sendo a mesma sustentada nos respectivos recursos endógenos.

Assim, tem-se verificado o surgimento no espaço rural (da qual Moimenta da Beira não é alheia) de diferentes formas da prática agrícola: trabalho exclusivo na agricultura; prática agrícola como segunda actividade (funcionando esta como um complemento de

²² Texto de Ricardo Bordalo, da Agência Lusa. Informação retirada do site: <http://ocastendo.blogs.sapo.pt/69455.html>

²³ Vinho de Qualidade Produzido em Região Demarcada

²⁴ Agricultura, produção animal, caça e silvicultura

rendimentos), e por último, a prática ligada a um *hobby* e desenvolvida em pequenos quintais.

O sector secundário é pouco expressivo, e neste domínio, a actividade recai maioritariamente na secção D (Indústria transformadora: transformação de granito e indústria alimentar) e F (construção), embora, e no mesmo período de análise, se tivesse constatado uma diminuição de 6% na indústria transformadora e 2,3% no sector da construção (*vide*, anexo 11 e 12).

E por último, uma referência ao sector terciário (comércio e serviços) onde Moimenta da Beira comparativamente aos restantes concelhos (dentro da micro-região já anteriormente definida) apresenta uma dinâmica de maior relevância. A diversidade constitui-se como um ponto forte, mas a inexistência de lojas âncora assentes numa oferta qualificada onde subsista a predominância do carácter endógeno como factor inimitável para o segmento de visitantes por um lado (atributo que se tem constituído, em associação à qualidade, como um elemento decisivo no processo de decisão de compra junto de um novo perfil de consumidor e visitante), e por outro, lojas de cariz estruturante para a população residente (em especial para os jovens da micro-região com os quais se pretende criar um processo de habituação para à compra), tem se apresentado como uma lacuna para alavancar o comércio tradicional que tem vindo a perder atractividade conforme o descrito no capítulo II, fruto do seu desajustamento às necessidades da procura (*vide*, anexo 11 e 12; a secção H (Alojamento e restauração) tem apresentado um crescimento notório, derivado, possivelmente, à classificação do Douro como Património da Humanidade ou ao forte enraizamento da actividade de construção civil.

Na área dos serviços destaca-se um acréscimo de entidades nos serviços de apoio à população, seguido das actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (*vide* anexo 11 e 12).

O retrato empresarial de Moimenta da Beira de acordo com a análise efectuada nos dados estatísticos do horizonte temporal 2001-2006, demonstram uma diminuição de 6,4% do n.º de empresas, tendo contribuído para esta perda a insuficiente capacidade dos territórios de baixa densidade se tornarem pólos de atracção de investimento externo e, acima de tudo, tornarem-se competitivos com os recursos disponíveis que dispõem internamente, a fim de se potenciar a criação de externalidades positivas. A notória tendência do sector terciário suplantarem o primário não é fenómeno despoletado no horizonte

temporal supramencionado; O Observatório do Emprego e Formação Profissional editou uma publicação “Potencialidades do Douro Sul” (2000) onde já constava a orientação para a terciarização da economia.

A existência de micro-empresas é dominante, cenário que se estende aos concelhos situados no interior do norte de Portugal (*vide*, anexo 13)

No que respeita à exportação Moimenta tem um valor residual, situação que ocorre também ao nível da NUT III Douro no contexto da NUT II Norte (*vide*, anexo 14), todavia, no anexo 15 podemos constatar que apesar de residual as exportações de mercadorias têm crescido substancialmente, denotando assim um dinamismo dos empresários na conquista de novos mercados.

Apesar da existência de documentos estratégicos na NUT III Douro que prevêem olhar o território como sendo uno e indivisível, Moimenta da Beira, zona de montanha inserida na NUT III Douro e no Pólo de Desenvolvimento Turístico do Douro, ainda não conseguiu sentir benefícios directos da sua inserção no Pólo, ao qual foi conferido vocação turística.

3.3- O MUNICÍPIO E AS PESSOAS

3.3.1- População, Formação e Educação

O Município de Moimenta da Beira de acordo com os últimos resultados censitários tem 11074 habitantes e uma densidade populacional de 50,3 (*vide*, anexo 16), número que correspondeu no período de 1991-2001 a um crescimento negativo de 12%, comportamento que se estendeu aos restantes municípios da NUT III Douro, à excepção de Vila Real. Em contrapartida e conforme nos indica os dados estatísticos do respectivo anexo, no intervalo de tempo 2001-2006 Moimenta teve um crescimento positivo de 0,9, à semelhança de Tarouca e Vila Real.

Trata-se de uma população envelhecida cujo índice de envelhecimento é de 135,8, todavia, e equiparando com os valores apresentados pelos municípios circundantes no anexo 16, à excepção de Tarouca, Moimenta possui uma posição mais favorável.

Na população residente do grupo etário [0-14] e [15-24] conforme nos indica o Anuário Estatístico 2006, Moimenta aparece logo a seguir a Lamego, Régua e Vila Real. Este cenário apresenta-se como um indicador positivo, na medida em que nos permite

aferir que apesar da recessão demográfica que se faz sentir ao nível sub-regional, Moimenta consegue ainda obter capacidade de atracção e retenção de jovens, fruto também da dinâmica educacional que se presencia no concelho.

Ao ponto fraco, população envelhecida existente na sub-região do Douro, alia-se o baixo nível de qualificação que prevalece no território. A publicação, Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social – Volume 3 – Região Norte, mostra-nos que em Moimenta da Beira no ano 2001 registou-se um intervalo de [5.1; 5.8] da média de anos de escolaridade (*vide*, anexo 17) e uma taxa de analfabetismo que se situa no intervalo de [14.7; 19.6] (*vide*, anexo 18).

Segundo este documento “...os concelhos mais marcados pela interioridade, por modos de vida rurais e pelo mais forte envelhecimento demográfico são os que registam níveis mais elevados de analfabetismo.”

Segundo dados dos últimos censos (2001), a população de Moimenta da Beira possui o 1º ciclo como grau de escolaridade dominante, muito embora, com o surgimento das novas oportunidades e dos cursos de dupla certificação o cenário tende a alterar-se, uma vez que possibilitam a conclusão da escolaridade obrigatória através de um percurso flexível e ajustado aos interesses pessoais, permitindo ainda o prosseguimento de estudos ou formação para uma entrada qualificada no mundo do trabalho. A Escola Secundária de Moimenta da Beira e as Associações locais têm desempenhado um papel exímio neste domínio, procedendo para o efeito à elaboração de candidaturas que propiciam um maior leque de oferta educativa e ajustada às necessidades da população.

3.3.2- Mercado de Trabalho

No anexo 19 verifica-se que o desemprego em Moimenta tem tido uma curva ascendente, fruto da empregabilidade no comércio e no sector primário ter decaído derivado à sua incapacidade de se tornarem competitivos. A actividade empregadora no comércio não é geradora de grandes dinâmicas; é caracterizada por gerar, habitualmente, um posto de trabalho, geralmente assumido pelo proprietário. Por vezes verifica-se a afectação de recursos humanos em regime de trabalho temporário.

As actividades enquadradas no CAE²⁵ de G-Q são as que apresentam o maior número de trabalhadores por sexo (2005), especificidade que nos reporta para um município com tendência para a terciarização da sua economia, realidade extensível à NUT III Douro conforme se pode verificar no anexo 20.

No que diz respeito ao nível de habilitações da mão-de-obra na dimensão de análise, trabalhadores por conta de outrem, verifica-se, segundo os dados de 2005, que 30,6% da população activa e empregada possui como habilitação o 1º ciclo seguido do 2º ciclo, níveis dominantes em quase todos os concelhos da NUT III Douro (*vide*, anexo 21).

Relativamente às declarações de IRS (em número) no horizonte temporal [1999-2006] verificamos um aumento de 34%, este aumento pode estar consubstanciado na obrigatoriedade dos reformados apresentarem as declarações de IRS, como também poderá estar reflectido no ingresso dos jovens no mercado de trabalho (*vide*, anexo 22).

3.3.3- Saúde

No âmbito do Processo de Requalificação da Rede de Urgência Geral²⁶ que visa a requalificação e redistribuição geográfica dos pontos de urgência tipificados em três modalidades: serviço de urgência básica, serviço de urgência médico -cirúrgica e serviço de urgência polivalente, o Município de Moimenta da Beira, após o reconhecimento dos competentes organismos da existência das especificidades que o serviço reivindica foi seleccionado para acolher o Serviço de Urgência Básica. Esta realidade permite que o concelho possua vantagens comparativas neste domínio, podendo-se reflectir a curto prazo num acréscimo populacional por se considerar que a existência de um sistema de saúde num território é um indicador ponderável para a selecção da área de residência.

Apesar desta mais valia gerada para Moimenta, identificou-se, após entrevistas efectuadas aos profissionais de saúde da Unidade de Saúde de Moimenta da Beira, que a principal dificuldade reside na fraca atractividade que os territórios de baixa densidade possuem para os profissionais, optando estes, sempre que podem, pelas áreas mais urbanizadas.

²⁵ Revisão 2.1

²⁶ Despacho N.º 5414/2008

A integração do concelho no Pólo Turístico Douro oferece-se de igual modo como um factor positivo, pois ao assumir-se como objectivo para esta região a afirmação do Douro “...como um «PÓLO TURÍSTICO DE PROJECCÃO INTERNACIONAL, fazendo do turismo uma alavanca para o desenvolvimento socioeconómico da Região»”, conforme o mencionado no Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro, 2007-2013, é perspectivar que os serviços de apoio à população, que servem também visitantes, cresçam exponencialmente, reforçando assim os atributos qualitativos do destino turístico Douro.

Dentro da actividade turística e no que diz respeito à oferta de estabelecimentos hoteleiros e capacidade de alojamento, Moimenta da Beira possui condições mais favoráveis quando equiparado com os outros concelhos (à excepção de Vila Real, Peso da Régua e Lamego) que fazem parte da NUT III Douro, em especial quando a equiparação é efectuada entre os municípios que constituem a micro-região já anteriormente definida (*vide*, anexo 23).

3.3.4- Cultura

Os ritmos de vida acelerados e desprovidos de sentimentos têm seriamente devastado identidades. Há quem refira que são os efeitos da globalização, mas também há quem defenda que num mundo cada vez mais globalizado a identidade de cada povo se oferece como um factor distintivo. É neste sentido que se tem reconhecido na cultura nos últimos anos a capacidade de produzir inimitabilidade num mundo cada vez mais homogéneo.

As actividades culturais multiplicam-se pelo país; a construção/requalificação de infra-estruturas de apoio à cultura e a recuperação do património (material e imaterial) marcaram forte presença no III QCA, sendo reforçada no QREN; Moimenta da Beira não é alheia a esta tendência e no quadro das políticas públicas que definem a estratégia municipal adoptou a cultura como um dos pilares do seu *core*, muito embora reconhecendo-se que a afirmação desta como um dos factores nucleares para o desenvolvimento sustentável das áreas de baixa densidade é um trilhaço complexo num meio onde a perspectiva económica se sobrepõe às restantes dimensões.

O anexo 24 demonstra as despesas das câmaras municipais em actividades culturais e de desporto por município da NUT III no ano 2005, podendo-se equiparar os municípios

que mais investem na cultura. Salienta-se ainda que o défice de animação identificado no destino Douro apresenta-se como uma oportunidade para os municípios, havendo desta forma a convergência para uma necessidade e a possibilidade de incrementarem o n.º de actividades culturais dentro do espaço geográfico Douro, podendo assim contribuir para um aumento e diversificação da animação, considerada um ponto fraco no sistema do turismo dentro da sub-região Douro.

4- O IMPACTO DO PROGRAMA URBCOM NO MUNICÍPIO DE MOIMENTA DA BEIRA

No desiderato de contrariar as tendências sentidas no centro urbano da vila de Moimenta da Beira, a Câmara Municipal de Moimenta da Beira candidatou-se ao Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial, no pressuposto de atenuar constrangimentos de ordem social, económica, ambiental e urbanística.

4.1- O QUE É O URBCOM?

Na década de 90 foi disponibilizado como medida de apoio ao Comércio o PROCOM, sendo o seu sucedâneo no III Quadro Comunitário de Apoio 2000/2006, o URBCOM - Sistema de Incentivo a Projectos de Urbanismo Comercial, ambos instrumentos do PRIME²⁷, tendo sido o URBCOM um instrumento enquadrável na medida do Eixo 2/ 2.4.B2. Apesar do PROCOM já ter considerado a vertente urbana e comercial como objecto de intervenção, o URBCOM trouxe consigo mais duas: Formação e Acções Colectivas.

De acordo com o Gabinete da Secretária de Estado da Indústria, Comércio e Serviços, “O URBCOM tem como objectivo apoiar projectos de urbanismo comercial que visem a modernização das unidades empresariais integradas em áreas urbanas delimitadas associada à revitalização do espaço público envolvente, e a acções de promoção e animação comercial, compreendendo, ainda, acções de formação profissional.”

O acesso a esta medida de financiamento teve por base a conceptualização de um projecto global que obrigou à formalização de uma parceria com associações empresariais, administração local e empresas, e à definição de estratégias de desenvolvimento urbano-comercial para a área do projecto, corporizadas a partir de acções/medidas delineadas por cada um dos promotores.

De acordo com a portaria que regulou o sistema de incentivos URBCOM, os destinatários (dentro da área de intervenção definida no projecto global) eram apoiados nos seguintes domínios:

- Empresários: intervenções físicas e externas, reorganização do *layout* para conferir ao estabelecimento maior atractividade e introdução das novas tecnologias no sistema de comunicação e de gestão;

- Autarquias: requalificação urbana dos espaços públicos da área de intervenção na tentativa de promover à função comprar, uma articulação com as funções "estar" e de "lazer".
- Associações: após a execução dos investimentos dos promotores anteriores, coube à estrutura associativa dinamizar um programa de acção assente em campanhas de animação e de promoção da oferta comercial instalada na área de intervenção.

4.2- QUADRO REGULAMENTAR DO SISTEMA DE INCENTIVOS A PROJECTOS DE URBANISMO COMERCIAL – III QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO

4.2.1- Legislação Aplicada no Âmbito Nacional

No conjunto de medidas de política de acção económica aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 70-B/2000 de 5 de Maio, a serem desenvolvidas a médio prazo com vista ao desenvolvimento estratégico, inseriram-se os projectos de urbanismo comercial que visaram a revitalização e consolidação do tecido empresarial e a requalificação do espaço urbano envolvente.

Neste sentido, o urbanismo comercial apresentou-se como um instrumento para promover sinergias entre o comércio e a defesa do património, sem esquecer o bem-estar e a qualidade de vida do cidadão.

O Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial – URBCOM foi criado pela Portaria n.º 317-B/2000 de 31 de Maio, onde foram definidas as regras de candidatura e de concessão de apoios financeiros, as entidades beneficiárias, microempresas e PME²⁸, estruturas associativas de comércio, câmaras municipais e unidades de acompanhamento e coordenação (UAC), bem como ficou estipulado a obrigatoriedade do estabelecimento de parcerias entre as entidades supramencionadas para a elaboração da candidatura, que deveria ser precedida de um estudo prévio no qual devia

²⁷ Programa de Incentivos à Modernização da Economia (Ministério da Economia)

²⁸ Pequenas e Médias Empresas de qualquer natureza jurídica integradas nos sectores do comércio, turismo e serviços - CAE 50,51,52,5530,5540, 9301 e 9302, revisão 2.1,

constar a proposta de definição da área de intervenção e os elementos necessários à avaliação dos critérios de qualificação.

Em 7 de Fevereiro de 2002 foi publicada a Portaria n.º 113-A que alterou a Portaria n.º 317-B/2000, de 31 de Maio, passou assim a criar e regulamentar o Sistema de Incentivos de Urbanismo Comercial (URBCOM). Todavia, é apenas em 2004 que se verifica, e em definitivo com a Portaria n.º 188, a aprovação do regulamento de execução do Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial – URBCOM.

4.2.2- Legislação Aplicada ao Projecto de Urbanismo Comercial da Vila de Moimenta da Beira

- **Despacho N.º 356/SEICS/2004, de 29 de Março**

Criou as Normas Específicas do Projecto Global de Urbanismo Comercial.

- **Apêndice N.º 129/2005, 26 de Setembro**

Teve como objectivo definir as normas e condições de requalificação do espaço público da área de intervenção do URBCOM de Moimenta da Beira, de forma a garantir a salvaguarda do património através das várias intervenções (espaço edificado e não edificado) que nele viessem a ser desenvolvidas.

- **Despacho n.º 355-XVII/2005/SECSDC, de 13 de Setembro**

Aprovou as Normas Especificas do URBCOM de Moimenta da Beira (*vide*, anexo 25);

- **Despacho n.º123/XVII/2006/SECSDC, de 3 de Março**

Abriu um novo período de apresentação de candidaturas ao Projecto n.º 024/URBCOM/2004 - Projecto Global de Moimenta da Beira, que decorreu entre os dias 13 de Março e 2 de Abril de 2006, autorizado pelo Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor

4.3- O PROJECTO DE URBANISMO COMERCIAL NA VILA DE MOIMENTA DA BEIRA

4.3.1- Diagnóstico Síntese do Centro Urbano de Moimenta da Beira

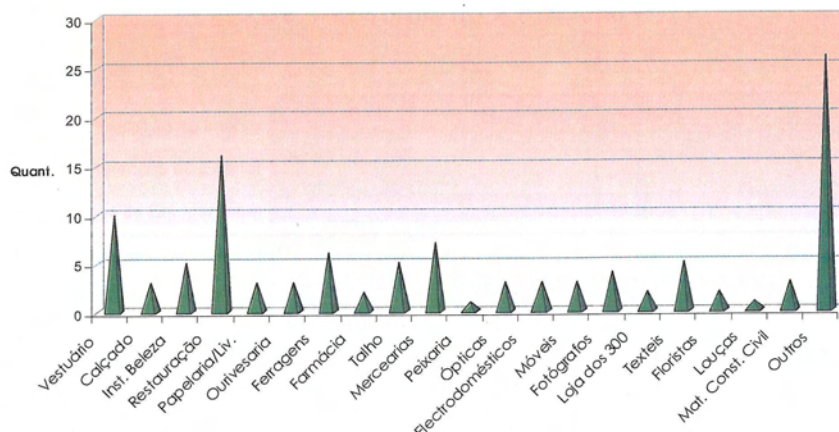
A medida ao Sistema de Incentivos de Urbanismo Comercial apresentou-se como uma oportunidade para minorar os constrangimentos detectados ao longo do desenvolvimento do estudo prévio, seguido do estudo global após a qualificação do primeiro como projecto global, e que aqui se enumeram conforme o mencionado na página 4 do estudo prévio:

- “Estado das ruas e passeios;
- Problema do estacionamento;
- Degradação urbanística e habitacional;
- Difícil acesso e circulação;
- Ambiente social;
- Modernização lojas;
- Falta de clientela;
- Falta de animação”

Síntese do diagnóstico da oferta comercial em Moimenta da Beira na Área de Intervenção que contemplou 114 estabelecimentos comerciais (Estudo Global, pág. 19, 20, 21 e 27):

- Natureza Jurídica:
 - a) Empresário Nome Individual: 71%
 - b) Sociedade por Quotas: 29%
- Natureza do Espaço:
 - a) Arrendado: 76%
 - b) Próprio: 24%
- Sectores de Actividade

Figura 9 – Estabelecimentos por Sector de Actividade



Fonte: Estudo Global – URBCOM da Vila de Moimenta da Beira, pág. 21

▪ Produtos Comercializados

Neste parâmetro de avaliação parafraseia-se a análise constante na pág. 27 do estudo global “...concluímos que estas empresas não apostam em marcas específicas, preocupando-se mais talvez com o preço dos produtos que comercializam e não com a marca dos mesmos.”

O conjunto de problemas identificados não coexistem apenas em Moimenta da Beira, são do foro comum e transversais a outros centros urbanos, todavia, através do URBCOM, a Câmara Municipal pretendia implementar um conjunto de medidas e acções correctivas que permitissem reactivar o centro, tornando-o um pólo catalisador dos utilizadores do território.

Foi neste sentido que a candidatura ao Sistema de Incentivos se desenvolveu, ambicionando atingir o seguinte conjunto de objectivos (Estudo Prévio, pág. 4):

- “Tornar o centro da vila de Moimenta da Beira um espaço atractivo ao peão, invertendo a tendência de desqualificação como vila de passagem;
- Promover soluções alternativas à passagem de trânsito pelo centro da vila;
- Oferecer alternativas ao estacionamento no centro;

- Revitalizar o parque habitacional da zona central, de forma a vivificar a zona antiga;
- Oferecer uma alternativa comercial importante a uma bacia de potenciais compradores, sobretudo a um conjunto de concelhos vizinhos (Sernancelhe, Tabuaço, Armamar, Aguiar da Beira, Tarouca, Penedono, e Vila Nova de Paiva);
- Criar atractivos suplementares de animação urbana que contribuam para o uso sazonal deste espaço;
- Reinventar o espaço central da vila como espaço de lazer e cultura.”

Associada à iniciativa privada, de primordial importância para modernizar a área comercial (função comercial), o estudo prévio apresentou uma proposta de intervenção municipal (função urbana) para, de forma articulada e complementar se desenvolvesse um conjunto de melhoramentos na estrutura urbana com vista à obtenção de uma maior atractividade para a área comercial, possibilitando desta forma que o consumidor associasse ao acto de comprar, o lazer.

Síntese da Proposta de Intervenção:

- “Dotar o centro comercial de Moimenta da Beira com os equipamentos de apoio e de um adequado mobiliário urbano;
- Desenvolvimento de uma sinalética orientadora que ajude os visitantes e que contribua para uma equilibrada convivência entre o peão e o automóvel;
- Pavimentação dos espaços do estacionamento não induzidos como espaços mono funcionais, mas como elementos da estrutura urbana, de apoio à fruição das zonas comerciais, de serviços, culturais mas também como espaços de estar com múltiplas alternativas de uso;
- (Re)Pavimentação das principais ruas como forma de introduzir um pavimento diferenciado (cubos granito e não alcatrão) que ajude o automóvel a perceber algumas zonas de intrusão nos percursos pedonais, mas também como forma de permitir uma menor impermeabilização do solo;
- (Re)Pavimentação dos passeios ajudando a criar estruturas contínuas e convidativas ao percurso;

- Coberto vegetal, como forma de amenizar o clima, de oferecer uma paisagem urbana de contrastes, mas também como espaço de lazer, como elemento cénico, passível de combinação com arte pública;
- Iluminação adequada, com uma imagem moderna, atractiva, também como elemento de mobiliário urbano, que ajude a desenhar os percursos nocturnos, a mostrar os pontos notáveis, e a identificar os percursos;
- Os espelhos de água e as fontes como elemento fundamental da história do espaço, na sua relação com as actividades humanas, com o fornecimento público de água ou como elemento decorativo, afirmando o seu carácter de bem preciosos e escasso”. (Estudo Prévio, pág. 27)

4.3.2- A Visão do URBCOM – O Que Era Pretendido

Aquando do manifesto interesse dos promotores para o desenvolvimento de uma candidatura ao sistema de incentivos de urbanismo comercial, precedida de um estudo prévio que fixou os objectivos e medidas correctivas a serem desenvolvidas no estudo global, foram, ao abrigo destes dois documentos, delineadas medidas orientadoras na dimensão urbano/comercial, qualificação e animação, visando-se assim, de acordo com o excerto extraído do site do Ministério de Economia “...tornar o centro da vila atractivo ao peão, reinventar a área central da vila como espaço de lazer e cultura, promover a requalificação da oferta comercial e perspectivá-la como uma alternativa importante a um leque de potenciais consumidores que terão origem não só nos residentes do Concelho como nos Concelhos adjacentes.”²⁹.

Com este conjunto de medidas, materializadas em projectos de parceria, os promotores preconizaram a médio prazo um impacto reflectido nos seguintes domínios:

- Aumento do fluxo e fixação dos *stakeholders* na área de intervenção;
- Potenciar as sinergias existentes na rede de parceiros como reforço do desenvolvimento do sector turístico nesta área;
- Promover o dinamismo socioeconómico, em particular do centro urbano.

²⁹

http://www.portugal.gov.pt/GC15/Governo/Ministérios/MEc/Notas/Pages/20040615_MEc_Com_Comercio.aspx

O estudo global aponta ainda para o conceptualização de um conceito que sirva de referência e diferenciação no âmbito comunicacional, desenvolvendo assim o conceito “Moimenta o seu centro de lazer e de compras”. O objectivo comunicacional deste conceito, segundo o estudo global, centra-se em “...transmitir a mensagem de que mais vale o divertimento e oferta comercial próximo do que a oferta de Viseu, Lamego ou Vila Real.” (Estudo Global, pág. 72).

Apesar das limitações referenciadas pela equipa técnica no estudo global, foi considerado por esta “...que este estudo e as medidas prospectivas constituem uma matriz de desenvolvimento para dar frutos entre 2007 e 2010, sendo esse o alcance temporal que esta proposta nos merece tendo em conta os constrangimentos acima referidos.” (Estudo Global, pág. 61)

De forma sintética o objectivo base centra-se na valorização do centro urbano de Moimenta da Beira, mais especificamente na requalificação do espaço público e na dinamização do comércio local, sendo referenciado no estudo global as seguintes estratégias para a dinamização da área comercial:

- “Fidelização do comércio tradicional através do reforço e qualificação dos estabelecimentos com a tipologia de comércio de bens essenciais; eventualmente na aposta de produtos tradicionais como factor de diferenciação;
- Aposta na requalificação e implantação de novas unidades com cariz mais selectivo, eventualmente assente em marcas de referência e produtos de qualidade, mantendo o padrão de preço.”

4.3.3- O “Modus Operandi” utilizado para a Aplicabilidade do Programa URBCOM

O início do processo de candidatura reporta-se a Setembro de 2000, aquando da comunicação da Associação de Comércio e Serviços do Distrito de Viseu (adiante designada por ACDV) a informar da existência do Sistema de Incentivos a projectos de Urbanismo comercial, regulamentado pela Portaria N.º 317-B/2000, que previa, à data, candidaturas à componente urbanística (investimento público) e comercial (investimento privado).

Esta comunicação foi objecto de despacho do Presidente da Câmara Municipal, no sentido da Divisão de Obras e Loteamentos Particulares efectuar o respectivo enquadramento deste sistema de incentivos para o centro urbano de Moimenta da Beira. Após despacho, nasceu nesse mesmo mês uma informação da Divisão a propor a área de intervenção objecto de requalificação, transcrevendo-se um pequeno excerto da mesma, consubstanciada em suposições da aceitabilidade das partes envolvidas “...edifícios particulares, existentes ao longo desse arruamento, possuem espaço livre entre o espaço público (de estacionamento) e as suas fachadas principais. Dado que todos esses edifícios possuem espaços comerciais no piso do rés-do-chão é perfeitamente aceitável que aceitem ceder o espaço em causa para execução...”.

Tal argumentação foi corroborada pelo Presidente, efectuando um despacho para que toda a documentação fosse remetida à reunião de Câmara, a fim da mesma, depois da tomada de conhecimento do respectivo executivo, ser orientada para a ACDV com vista ao estabelecimento da cooperação institucional, procedimento de carácter obrigatório para a elaboração da candidatura, ficando sob a incumbência desta última, a expedição do processo para a Direcção Geral do Comércio e da Concorrência (DGCC).

Na sequência desta diligência, em Maio de 2001 a Direcção Geral do Comércio informa a Câmara Municipal de Moimenta da Beira da necessidade da elaboração de um estudo prévio “...precedida de uma deslocação dos técnicos da DGCC, para delimitar a área de intervenção, sendo posteriormente elaborado o referido estudo, sobre essa área, e que terá por base os critérios de qualificação...”³⁰, definidos no âmbito do artigo 5º da Portaria 317-B/2000

Decorridos quase dois anos desde o início do processo de candidatura, esta, manteve-se em *stand by* até à data da publicação da portaria n.º 113-A/2002, que vem em definitivo regulamentar a aplicação deste programa, trazendo no seu conteúdo alterações significativas. Face ao actual contexto, a DGCC dá conhecimento à estrutura associativa e esta à câmara municipal, do novo enquadramento legal para a qualificação dos projectos globais, informando em simultâneo, da possibilidade de poder alterar/complementar a informação remetida em Outubro de 2000 pela ACDV a fim da mesma convergir para a nova legislação.

³⁰ Ofício enviado pela Direcção Geral do Comércio e da Concorrência. Referência: OF/4346/2001/DSD2/DGCC

A elaboração do estudo prévio foi objecto de concurso, cujo procedimento passou pela consulta prévia através de convite a três empresas. Após adjudicação da prestação de serviços a empresa vencedora, esta desenvolveu o respectivo estudo prévio, integrando os elementos descritos no caderno de encargos (*vide*, anexo 26).

Processada a candidatura e já em sede de análise, foi identificado o incumprimento do compromisso para a instalação da Unidade de Acompanhamento e Coordenação (UAC), sendo este sanado através do envio de uma Declaração de Compromisso emitida pela estrutura associativa e câmara municipal, onde assumiram a responsabilidade de instalar a UAC, cuja formalidade foi objecto de protocolo celebrado entre os organismos supra mencionados.

A portaria n.º 113-A/2002 veio introduzir novos pressupostos que se ofereceram como condição para a qualificação do projecto global, sendo um deles indexado à taxa de adesão dos comerciantes na área de intervenção igual ou superior a 50%. Este facto veio dar origem à elaboração de sucessivas convocatórias para os comerciantes com vista a persuadi-los a participarem na elaboração de candidaturas ao sistema de incentivos, sob pena do investimento urbanístico ficar fortemente penalizado por não cumprir no mínimo 50% dos cerca de 150 estabelecimentos implantados na área de intervenção definida.

Em Julho de 2003 a DGCC notifica a ACDV, para, em articulação com a câmara municipal, pronunciarem-se sobre as conclusões provisórias referentes à análise da valia do estudo prévio apresentado durante a 1ª fase de qualificação de projectos globais, sendo a valia do projecto global da vila de Moimenta da Beira de 80 pontos. Por outro lado, solicitaram também que se pronunciassem sobre a decisão de apenas poderem ser apoiados um máximo de 120 estabelecimentos caso o projecto fosse seleccionado, o que implicaria a correspondente redução da área de intervenção.

Esta informação vem na sequência do conteúdo previsional relativo à taxa de adesão dos estabelecimentos comerciais após a elaboração do inquérito porta-a-porta, cuja análise se transcreve textualmente da pág. 36 do estudo prévio “A avaliação do número de adesões neste documento de estudo prévio é significativo, tendo atingido cerca de 90 respostas positivas num universo de 143 unidades comerciais o que perfaz um total de 63% de respostas positivas. Se para tal acrescentarmos que somente 13 responderam negativamente e que em cerca de 40 dos casos não foi possível obter em tempo útil a resposta, o panorama da adesão é bastante satisfatório.”

Perante um universo de 143 estabelecimentos e um apoio apenas disponível para cerca de 120 lojistas, a DGCC sentiu-se na obrigação de comunicar tal constrangimento. Os promotores não objectaram e a comunicação da homologação da qualificação do projecto global surge, em definitivo, em Abril de 2004, com um compromisso máximo de despesa pública de 1.947.644,63€, distribuída conforme o disposto no quadro 4:

Quadro 4 - Despesa Pública Aprovada no âmbito da homologação da qualificação do projecto global

Despesa Pública				TOTAL
Empresários	Câmaras	Estudo Global	Promocionais	
1.124.628,10€	624.793,39€	22.500,00€	175.723,14€	1.947.644,63€

Fonte: Ofício remetido pela DGCC. Referência: OF/1462/2004/DSD2/DGE/CC, datado de 16/04/2004

O valor homologado ficou abaixo do previsto no estudo prévio, conforme se verifica no quadro 5:

Quadro 5 - Análise Comparativa do Investimento Estimado e Aprovado

TIPO DE INVESTIMENTO	TOTAL (€) (ESTUDO PRÉVIO)*	INCENTIVOS APROVADOS (€) (DESPESA PÚBLICA)
Medidas Urbanísticas	1.741.747,00	624.793,39
Medidas Colectivas	298.750,00	175.723,14
Investimentos dos Comerciantes	5.903.273,00	1.124.628,10
Estudo Global	50.000,00	22.500,00
TOTAL (€)	7.993.770,00	1.947.644,63

Fonte: Relatório Preliminar, Estudo Global – URBCOM Moimenta da Beira, n.º 0

No cumprimento do artigo 4º da portaria nº 188/2004 de 26 de Fevereiro de 2004, foi estabelecido um protocolo de colaboração entre a autarquia de Moimenta da Beira e a Associação de Comerciantes do Distrito de Viseu com vista ao desenvolvimento do estudo global, sendo este considerado a base do projecto de urbanismo comercial, ao qual precedeu o Estudo Prévio que integrou “...a proposta de definição da área de intervenção (*vide*, anexo 27) e os elementos necessários à respectiva qualificação como projecto global.” (N.º 5 do artigo 5º, da Portaria nº 188/2004, de 26 de Fevereiro de 2004)

A corporização do estudo global efectivou-se no prazo de 30 dias após a notificação da homologação da qualificação do projecto global, tendo subjacente à sua génese a elaboração de um plano estratégico urbano-comercial.

As formalidades impostas pela legislação, e de acordo com o n.º7 do artigo 6º da Portaria nº 188/2004 de 26 de Fevereiro de 2004 “O estudo global é obrigatoriamente objecto de consulta pública por um período mínimo de 30 dias...”, quesito cumprido através da redacção e afixação de um edital nos espaços publicitários da Junta de Freguesia de Moimenta da Beira, a que se seguiu, findo o prazo estipulado, uma informação oriunda dos serviços técnicos da Câmara Municipal a comunicar a inexistência de reclamações/opiniões, sendo a mesma remetida à reunião de câmara após análise do Vereador com responsabilidades nesta matéria, cujo ponto de acta a seguir se parafraseia “Submetido o assunto à apreciação técnica da Divisão de Planeamento e Ordenamento do Município (...) terminado o prazo de consulta pública, e não tendo havido qualquer reclamação ou sugestão relativamente ao conteúdo do estudo Global do URBCOM, o mesmo deverá ser objecto de parecer final favorável...” (Excerto da Acta da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 11/07/2005).

O estudo global conforme já referido, teve como pressuposto, de entre outros, a caracterização da oferta comercial. O levantamento do tecido comercial dentro da área de intervenção definida foi efectuado por inquérito e incluiu um universo de 114 comerciantes contactados, verificando-se neste processo uma diminuição de 29 estabelecimentos, quando equiparado com igual procedimento realizado no estudo prévio.

Dos vários elementos caracterizadores da área comercial, importa para o presente estudo saber, avançando-se cronologicamente no tempo, qual a percentagem de intenções para adesão ao Projecto URBCOM. Neste sentido, transcreve-se um pequeno excerto do estudo global que nos permite perceber a evolução comportamental do sector privado “...contrariando as percentagens apresentadas aquando da elaboração do estudo prévio verifica-se que apenas 1/3 dos comerciantes têm intenção de participar no Projecto URBCOM...” (Estudo Global, pág. 21).

Em paralelo foram elaboradas e aprovadas³¹ as Normas Específicas do Projecto Global, nas quais constou a delimitação da área de intervenção, investimentos complementares e suas aplicações mais relevantes, bem como o período de apresentação

das candidaturas individuais; a publicitação destas normas foi seguida da apresentação pública do estudo global, ocorrendo esta no dia 19/10/2005 no Salão Nobre dos Paços do Concelho, que contou com a presença do Secretário de Estado do Comércio e do Administrador do IAPMEI, empresários da área de intervenção, comunicação social, instituições bancárias, entre outras entidades consideradas de interesse para participar nesta acção.

Com a aprovação das Normas Específicas pelo Despacho n.º 355-XVII/2005/SECSDC, de 13 de Setembro, iniciou-se o período de candidaturas ao Programa URBCOM, que incorreu de 26 de Setembro de 2005 a 27 de Janeiro de 2006 (*vide*, anexo 28).

Apesar do despacho supramencionado ter conferido um prazo de 4 meses para a apresentação de candidaturas, a componente privada não reagiu e o investimento público corria o risco de ficar comprometido, razão pela qual, a câmara municipal em articulação com a estrutura associativa solicitaram a prorrogação de prazo, dando origem à abertura de um novo período de apresentação de candidaturas autorizado pelo Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor (Despacho nº123/XVII/2006/SECSDC, de 3 de Março), que decorreu entre os dias 13 de Março e 2 de Abril de 2006.

Já na componente associativa e apesar da Declaração de Compromisso para a criação da Unidade de Acompanhamento e Coordenação se reportar ao ano 2004, a constituição desta Associação de Direito Privado sem fins lucrativos só se veio a verificar após a elaboração da respectiva candidatura ao abrigo do Despacho n.º 26181/2005 de 20 de Dezembro, cuja elegibilidade o Sr. Ministro da Economia e Inovação homologou em 20/09/2006.

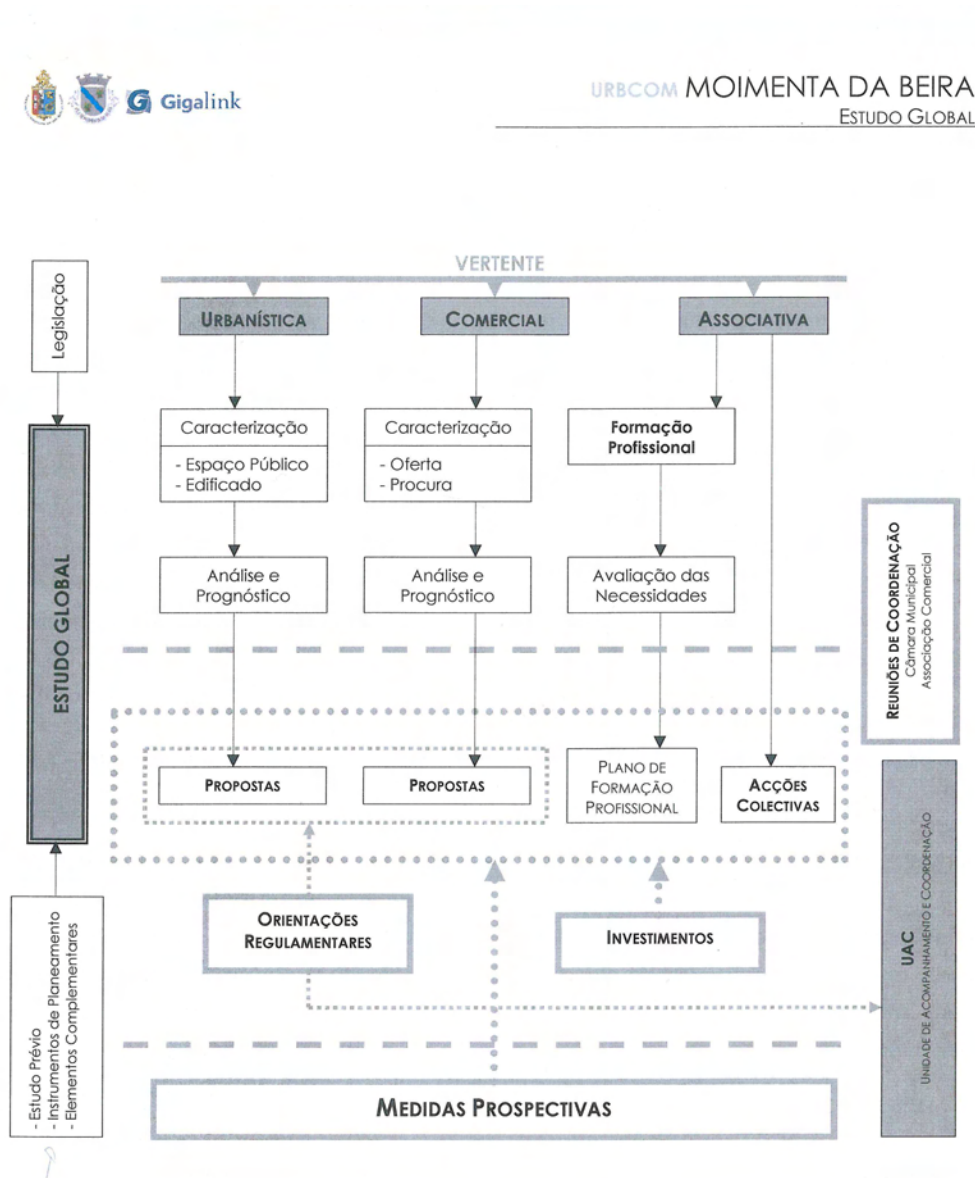
Foi então deliberado favoravelmente a criação da Associação em reunião de Câmara e Assembleia Municipal no mês de Dezembro do ano 2006, sendo ulteriormente lavrada a escritura, dando-se de imediato o início da actividade.

No que diz respeito à vertente associativa (com responsabilidades no desenvolvimento do Plano de Formação Profissional e Acções Colectivas – animação), e apesar do plano de animação concebido ter sido alvo de aprovação, este não foi objecto de execução.

³¹ Aprovadas em Junho de 2005, pelo Sr. Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor

De forma objectiva, infra apresenta-se um esquema que permite uma “leitura” mais simplificada da orgânica processual do Projecto URBCOM.

Figura 10 – Orgânica Processual do Projecto URBCOM



Fonte: Estudo Global do URBCOM da Vila de Moimenta da Beira, pág.62

4.3.4- Os Resultados Alcançados

Após um intenso e conturbado processo de elaboração, análise e aprovações de projectos e candidaturas desenvolvido durante o horizonte temporal 2000-2006, o

URBCOM da vila de Moimenta da Beira chega ao final do ciclo burocrático e inicia a realização do investimento.

A análise dos resultados alcançados teve por base os seguintes parâmetros:

- Análise documental e comparativa dos estudos previsionais (estudo prévio e global) e dos resultados operacionalizados;
- Entrevista a comerciantes promotores de candidaturas;
- Entrevista a comerciantes não promotores;
- Entrevista ao Presidente da Câmara Municipal;

a) Análise Documental:

No ponto anterior mencionou-se as previsões efectuadas no estudo prévio e global relativas à adesão dos comerciantes ao Sistema de Incentivos – URBCOM. Neste processo previsional de auscultação tratada por inquérito, foi notória a diminuição das intenções do estudo prévio para o estudo global, sendo ainda mais acentuada quando olhamos para os dados efectivos.

No quadro n.º 6 podemos verificar a evolução da adesão da vertente comercial.

Quadro 6 - Evolução da Adesão da Vertente Comercial ao Sistema de incentivos URBCOM

Forma de Verificação	Universo do Levantamento	N.º Comerciantes Contactados	% da intenção de elaboração de candidatura	N.º de Candidaturas Efectivadas	% de candidaturas face ao n.º comer. contact.
Estudo Prévio (ano 2002)	144	143	62,94	a)	a)
Estudo Global (ano 2004)	114	114	23,08	a)	a)
Elaboração Candidaturas (ano 2006)	b)	114	b)	10	8,77%

a) Inexistente neste estado do processo

b) Fase verificável apenas no estudo prévio e global

Fonte: Elaboração Própria

O quadro dá-nos informação relativa à percentagem da intenção de elaboração de candidaturas, constatando-se que no ano 2002 a intenção cifrou-se em 62,94% e no ano 2004 passou para 23,08%. Para este decréscimo aduz-se a razão da alteração das

percentagens de financiamento não reembolsáveis que se verificaram com a introdução de novas portarias em substituição da Portaria N.º 317-B/2000, de 31 de Maio, isto é, a taxa de financiamento passou de 66,6% para 45% ou 35% (conforme a avaliação do mérito da candidatura) por um lado, e por outro, o processo foi longo e burocrático desmotivando assim os comerciantes, acrescendo ainda o valor elegível (até 45.000,00€/promotor; a taxa de financiamento não reembolsável é aplicada sobre os 45.000,00€) não se constituir como um factor aliciante; é no ano 2006 que o processo de candidatura encerra e o resultado deixa de ser previsional para passar a ser efectivo, verificando-se assim um valor de 8,77% de candidaturas apresentadas em sede de candidatura pelos promotores, o que veio a acentuar mais o desvio entre a percentagem prevista no ano 2002 e a percentagem efectiva no ano 2006 (62,94% - 8,77%)³².

Apesar do esforço dos promotores, câmara municipal e associação comercial, a iniciativa privada não foi expressiva e o conceito de requalificação comercial e urbana ascendente ao conceito de centro comercial em “Céu Aberto” ficou comprometido.

O investimento privado elegível cifrou-se em 402.199,34 € para um total de 10 candidaturas consideradas³³, tendo estas sido direccionadas para a criação e remodelação de estabelecimentos comerciais de acordo com os seguintes sectores de actividades:

- *Modernização*

- a) Panificadora: 1
- b) Restauração: 1
- c) Ourivesaria: 1
- d) Electrodomésticos: 1
- e) Supermercado: 1
- f) Farmácia: 1

- *Criação:*

- a) Papelaria/Pay-Shop: 1
- b) Comércio de Produtos de Beleza: 1
- c) Decoração: 1

³² Note-se, que a percentagem de 62,94% foi calculada sobre um universo de 143 estabelecimentos e a percentagem de 8,77% sobre um universo de 114, contudo, no Estudo Prévio encontra-se referenciado que para além dos 90 empresários que responderam sim (que corresponde a 62,94%) existiram 40 respostas com forte probabilidade de aderirem ao projecto, mas cuja resposta não foi dada em tempo útil, o que, considerando-se este cenário, estaríamos na fase previsional perante uma taxa de intenção de cerca de 90%, cujo desvio seria maior apesar da taxa ter sido calculada sobre universos diferentes.

³³ Informação extraída do ofício UAE.06/059-SC, do IAPMEI datado de 30/08/2006

d) Artesanato/Vinhos: 1

O comportamento da vertente comercial penalizou o investimento público, uma vez que a afectação do montante não reembolsável a financiar estava indexado à taxa de adesão dos comerciantes, que, como foi inferior a 50% dos lojistas instalados na área de intervenção, a vertente urbana e associativa sofreram a penalização prevista no n.º 6 do artigo 24º e no n.º 5 do artigo 25º da portaria n.º 188/2004 de 26 de Fevereiro. Apesar das diligências efectuadas pela câmara municipal junto do IAPMEI no sentido de os montantes inicialmente aprovados na candidatura URBCOM não serem reduzidos pela aplicação da portaria supra descrita, o IAPMEI não alterou a sua posição face à legislação aplicável, comunicando a sua decisão, ulteriormente remetida à reunião ordinária da Câmara Municipal de 27/02/2007, com o teor que a seguir se transcreve “...serão aplicadas as reduções legalmente estabelecidas a todos os projectos globais com taxas de adesão das empresas inferiores a 50%, não sendo, em qualquer circunstância, alterados os limites de investimento legível dos projectos promocionais, fixados no regulamento de execução do URBCOM.”

Perante a ocorrência descrita, o montante do investimento homologado foi de 62.504,40 €.

A realidade projectada e aprovada teve uma evolução negativa, o que levou a autarquia a desistir da operação e a submeter o projecto a outra medida de financiamento: ON – Operação Norte, Eixo 2, Medida 2.1 “AIBT – Douro Competitividade, Coesão e Qualificação do Território”, tendo sido a promotora a Associação de Municípios do Vale do Douro Sul. Este novo quadro processual desenvolveu-se por motivos de *overbooking*, oferecendo taxas de financiamento de 75% e sem indexação a outros pressupostos para a qualificação de mérito ou de limite do montante de investimento. Esta nova candidatura veio a ser formalizada em Setembro de 2006 (período em que ainda se aguardava pela respectiva resposta à não aplicação das reduções legalmente previstas) e aprovada em Junho de 2008.

A dimensão urbana foi realizada mas não enquadrada no Sistema de Incentivos URBCOM conforme o previsto em todo o processo de candidatura.

Relativamente à formação profissional não foi efectuado nenhum projecto; no que diz respeito às acções colectivas estas foram candidatas e aprovadas (projecto

promocional e de animação) mas não operacionalizadas, postura resultante da pouca receptividade que o URBCOM teve no colectivo comercial por um lado, e por outro, pelo facto do montante ser, à semelhança do investimento da vertente urbana, penalizado pelo incumprimento de uma taxa de adesão dos comerciantes igual ou superior a 50%.

A constituição da UAC, definida no respectivo despacho que regulou a sua constituição como sendo facultativa no processo URBCOM, não teve melhor “destino”. O seu funcionamento, com previsão para iniciar a partir de Junho de 2006, ocorreu somente a partir de Julho de 2007 com a contratação do assistente administrativo, sendo reforçado o quadro de pessoal em Outubro de 2007 com o recrutamento do Gestor Urbano.

O anexo 29 (Mapeamento do Investimento, Despesas Elegíveis e Incentivo) demonstra o montante do investimento elegível, o incentivo aprovado e a percentagem de realização do investimento (58%)³⁴. Esta diminuta aplicação do incentivo deveu-se à tardia contratação dos recursos humanos a afectar à UAC.

Para além do mapa de investimentos supramencionado, ao abrigo do despacho N.º 26181/2005, seria possível a UAC usufruir de financiamentos para as despesas elegíveis realizadas em investimentos corpóreos e incorpóreos relativos a custos de acções de promoção e animação da zona de intervenção, porém, esta situação não se verificou para o URBCOM de Moimenta da Beira, devido à não submissão de candidatura nesta vertente conforme o já referenciado anteriormente.

Após a análise documental foi possível efectuar a equiparação dos valores processados nas várias etapas do processo URBCOM, cujo resultado figura no quadro 7.

Quadro 7 - Valores Processados nas Várias Etapas do Processo URBCOM

TIPO DE INVESTIMENTO	TOTAL (€) (ESTUDO PRÉVIO)	INCENTIVOS APROVADOS (€) (DESPESA PÚBLICA)	INVESTIMENTO ELEGÍVEL REALIZADO (€)
Medidas Urbanísticas	1.741.747,00	624.793,39	0,00
Medidas Colectivas	298.750,00	175.723,14	0,00
Investimentos dos Comerciantes	5.903.273,00	1.124.628,10	402.199,34
Estudo Global	50.000,00	22.500,00	18.700,00
TOTAL (€)	7.993.770,00	1.947.644,63	420.899,34

Fonte: Adaptado do quadro n.º 5

³⁴ Informação retirada do contrato de incentivos

A evolução das tipologias de investimento ficou compreendida quando se auscultou a câmara municipal e os comerciantes promotores e não promotores de candidaturas, relatos que a seguir se mencionam para uma melhor percepção do porquê do desvio dos valores que apresentados no quadro.

b) Entrevista a comerciantes promotores de candidaturas

Na tentativa de se perceber realmente o impacto e os resultados alcançados pelo projecto de urbanismo comercial na vila de Moimenta da Beira, efectuou-se entrevistas aos promotores, sendo um deles responsável por três projectos submetidos a candidatura. Objectivamente, este promotor esclarecido e conhecedor profundo do Sistema de Incentivos referiu: - “Não se percebeu nada. Não incentivou o investimento. Criaram expectativas na fase inicial que depois foram defraudadas com a mudança substancial dos requisitos anteriormente estabelecidos.”

Foi notório o descontentamento deste comerciante considerando-se, e considerado empreendedor; manifestou o seu total desagrado sendo por isso, face aos constrangimentos sentidos, obrigado a desistir de um projectos, mencionando para o efeito que “existiam programas mais vantajosos como o MODCOM; não necessitam de tanta burocracia nem de prazos extenuantes para executar um projecto, que tanto quanto sei, iniciou em 2001 a arquitectura da estratégia que suportou o estudo.”

Para este promotor é incompreensível a existência de medidas de financiamento que se “atropelam”, achando mesmo incoerente a sua gestão. Mas as suas críticas não ficaram por aqui, aludiu ainda à ausência de um plano de ordenamento do comércio na vila, que na sua opinião dá azo à dispersão do mesmo contrariando assim o objectivo de se pretender adensar o comércio no centro urbano da vila. Para ultimar o relato da entrevista, o empresário sentia-se também insatisfeito do modo como a estratégia arquitectada no âmbito do estudo prévio e global foi desenvolvida, isto é, sem a participação activa dos comerciantes, uma vez que estes só foram chamados para efectuarem as candidaturas e não para partilharem opiniões da forma como a mesma poderia integrar objectivos e metas comuns aos vários intervenientes no processo.

A opinião de outro promotor, de teor similar, salienta ainda o seguinte aspecto: - “tenho plena consciência que não foi a intervenção executada que vai trazer mais fluxo de consumidores e de visitantes ao centro urbano; eu sinto que fiz a minha parte; tenho

tentado sempre integrar na minha oferta os produtos que os consumidores me solicitam.” Também nas palavras deste empresário se detecta a desilusão, ainda que em termos individuais tenha ficado satisfeito por poder ter usufruído do financiamento mesmo com a redução que se veio a verificar ao longo do processo. Mais do que os aspectos financeiros, este promotor estava bem mais desanimado por ainda não se ouvir a voz do cidadão. Considera que as relações humanas estão decadentes e que os agentes responsáveis pela mudança devem saber ouvir para depois actuarem; por outro lado, refere ainda que “mais do que adornar fachadas, é preciso dar vida ao espaço público, animá-lo, fazer sentir que ainda é possível o convívio de rua.” Aproveitando o contexto do diálogo, foi indagado se considerava que Moimenta da Beira se tinha tornado, após a intervenção do projecto, num centro de lazer e de compras³⁵, ao qual foi respondido “Não. Efectivamente se era esse o objectivo pretendido, ficou muito aquém.”

Das entrevistas efectuadas a comerciantes que submeteram candidaturas facilmente identificamos críticas à governança central e local na incoerência dos procedimentos, pois se o projecto tinha como propósito e condição *sin qua non* a participação privada, o porquê de não terem sido ouvidos (crítica à administração local), por outro lado, críticas às incoerências existentes, pois se para fazer frente a um mundo onde a capacidade de resposta em tempo útil é um passo para o sucesso, o porquê de se ter vivenciado neste processo um modelo inflexível, burocrático, hierarquizado e rígido que afastou a vontade dos agentes económicos participarem nos processos de mudança do seu território.

c) Entrevista a comerciantes não promotores

Considerando-se que os comerciantes não promotores de candidaturas poderiam ter uma perspectiva diferente do Programa URBCOM, efectuou-se de igual modo a entrevista aberta, conduzidas de modo semelhante.

À excepção das questões relacionadas, estas entrevistas foram conduzidas de modo similar. A primeira pergunta recaiu na opinião que eles tinham sobre o Programa URBCOM e o benefício social, urbano e comercial que trouxe consigo; os cinco entrevistados foram unânimes na resposta: “O URBCOM não nos trouxe benefício nenhum, pelo contrário, ainda nos veio tirar o pouco estacionamento que tínhamos.” Esta foi a frase de ordem dos comerciantes, que dizem ser vítimas das ideias da câmara e do

³⁵ Contexto inserido no ponto 4.3.2

governo, acrescentando “...se nos tivessem ouvido se calhar podíamos ter dado uma ideias para melhorar a situação do comércio.”

A este rol de lamentações associam-se outras que, não estando directamente ligadas aos requisitos do URBCOM, influenciaram a decisão de investimento, como por exemplo, a idade do comerciante e o espaço comercial não ser propriedade do explorador do negócio³⁶. A existência destes condicionalismos agravou a adesão da componente privada, já entediada com todo o histórico do processo anterior ao período de candidatura. Foi ainda desmobilizador de vontades o limite de investimento (45.000,00€/projecto) e a obrigatoriedade da contabilidade organizada, requisitos base para a admissibilidade da candidatura.

Neste procedimento de auscultação mais uma vez se ouviu “...não se sentiu nada.” Questionou-se ainda se se presenciava um maior afluxo de pessoas ao centro urbano e à loja comercial em concreto, ao que foi respondido “cada vez se vê menos gente a comprar. Os que ainda vão fazendo algum negócio são os supermercados, cafés e restaurantes.”

Em todo este processo é verificável a desilusão dos comerciantes; a existirem aspectos positivos, estes tornaram-se vãos perante a insatisfação instalada no seio do colectivo de comerciantes.

d) Presidente da Câmara Municipal

Para se finalizar o ciclo de entrevistas preconizadas para avaliação dos resultados alcançados, entrevistou-se o Presidente da Câmara Municipal de Moimenta da Beira, a fim de se perceber os factores que levaram ao desvio do que foi projectado e o que foi efectivamente operacionalizado.

Neste contexto questionou-se qual a opinião sobre o Programa URBCOM e as mais valias que trouxe à função urbana, comercial e social à vila de Moimenta da Beira, referindo que “lamenta que se tivesse desperdiçado e que ainda se continuem a desperdiçar oportunidades. A filosofia do programa está correcta, contundo, esqueceram-se de um pormenor extremamente importante e que condiciona todo o seguimento do processo - a verificação das necessidades do território, constatando-se muitas vezes a concepção de programas sem qualquer enquadramento para os territórios (...) efectivamente o

³⁶ Dados verificáveis no estudo global do URBCOM da Vila de Moimenta da Beira

investimento público foi executado, mas foi preciso recorrer a outros sistemas de incentivos.”

No seguimento da resposta indagou-se se anterior à publicação da portaria a câmara foi consultada para opinar sobre o paradigma que melhor se adequava àquela tipologia de sistemas de incentivos, ao que de imediato proferiu – não; acrescentou ainda “...que desenvolveram todo o processo sem nunca avaliarem medidas alternativas para os comerciantes cujo perfil não se coadunava (nem se coaduna ainda) com a predominância de uma forte presença empreendedora, que por sinal, uma grande fatia do retrato territorial do comércio tradicional.”

Levantou-se a pergunta do porquê dos comerciantes não terem sido parte consultada para a elaboração do estudo prévio e global, sendo referido que “ambos os estudos previram a elaboração de inquéritos”, o que de seguida se contra argumentou que a elaboração de inquéritos externos à autarquia desvirtua o conceito de proximidade que deve coexistir entre a autarquia e todos os sectores de actividade, não tendo sido, sobre esta questão, mais nada referenciado, ainda que consciencializado que o inquérito estruturado sob a forma de questões fechadas condiciona a interacção e o confronto de ideias.

Na finalização da entrevista, perguntou-se se considerava que com a operacionalização do Programa URBCOM o centro urbano da vila de Moimenta da Beira se tinha tornado um centro de lazer e de compras, em resposta, mencionou “que não é fácil de se atingir, mas efectivamente o URBCOM não trouxe mais valias para o centro urbano.”

Adquirida a opinião do Presidente da Câmara Municipal, ficou claro que o ideário criado pelos benefícios que o Programa URBCOM parecia trazer consigo foi-se desmoronando à medida que o processo se desenvolvia, sendo prova deste facto casuístico os dados referenciados ao longo deste item, que cabalmente conseguem atestar o insucesso dos resultados projectados e aferir que o centro urbano de Moimenta da Beira não se tornou “o seu centro de lazer e de compras”, nem se verificaram os resultados projectados para o período 2007/2010, conforme o referenciado no estudo global e no presente capítulo, ponto 4.3.2.

Em suma, deste longo processo resultou a submissão de onze candidaturas, de entre as quais 10 foram aprovadas e apenas nove realizadas; a não execução da vertente urbanística e associativa (formação e acções colectivas – animação). A associação “O Comércio à Sua Beira” mantém-se activa mas sem quadro de pessoal.

4.4- ANÁLISE DO IMPACTO DO PROGRAMA URBCOM

Na sequência da investigação efectuada, pretende-se, no seguimento do trabalho desenvolvido no capítulo I e II, verificar se efectivamente o URBCOM é um produto de uma Abordagem sem lógicas de integração com o meio local e se os objectivos definidos no estudo global foram alcançados.

4.4.1- URBCOM – Que Paradigma Adoptado?

O Programa URBCOM integrou três domínios distintos cujo objectivo assentou em tirar partido de uma relação de complementaridade. Todavia, após a análise documental e a verificação no terreno ficou perceptível que na fase conceptiva do programa não houve articulação com o âmbito geográfico local, fruto talvez “...de uma quota muito significativa de investimento público ser prisioneira de lógicas de afectação e distribuição territorial não subordinadas a qualquer preocupação de integração regional (...) qualquer alteração de planos de investimento tornada necessária por novas visões territoriais do País corre o risco de ser bloqueada pela inércia da programação sectorial. A rigidez resulta sobretudo da incipiente lógica de territorialização das políticas públicas.” (Figueiredo, 2005, pág. 490)

Continuamos a viver as influências de uma cultura de desenvolvimento territorial que, segundo o autor “...é dominada por lógicas de modulação de políticas sectoriais de investimento público.”

É neste contexto que se enumeram os aspectos do Programa URBCOM que se consideram derivar de uma lógica sectorial e não territorializada:

- Ausência do procedimento de consulta da administração central para a local para opinar sobre o Programa;
- Ausência da participação de organismos ligados ao desenvolvimento rural;
- Ausência da verificação da administração central da existência de um plano estratégico de desenvolvimento territorial do município e da respectiva integração no PDL³⁷ do GAL³⁸;

³⁷ Plano Desenvolvimento Local

³⁸ Grupo de Acção Local

- Sobreposição de medidas de financiamento;
- Ausência da participação dos comerciantes e residentes na construção do estudo prévio e global;
- Processo administrativo da formalização e aprovação da candidatura demasiado burocrático e moroso;
- Rigidez e inflexibilidade do Programa URBCOM, que deveria, na sua fase de concepção ter previsto uma adaptabilidade da regulamentação ao centro urbano alvo de candidatura; não sendo possível uma incidência tão localizada, a regulação poderia ter adoptado um arquétipo para os centros urbanos localizados em concelhos rurais e outro para as grandes e médias urbes;
- Ausência da capitalização da vocação natural do território como forma de potenciar vantagens comparativas na senda da obtenção de maior competitividade e de promoção do desenvolvimento sustentável, que se pretende com maior equidade e mais coeso económica e socialmente;
- Ausência de uma abordagem integrada das políticas territoriais e sectoriais como forma de tirar partido das sinergias da complementaridade da pluridimensão e multisectorialidade do meio local e regional.

Esta ausência de integração, da incapacidade de prospectiva associada a uma visão para o território, da ausência do princípio da subsidiariedade, da cidadania e da descentralização que se consideram factores críticos de sucesso, foram subestimados na fase embrionária do Programa URBCOM, que se estendeu como que num processo “continuum” à administração local, responsável em parceria com outros agentes institucionais e económicos pela operacionalização, motivo pelo qual se considera, que o paradigma do Programa URBCOM é produto de uma Abordagem sem lógicas de integração com o meio local e regional, apesar da OCDE (2001) considerar que se deve “Procurar garantir a todas as regiões o aproveitamento máximo do seu potencial endógeno.”, como também considera que a lógica dos financiamentos não deve continuar a recair nas indústrias em declínio, que, não sendo possível a sua retoma no mercado, a solução passa por inovar/refuncionalizar atendendo às dotações factoriais existentes no território como forma de tirar partido das vantagens comparativas que o território possui.

Apesar do URBCOM ter sido concebido e operacionalizado num período que se julgava de grande enraizamento e conhecimento técnico das políticas territoriais como algo estruturante e integrador, o facto é que tal não aconteceu, pois ainda se continuou a olhar para o desenvolvimento como uma questão solúvel num contexto de uma dinâmica programada casuisticamente e isoladamente.

É neste contexto e à semelhança de Costa (2005), que se corrobora a incipiente lógica de territorialização das políticas públicas, resultando desta realidade uma aplicação comum do Programa URBCOM nos centros urbanos do país que apresentaram candidatura, colocando desta forma e, ao mesmo nível de similitude, os aspectos caracteriológicos e as dinâmicas dos centros urbanos das áreas de baixa densidade com às dos grandes centros urbanos.

Objectivando-se ilações, considera-se que o impacto do URBCOM teve uma curva ascendente aquando da tomada de conhecimento dos vários intervenientes, declinando à medida que o seu estado evolutivo se processava. É surpreendente quando abordamos as diferentes dimensões entrevistadas e constatamos que o Programa URBCOM criou mecanismos mnemónicos negativistas, transpostos para comportamentos de revolta e pleno descontentamento.

Da listagem dos objectivos definidos, verificou-se que nenhum foi atingido, facto que se considera estar correlacionado com a incoerência e desajustamento do Programa URBCOM ao território alvo, fruto talvez, da ausência dos aspectos já mencionados anteriormente, da ausência de uma articulação do programa com os documentos estratégicos de âmbito nacional, regional e sub-regional, não tendo sido, por isso, considerado o cenário prospectivo das tendências evolutivas das regiões e sub-regiões, condicionando a orientação do programa às especificidades do território.

É mencionado no Relatório Final das Políticas Públicas de Revitalização Urbana (2005) que “...são conhecidos inúmeros casos em que as boas intenções ficam comprometidas pelo desvirtuamento das formas de acompanhamento, gestão e controle dos programas.”; considerando-se assim que o URBCOM poderia ter obtido outro desempenho com base nos seguintes pressupostos:

- Concertação de uma macroestratégia de enquadramento dos vários instrumentos de gestão territorial de âmbito municipal, supra-municipal, regional e nacional, com vista a uma maior coerência no domínio das

políticas públicas a partir de uma gestão integrada e colaborativa; Obtenção de características suficientemente flexíveis e integradas; Focalização no território de acolhimento do sistema de incentivo em detrimento de uma abordagem homogénea que parte do pressuposto que todos têm os mesmos factores críticos de sucesso; Valorização dos recursos endógenos que possuam características distintivas nos territórios de baixa densidade; Minoração das intervenções casuísticas desprovidas de uma prospectiva e de integração com outras políticas sectoriais/territoriais, primando-se assim pela complementaridade.

A apresentação destes pressupostos não pretendem sugerir a descontinuidade da política de incentivos sectorial, considera-se apenas que uma orientação assente numa abordagem prospectiva, integrada e focalizada no território, possibilita melhorar o desempenho da política sectorial dentro do território.

A ausência de um desempenho notável do Programa URBCOM foi também sentida noutros pontos do país; infra citam-se alguns exemplos que comprovam esta afirmação:

1. URBCOM Braga³⁹:

“Por mais que o responsável pelo Gabinete de Empresa de Braga do IAPMEI tenha então revelado que “é normal a maioria das candidaturas aparecerem nos últimos quatro ou cinco dias”, a verdade é que mesmo que fosse atingido o montante global disponível este Programa ficaria sempre aquém do necessário.

Aliás, caso se confirme a insuficiência de projectos face às verbas disponíveis (até 45 mil euros por candidatura, com uma comparticipação máxima de 45%), este será apenas o corolário de um processo tortuoso e mal conduzido nos Gabinetes Governamentais.”

³⁹ Informação retirada do site <http://econominho.blogs.sapo.pt/2819.html>

2. URBCOM Lamego⁴⁰

“Apenas dezoito empresários de Lamego aderiram ao projecto de reabilitação comercial, UrbCom. Jorge Custódio, presidente da Associação Empresarial de Lamego (AEL) lamentou que “a fraca adesão do tecido empresarial da cidade, vai obrigar à devolução do dinheiro, não utilizado, disponível para financiamento”.

3. URBCOM Ílhavo⁴¹

“A Assembleia Municipal de Ílhavo (...). Depois do insucesso do programa URBCOM, que entusiasmou apenas 13 comerciantes, a Câmara decidiu criar a associação para apoiar o comércio

4. A Associação Empresarial dos concelhos de Sever do Vouga, Estarreja, Murtosa e Albergaria-a-Velha (SEMA)⁴²

“O projecto do UrbCom obteve uma magra adesão em Albergaria, mesmo depois de a SEMA ter avançado para uma espécie de ‘segunda volta’ para cativar mais comerciantes. Depois dessa acção, apenas dois comerciantes se mostraram interessados, revela Pedro Marques, perfazendo um total de 13 até ao momento.”

(...)

“Mas a conjuntura menos favorável não é uma razão isolada. O próprio modelo de UrbCom - com o que se pretende criar mecanismos auxiliares para a modernização comercial através de subsídios aos comerciantes que pretendam lavar a cara ao seu estabelecimento - estaria condenada ao fracasso desde o princípio.”

⁴⁰ Informação retirada do site:

<http://www.dourohoje.com/search.asp?rFrom=&rTo=&page=12&Parametros=&SearchType=0&Searchrange=3&DateBegin=&DateEnd=&SearchLocal=0&IdSeccao=0&IdAutor=119&AutorName=Iolanda%20Vilar&SeccaoName=>

⁴¹ Informação retirada do site: <http://www.terranova.pt/site/noticias.asp?acr=inf&ac=ver&id=32813>

⁴² Informação retirada do site:

<http://www.oaveiro.pt/index.php?lop=conteudo&op=dc912a253d1e9ba40e2c597ed2376640&id=7ffe08e7623a46843e73565ae1618f5b>

São apenas algumas evidências que permitem aferir o desajustamento do programa URBCOM desde o quadro conceptual até ao operacional.

No que diz respeito a Moimenta da Beira e, como desfecho deste capítulo, referencia-se o que se ouviu muitas vezes “desperdiçou-se mais uma oportunidade” (...) “fazem tudo à maneira deles”.

5- MOIMENTA DA BEIRA - ANÁLISE INTEGRADA MULTISSECTORIAL E PLURIDIMENSIONAL NO TERRITÓRIO

Moimenta da Beira é um município de montanha localizado no interior norte de Portugal, fronteira geográfica e administrativa entre a NUT II Norte e NUT II Centro, que à semelhança de congéneres periféricos e ruralizados, apresenta fragilidades e constrangimentos nas dimensões que o caracterizam de baixa densidade.

As dinâmicas existentes no concelho não têm sido até ao momento frutíferas no que concerne à criação de um quadro referencial que permita desencravar Moimenta da Beira dos efeitos negativos das forças do mercado, e projectá-lo a partir das suas potencialidades endógenas para mercados que se apresentem como uma oportunidade para o concelho.

A parca cultura prospectiva instalada em Portugal, em associação à falta de visão integradora ao nível da multisectorialidade e pluridimensão, levou a que os nossos governantes nas últimas décadas não tivessem desenvolvido a multifuncionalidade existente no mundo rural.

Neste contexto e perante as tendências que se têm manifestado no espaço rural, reduzi-lo ao estatuto de espaço de produção agrícola para abastecer as áreas urbanas torna-se uma política limitadora e pouco visionária dos sectores emergentes que podem dar um forte contributo para gerar a capacitação do mundo rural.

Hoje, “tornou-se comumente aceite que o novo paradigma de desenvolvimento rural requer mudanças importantes na concepção e implementação de políticas para incluir uma abordagem interdisciplinar *cross-cutting* e multi-nível da governância territorial (OECD, 2006, referenciado por Neto e Natário, 2009)⁴³.

Através de um caso de estudo tratado ao nível local (Moimenta da Beira), pretende-se analisar o desempenho da Programação Sectorial (Programa URBCOM) em áreas rurais de Baixa Densidade, utilizando-se para o efeito o Modelo de Avaliação Comparativa da Intensidade da Integração construído no âmbito do presente trabalho, cuja metodologia se debruça sobre o método analítico e comparativo de dois programas de financiamento com abordagens distintas e na Investigação documental; em simultâneo, e centrado nos critérios que compõem o Modelo de Avaliação Comparativa da Intensidade da Integração,

⁴³ CEFAGE-EU Working Paper. O novo paradigma de desenvolvimento rural: Os Pólos de Excelência Rural. 2009/03; pág. 3

pretende-se sugerir um paradigma de actuação centrado na abordagem integrada e territorializada para aplicação nas áreas rurais de baixa densidade com recursos endógenos de carácter inimitável com potencial para se constituírem em recursos turísticos atractivos capazes de gerar efeitos multiplicadores em áreas complementares, de forma a fomentar o desenvolvimento sustentável destes espaços geográficos e contrariar os efeitos da causalidade circular negativa.

5.1- CASO ESTUDO

5.1.1- A Comparabilidade do Impacto Gerado no Desenvolvimento Territorial a partir de Abordagens Distintas

O capítulo IV teve por objectivo caracterizar o Programa URBCOM e dar a conhecer, após a investigação documental e a realização das entrevistas, o impacto e os resultados obtidos. Para uma percepção mais clarividente do seu impacto, efectuou-se uma análise comparativa com um programa possuidor de uma abordagem distinta e, que foi, de igual modo, aplicado no âmbito rural, afim de se analisar quais os contributos gerados ao nível do desenvolvimento territorial local.

Para se poder efectuar a comparabilidade dos programas de financiamento, necessitamos conhecer o outro caso em análise, cuja identificação teve por base os seguintes pressupostos:

- Implementação do programa de financiamento em espaço rural;
- Existência de Vocação Turística no território;
- Território de Montanha;
- O território apresentar fragilidades ao nível da dimensão social e económica;
- O programa de financiamento apresentar uma visão integradora centrada na abordagem territorial e na governança como forma de potenciar o desenvolvimento.

Perante os pressupostos apresentados, identificou-se o Programa LEADER em OBERSCHWABEN (Bade-Vurtemberg, Alemanha) como sendo o caso de estudo a ser sujeito ao método analítico e comparativo, cujas características se referenciam:

- **Caracterização do Território⁴⁴:** A Alta Suábia situa-se no estado de Baden-Wurtemberg, que confina a sul com os Alpes. É uma zona pouco povoada, cuja maior cidade, Sigmaringen, conta apenas com 17 000 habitantes. O território é dividido em duas partes pelo Danúbio, que corre de oeste para leste e tem dois afluentes principais, os rios Lauchert e Kanzach. O uso do solo é quase exclusivamente agrícola, com culturas cerealíferas no norte e criação de vacas leiteiras no sul. O território possui um rico património cultural e a população local tem fama de ser criativa e inovadora. A força económica da região baseia-se em PME prósperas, nomeadamente as que produzem peças de precisão para a indústria. O sector turístico é também significativo e está a crescer, com base na paisagem atraente da região, nas termas e na proximidade dos Alpes e do lago de Constância.
- **Objectivo Global:** valorizar o turismo e diversificar a agricultura
- **Objectivo Específico:** ligar em rede as atracções turísticas (centrando essa rede no tema do rio Danúbio), utilizar da melhor forma o património natural e cultural e comercializar directamente os produtos locais.
- **Elementos Principais da Estratégia Territorial:**
 - a) Nível de Cooperação: Para além da cooperação institucional ao nível supra municipal e inter-regiões, a “...cooperação transnacional tem sido também um elemento importante e produtivo da estratégia de desenvolvimento.” (LEADER + Magazine, 2008, pág. 15). Esta cooperação tem ocorrido entre os GAL de diferentes países e no âmbito de diferentes dimensões (GAL da Áustria: Museus; GAL italiano: sistema de ensino inovador; Espanha: criar benefícios para ambos no âmbito da saúde, o turismo, a ecologia e o termalismo).
 - b) Participação: Este é dos aspectos mais identificativos da abordagem LEADER; no presente caso os jovens e as mulheres foram o grupo alvo escolhido para ajudarem no processo de governação. “O GAL da Alta Suábia nomeou representantes das mulheres e dos jovens e pelo menos 50% dos membros do GAL são mulheres.” (LEADER + Magazine, 2008, pág. 57);

⁴⁴ LEADER + Magazine, 2008, pág. 15

c) Articulação com outras fontes de financiamento: Na procura de complementaridade e dos benefícios da integração, o GAL procurou coordenar as diferentes fontes de financiamento (outros programas da UE (LIFE E EQUAL) em prol do desenvolvimento regional;

d) Governação⁴⁵: Utiliza o processo de decisão descentralizado com a participação das forças vivas do território (públicas e privadas) e a sociedade.

▪ **Resultados**⁴⁶

a) Reconhecimento da dimensão cultural do desenvolvimento rural e reforço da cultura rural na consciência regional;

b) Descoberta das potencialidades da cultura rural e criação de ocasiões de intercâmbio e de encontros;

c) Valorização turística de uma cultura rural durante muito tempo votada ao esquecimento;

d) Utilização do potencial correspondente aos peritos locais;

e) Cooperação entre diferentes municipalidades e instituições;

f) Exploração dos recursos e dos métodos de um instituto de investigação estabelecido na região. Valorização das suas experiências e das suas redes de cooperação;

g) Diálogo construtivo entre os responsáveis pelas decisões e os investigadores; aprendizagem recíproca.

A abordagem LEADER dá ênfase à parceria para a promoção de um desenvolvimento integrado minorando a prevalência do aspecto financeiro em prol de uma capacidade que pode ser instalada através da vontade colectiva de uma comunidade se afirmar e emancipar-se da dependência de subsídios.

“O Leader é o instrumento mais completo da UE de apoio a uma abordagem integrada, transsectorial e endógena do desenvolvimento rural. Ao passo que as políticas

⁴⁵ “A governação Leader significa governar a zona, e não apenas geri-la. Significa que são identificadas ligações entre os diferentes sectores, que estes são integrados no sistema e que os recursos endógenos são avaliados e valorizados. Significa também a introdução de uma cultura de comunicação e parceria no processo de decisão quotidiano, a todos os níveis.” (LEADER+ Magazine, 2008, pág. 32)

⁴⁶ Informação retirada do site http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/dossier_pt/actions/t31pt.pdf 1999 - Observatório Europeu LEADER/AEIDL

globais de desenvolvimento rural da UE eram sempre sectoriais e geralmente consideradas como um apêndice à política agrícola comum, a abordagem Leader, lançada em 1991, introduziu uma mudança inovadora e substancial no apoio ao desenvolvimento rural.” (LEADER + Magazine, 2008, pág. 32)

5.1.1.1- A Aplicabilidade do Modelo de Avaliação Comparativa da Intensidade da Integração

O Modelo de Avaliação Comparativa da Intensidade da Integração oferece-se como um instrumento de apoio ao planeamento territorial, que se pretende que contribua para a elaboração de um planeamento integrado, prospectivo e assente numa abordagem territorial com um modelo de governação que prime pela subsidiariedade mas que em simultâneo aposte na articulação multi-nível, perspectivando-se desta forma capitalizar as especificidades dos recursos instalados no território rural através das sinergias que podem advir da transversalidade que se pode fazer coexistir ao nível pluridimensional e multisectorial.

Este modelo integra um conjunto de critérios que se considerou importantes serem tratados ao nível local como garante de um desenvolvimento sustentável no meio rural. Para a definição dos critérios utilizou-se como ponto de partida os elementos caracteriológicos do modelo territorialista/desenvolvimento endógeno, da abordagem *bottom-up* e do planeamento estratégico territorial com enfoque na prospectiva.

Após a elaboração do método analítico, segue-se a análise comparativa que se apoia no Modelo de Avaliação Comparativa da Intensidade da Integração conforme nos demonstra o quadro 8, ressaltando-se que no âmbito da abordagem analítica no Programa Leader surgiram limitações na recolha de informação com detalhe em alguns domínios, sendo disso exemplo o plano económico (rendimento *per capita*, volume de negócios, índice de poder de compra, etc.) e social (n.º de postos de trabalho por qualificação, idade e sexo criados por reflexo directo e indirecto da implementação do programa, etc.).

Quadro 8 - Modelo de Avaliação Comparativa da Intensidade da Integração

Desenvolvimento Territorial Crítérios de Análise na Óptica da Abordagem Integrada	
Programa em Análise: URBCOM – Moimenta da Beira	Programa em Análise: LEADER - OBERSCHWABEN (Bade-Vurtemberg, Alemanha)
Domínios Abrangidos: Urbanismo, Comércio, Acções Colectivas (Animação)	Domínios Abrangidos: Turismo, cultura e formação no meio rural
Área Geográfica Intervencionada: 5 artérias da Vila de Moimenta da Beira	Área Geográfica Intervencionada: Supramunicipal
Modelo de Gestão da Intervenção <u>A) Governação</u> A.1) <i>Integração Horizontal das Redes Locais e Supramunicipais:</i> Inexistente A.2) <i>Estrutura de Gestão Local, Regional e Nacional:</i> Estrutura de Gestão nacional A.3) <i>Governação Ascendente ou Descendente ou Mista:</i> Descendente A.4) <i>Flexibilização do Modelo e dos Conteúdos Processuais:</i> Não se verificou <u>B) Participação</u> B.1) <i>Inclusão social:</i> B.1.1) Imigrantes e minorias étnicas: Não B.1.2) Jovens: Não B.1.3) Mulheres: Não B.1.4) Cidadãos portadores de debilidades físicas e mentais: Não B.1.5) Idosos: Não B.2) <i>Criação de Capital Social</i> B.2.1. Valorização do saber fazer na transformação dos recursos endógenos: Não B.2.2. Valorização da auto-estima e sentimento de pertença ao território: Apesar da função urbana em articulação com a função animação preverem acções de sensibilização e de preservação do edificado e dos valores identitários do centro urbano, este parâmetro não foi conseguido aduzindo-se a ausência de um plano de comunicação que tratasse de forma	Modelo de Gestão da Intervenção <u>A) Governação</u> A.1) <i>Integração Horizontal das Redes Locais e Supramunicipais:</i> Sim A.2) <i>Estrutura de Gestão Local, Regional e Nacional:</i> Estrutura de Gestão Local A.3) <i>Governação Ascendente ou Descendente ou Mista:</i> Mista, tendo em conta que se existem boas relações com as autoridades. A administração conhece bem os projectos antecipadamente, assegurando uma execução rápida dos mesmos. A.4) <i>Flexibilização do Modelo e dos Conteúdos Processuais:</i> Sim <u>B) Participação</u> B.1) <i>Inclusão social:</i> B.1.1) Imigrantes e minorias étnicas: S/ Referência B.1.2) Jovens: Sim B.1.3) Mulheres: Sim B.1.4) Cidadãos portadores de debilidades físicas e mentais: S/ Referência B.1.5) Idosos: S/ Referência B.2) <i>Criação de Capital Social</i> B.2.1. Valorização do saber fazer na transformação dos recursos endógenos: Sim B.2.2. Valorização da auto-estima e sentimento de pertença ao território: Sim B.2.3. Aumento da qualificação/formação: Sim B.3) <i>Densidade relacional</i>

<p>continua esta matéria.</p> <p>B.2.3. Aumento da qualificação/formação: Apesar do Programa URBCOM integrar acções colectivas de carácter formativo sob a responsabilidade da associação, esta acção não foi desenvolvida.</p> <p><i>B.3) Densidade relacional</i></p> <p>B.3.1) Parcerias criadas (público/privadas): Inexistente</p> <p>B.3.2) Dimensão da comunidade voluntária participativa): Inexistente</p> <p>B.3.3) Ciclo de Vida das Relações criadas: Inexistente</p> <p><i>B.4) Experiência participativa: Inexistente</i></p> <p><u>C) Articulação</u></p> <p><i>C.1) Projectos/Acções/Políticas</i></p> <p>C.1.1) Outras Fontes de Financiamento: Apesar de referenciadas no estudo global, não foram tidas em conta pela autarquia aquando da implementação.</p> <p>C.1.2) Outras Políticas Territoriais: Não se verificou</p> <p>C.1.3) Outras Políticas Sectoriais: Não se verificou</p> <p><i>C.2) Indivíduos e Agentes de natureza pública e privada</i></p> <p><i>C.3) Territórios e Recursos</i></p> <p>C.3.1) Outros territórios intra e extra concelho: Não se verificou</p> <p>C.3.2) Recursos culturais, patrimoniais e naturais: Não se verificou</p> <p><i>C.4) Transversal</i></p> <p>C.4.1 Multisectorial (agricultura, artesanato, indústria, comércio, turismo, serviços, etc.): Só se verificou uma actuação ao nível do comércio</p> <p>C.4.2) Pluridimensional (cultura, ambiente, social, económico, etc.): Cultura e urbanismo.</p> <p><u>D) Convergência para a Abordagem Territorial (atributos físicos, culturais, económicos e sociais)</u></p> <p>Não se verificou</p> <p><u>E) Nível de Cooperação (regional, nacional,</u></p>	<p>B.3.1) parcerias criadas (público/privadas): Verificou-se ao nível da relação produtor/comércio, GAL e Associações de Turismo para a comercialização do produto turístico, etc.</p> <p>B.3.2) Dimensão da comunidade voluntária participativa): Sim</p> <p>B.3.3) Ciclo de Vida das Relações criadas: Face à dimensão da área de abrangência do projecto, verificam-se relações mais consolidadas, outras ainda numa fase de crescimento fruto da existência de uma cultura cooperativa pouco vincada.</p> <p><i>B.4) Experiência participativa: Sim</i></p> <p><u>C) Articulação</u></p> <p><i>C.1) Projectos/Acções/Políticas</i></p> <p>C.1.1) Outras Fontes de Financiamento: Sim</p> <p>C.1.2) Outras Políticas Territoriais: Sim</p> <p>C.1.3) Outras Políticas Sectoriais: Sim</p> <p><i>C.2) Indivíduos e Agentes de natureza pública e privada: Sim</i></p> <p><i>C.3) Territórios e Recursos</i></p> <p>C.3.1) Outros territórios intra e extra concelho: Sim</p> <p>C.3.2) Recursos culturais, patrimoniais e naturais: Sim</p> <p><i>C.4) Transversal (Verificou-se o cumprimento dos sub-critérios)</i></p> <p>C.4.1 Multisectorial (agricultura, artesanato, indústria, comércio, turismo, serviços, etc.):</p> <p>C.4.2) Pluridimensional (cultura, ambiente, social, económico, etc.):</p> <p><u>D) Convergência para a Abordagem Territorial (atributos físicos, culturais, económicos e sociais)</u></p> <p>Sim</p> <p><u>E) Nível de Cooperação (regional, nacional,</u></p>
---	---

<p><u>transnacional)</u> Não se verificou</p> <p><u>F) Contributo para o desenvolvimento económico</u> <i>F1 Melhoria da Competitividade</i></p> <p>F.1.1) Produção de bens e serviços não deslocalizáveis e a reterem o máximo de valor acrescentado no território: Não</p> <p>F.1.2) Criação de novas procuras: Não</p> <p>F.1.3) Possibilitou a criação de vantagens comparativas a partir da atribuição de valor acrescentado aos recursos locais, valorizando as suas características específicas: Não</p> <p>F.1.4) Integração Vertical: relação produtor consumidor: Não</p> <p>F.1.5) Integração Horizontal: explorou ao máximo as sinergias existentes ou que possam vir a existir entre as diferentes actividades locais: Não</p> <p>F.1.6) Estímulo ao Empreendedorismo: Não</p> <p><i>F2 Melhoria da sustentabilidade da área de intervenção:</i></p> <p>F.2.1) ambiente: inalterado</p> <p>F.2.2) economia: inalterado</p> <p>F.2.3) social: inalterado</p> <p>F.2.4) cultura: acções de animação no centro histórico de Moimenta da Beira ocorridas de forma casuística</p> <p><i>F3 criação de externalidades positivas na sua envolvente: Não se verificou</i></p> <p><u>G) Criação de Processos de Inovação</u> <i>G.1) Valorização dos Recursos Endógenos: Não se verificou</i> <i>G.2) Presença do Conhecimento Científico: Não se verificou</i> <i>G.3) Presença da Tecnologia: Não se verificou</i></p> <p><u>H) Tipo de Avaliação de Projecto</u> <i>H.1) Ex-ante: Sim</i> <i>H.2) Intercalar: Não</i> <i>H.3) Ex-post: Sim</i></p>	<p><u>transnacional)</u> Sim</p> <p><u>F) Contributo para o desenvolvimento económico</u> <i>F1 Melhoria da Competitividade</i></p> <p>F.1.1) Produção de bens e serviços não deslocalizáveis e a reterem o máximo de valor acrescentado no território: Sim</p> <p>F.1.2) Criação de novas procuras: Sim</p> <p>F.1.3) Possibilitou a criação de vantagens comparativas a partir da atribuição de valor acrescentado aos recursos locais, valorizando as suas características específicas: Sim</p> <p>F.1.4) Integração Vertical: relação produtor consumidor: Sim</p> <p>F.1.5) Integração Horizontal: explorou ao máximo as sinergias existentes ou que possam vir a existir entre as diferentes actividades locais: Sim</p> <p>F.1.6) Estímulo ao Empreendedorismo: Sim</p> <p><i>F2 Melhoria da sustentabilidade da área de intervenção:</i></p> <p>F.2.1) ambiente: Sim</p> <p>F.2.2) economia: Sim</p> <p>F.2.3) social: Sim</p> <p>F.2.4) cultura: Sim</p> <p><i>F3 criação de externalidades positivas na sua envolvente: Sim</i></p> <p><u>G) Criação de Processos de Inovação</u> <i>G.1) Valorização dos Recursos Endógenos: Sim</i> <i>G.2) Presença do Conhecimento Científico: Sim</i> <i>G.3) Presença da Tecnologia: Sim</i></p> <p><u>H) Tipo de Avaliação de Projecto</u> <i>H.1) Ex-ante: Sim</i> <i>H.2) Intercalar: Sim</i> <i>H.3) Ex-post: Sim</i></p>
---	---

<i>H.4 Contínua: Não</i>	<i>H.4 Contínua: Não</i>
<i>H.5) Outros Estudos de Avaliação</i>	<i>H.5) Outros Estudos de Avaliação</i>
H.5.1) Estudos de Avaliação: Não	H.5.1) Estudos de Avaliação: Sim
H.5.2) Auto Avaliação do Programa pela Entidade de Acolhimento: Não	H.5.2) Auto Avaliação do Programa pela Entidade de Acolhimento: S/ Referência

Fonte: Elaboração Própria

Avaliação Comparativa da Intensidade da Integração

Apenas para observação imediata da intensidade da integração⁴⁷, quantificou-se os critérios definidos no Modelo a partir da introdução de uma ponderação igualitária tendo como referencial a escala binária, porém, existe a plena consciência de que os parâmetros e a fórmula apresentada necessitam de ser testados para se poder avaliar o desempenho da sua aplicabilidade.

Para esta análise em concreto estabeleceu-se os parâmetros infra referenciados:

II=0 Baixa Intensidade; II=4 Média Intensidade; II=8 Alta Intensidade

Programa URBCOM

$II=A+B+C+D+E+F+G+H \llcorner = \gg II=0+0+0,125+0+0+0,0833+0+0,4 \llcorner = \gg II=1,355;$

II= Baixa Intensidade de Integração

Programa LEADER

$II=A+B+C+D+E+F+G+H \llcorner = \gg II=1+0,808+1+1+1+1+0,925 \llcorner = \gg II=7,733$

II= Alta Intensidade de Integração

Os valores apurados resultam do cálculo da autora, a partir dos quais se pode concluir que o paradigma do Programa LEADER consegue obter melhor desempenho nos critérios em análise do que o Programa URBCOM.

A atribuição dos valores constantes na fórmula advém da parametrização atribuída aos critérios de avaliação conforme o anexo 30.

⁴⁷ Esta avaliação pondera os oito critérios de avaliação seleccionados de forma igualitária. Ao cumprimento do critério atribui-se o valor 1 e, ao incumprimento o valor 0. O valor máximo de cada critério é de 1; quando um critério se estrutura em sub-critérios, divide-se a unidade no número de sub-critérios existentes para achar o respectivo valor, podendo desta forma se efectuar uma avaliação até à ínfima parte.

Note-se, que existe a inteira percepção das diferentes abordagens que assistem os respectivos programas, porém, pretende-se apenas enfatizar o impacto que um modelo integrado e outro não integrado têm no território rural.

Esta comparabilidade das formas de intervenção em territórios rurais assente na análise destes dois programas possibilitou, a partir do impacto e resultado de ambos, construir a título sugestivo um modelo de intervenção para o Município de Moimenta da Beira centrado na abordagem território-projecto, desenvolvido tendo por base os critérios utilizados no modelo de avaliação comparativa da intensidade, paradigma que terá em conta a integração das políticas sectoriais, onde o respectivo Programa URBCOM se enquadra.

5.2- ABORDAGEM TERRITÓRIO-PROJECTO CENTRADA NO MUNICÍPIO DE MOIMENTA DA BEIRA

5.2.1- A Configuração Base do Modelo e os Princípios Orientadores

Moimenta da Beira apesar de possuir uma posição geográfica estratégica, é naturalmente um Município periférico e rural. A sua perifericidade manifesta-se pelo simples facto de não estar próxima dos mercados, da informação, da comunicação, das oportunidades. Para se combater esta perifericidade que o torna um território de baixa densidade “As novas políticas públicas dirigidas aos territórios rurais não podem, por isso, ser políticas avulsas mas sim políticas integradas e coordenadas que devem assentar na intervenção simultânea e articulada.” (Neto e Natário, 2009⁴⁸)

“As políticas da UE confrontam-se basicamente com os mesmos desafios que se colocam às políticas sectoriais nacionais, o que significa que o pensamento «sectorial» predomina no comportamento político das administrações nacionais e da UE. Esta situação leva com frequência a uma subvalorização das sinergias entre os efeitos territoriais e a uma actuação contraproducente/competitiva no interior das regiões. Esta afirmação é claramente ilustrada pela fraqueza das interações entre políticas urbanas e rurais.” (LEADER + Magazine, 2008, pág. 29)

⁴⁸ CEFAGE-UE Working Paper. O novo paradigma de desenvolvimento rural: Os pólos de excelência rural. 2009/03; pág. 7

É no sentido de se contrariar as intervenções no território de forma casuística e sem qualquer correlação com as especificidades que determinam a sua vocação, que surge a proposta do modelo Território-Projecto para aplicação no município de Moimenta da Beira orientado pelos seguintes princípios:

- Abordagem Integrada: pluridimensional e multisectorial, fazendo prevalecer os processos de inovação através do estabelecimento de *clusters* no domínio tecnológico e científico por um lado, e por outro, integração ao nível das políticas regionais como forma de se criar relações simbióticas em que o local, sub-regional e regional saiam a ganhar;
- Abordagem Territorializada: endogeneização do projecto, isto é, parte das especificidades locais como factor indutor de desenvolvimento;
- Abordagem Utilizada na Governação (Ascendente/Descendente): o modelo de governação adoptado tem como filosofia o princípio da descentralização e da cidadania; considera a participação um factor crítico de sucesso tendo em conta que estimula o compromisso e a responsabilização no processo de desenvolvimento. Este compromisso e o interesse no desenvolvimento colectivo permite o robustecimento da densidade relacional, ficando desta forma o território menos fragilizado perante as pressões externas e mais confiante nas negociações fora das suas fronteiras, uma vez que também se consideram de grande importância neste modelo as relações multi-nível.
- Abordagem Estratégica/Prospectiva: a construção de cenários possíveis e impossíveis permite-nos mais facilmente ter capacidade de resposta para os desafios que nos são impostos, por outro lado, a cultura de avaliação de forma continuada permite-nos efectuar processos de melhoria contínua nas várias fases do planeamento (conceptual e implementativa).

Assim, torna-se ainda pertinente que este modelo assuma relevância estratégica para se afirmar além fronteiras, que tenha pertinência global para mais facilmente ser reconhecido nos mercados, goze de independência face ao exterior criando a sua própria emancipação com uma gestão interna eficaz e eficiente, por outro lado, e na perspectiva da existência da continuidade desta independência, o modelo tem de criar mecanismos internos que permitam a coesão das forças vivas do território e da comunidade. “Daqui decorre a necessidade de se definirem programas a um nível mais local e de integrar acções

sectoriais no âmbito de uma estratégia de base.” (A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico – Manual Técnico I), sendo por isso um modelo com enfoque na abordagem local que se constitui como o motor do desenvolvimento local, mas apostando claramente na densidade relacional multi-nível como forma de fomentar a afirmação do território fora das suas fronteiras.

5.2.2- O *Leitmotiv* do Município de Moimenta da Beira

A identificação do recurso territorial capaz de se assumir nuclear para o desenvolvimento do município constitui-se como o ponto de partida de todas as acções a serem realizadas no território. Após a identificação do recurso territorial foi definida a estratégia de valorização, onde encaixam as políticas territoriais e sectoriais consideradas pertinentes serem tratadas de acordo com o diagnóstico efectuado. Esta estratégia de valorização, base de alavancagem, será orientada por um programa acção.

Neste contexto, e inspirado no conceito de Estratégia de Eficiência Colectiva⁴⁹, considerou-se que o recurso endógeno alimentar e não alimentar caracterizado por um forte saber-fazer (património imaterial) seria o recurso territorial capaz de contribuir para impulsionar ou desencravar a economia fragilizada de Moimenta da Beira segundo duas perspectivas: turismo e consumo urbano. Salienta-se que o modelo de intervenção aqui sugerido não apresenta um detalhe minucioso, debruça-se apenas na construção de uma matriz que pode servir de base orientadora para um trabalho mais aprofundado.

5.2.2.1- *Orientação para o Turismo e Consumo urbano*

“No quadro das novas oportunidades de desenvolvimento rural, cada vez mais relacionadas com a capacidade local de integrar novas funções e estruturar novas

⁴⁹ Entende-se por EEC o conjunto coerente e estrategicamente justificado de iniciativas, integradas num Programa de Acção, que visem a inovação, a qualificação ou a modernização de um agregado de empresas com uma implantação espacial de expressão nacional, regional ou local, que fomentem, de forma estruturada, a emergência de economias de aglomeração através, nomeadamente, da cooperação e do funcionamento em rede, entre as empresas e entre estas e outros actores relevantes para o desenvolvimento dos sectores a que pertencem e dos territórios em que se localizam. (n.º 1, do artº 2º, Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva do Quadro de Referência Estratégico Nacional)

ruralidades...”⁵⁰, destaca-se a valorização dos recursos endógenos (paisagem, ambiente, património, produtos de fabrico artesanal, etc.) e a sua ancoragem ao turismo. A existência de um cenário multifuncional dentro do espaço rural dá azo à criação de novas tipologias de subprodutos turísticos dentro do turismo rural, circunstância que tem vindo a ser “alimentada” pelos novos perfis de turistas que têm emergido.

A apetência para o consumo desta oferta existente no Município de Moimenta da Beira é ainda valorizada pela comunidade que migrou para a cidade ou emigrou para o estrangeiro à procura de outras oportunidades de trabalho e de renda; mantêm relações com a terra de origem sendo por isso frequentemente visitada e estabelecidas trocas comerciais regulares, movimentos registados com especial incidência nos estabelecimentos que comercializam produtos alimentares não disponíveis nos mercados urbanos.

Ancorado ao conceito de estratégia de eficiência colectiva pretende-se que o modelo território-projecto contribua para promover “...a melhoria da competitividade territorial através da valorização económica de recursos endógenos e tendencialmente inimitáveis do território, contribuindo de forma decisiva para o reforço da sua base económica e para o aumento da atractividade desse território-alvo (fixação e renovação da população, valorização do património natural e cultural, geração de novas actividades com forte incorporação de conhecimento, densificação do tecido empresarial, etc.).”⁵¹. Para o cumprimento deste objectivo considera-se de primordial importância a formação de um cluster, integrando os produtos alimentares e não alimentares endógenos/turismo/comércio, permitindo assim a existência de uma conectividade sectorial como garante do sucesso da estratégia de valorização que visa a coesão territorial, social e económica, sendo por isso necessário promover de forma continuada processos de inovação, crescimento e agregação de valor às actividades, a fim se assegurar a competitividade do território e com ela o desenvolvimento sustentável.

Os estudos desenvolvidos na região do Douro, já referenciavam no ano 2000, uma tendência vocacional da sub-região Douro para a actividade turística, onde já era visível à data, uma perda substancial da prática agrícola. Este cenário não implica o término da actividade agrícola, significa atribuir-lhe valor acrescentado através da valorização,

⁵⁰ ELD - ESTRATÉGIA LOCAL DE DESENVOLVIMENTO. GAL-ELOZ. Entre a serra da LOusã e o Zêzere

⁵¹ Alínea b), do n.º1, do artigo 5º do Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva do Quadro de Referência Estratégico Nacional

podendo desta forma dar origem à diversificação da economia consubstanciada na refuncionalização e funcionalidade do mundo rural.

De acordo com os dados estatísticos analisados no horizonte temporal 1997-2001, o Douro ao nível das dormidas de turistas “...apresentou a maior variação positiva (...) com uma variação de 70%.” (*vide*, anexo 31)

No que diz respeito à origem da emissão de turistas o Douro registou “...um aumento bastante significativo quer ao nível do número de dormidas de estrangeiros quer ao nível do número de dormidas dos nacionais.” (*vide*, anexo 32)

Relativamente à quota de mercado “De 2000 para 2001, os destinos que tiveram um aumento foram Douro e Grande Porto.” (*vide*, anexo 33).

Esta evolução ascendente tem sido contínua conforme nos comprovam dados estatísticos mais recentes, que demonstram que entre 1995-2005 a “...Região do Douro tem vindo a crescer acima da média da Região do Norte e de Portugal...” (*vide*, anexo 34).

Como podemos verificar através dos dados estatísticos supramencionados, o território da sub-região Douro já apresentava tendência para a área do turismo, informação que poderia ter sido usada para a fase conceptiva do Programa URBCOM, de forma a que a sua metodologia fosse adaptada aos diferentes retratos territoriais.

A distribuição da origem dos fluxos segundo a informação constante no Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro reportada ao ano 2006 confere maior percentagem ao mercado interno (*vide*, anexo 35).

A capacidade de alojamento dentro da sub-região concentra-se em maior grau nas cidades de Lamego, Vila Real e Peso da Régua, verificando-se logo a seguir Alijó, Torre de Moncorvo e Moimenta da Beira.

O reconhecimento formal da vocação turística do Douro deu-se aquando da publicação da Resolução do Conselho de Ministros n. 53/2007, datada de 4 de Abril de 2007 “Os objectivos para o Douro passam por torná-lo num pólo turístico de projecção internacional, fazendo do turismo uma alavanca para o desenvolvimento económico-social da região. Devem ser desenvolvidos três produtos turísticos—circuito turístico (*touring*) cultural e paisagístico (inclui os cruzeiros fluviais), gastronomia e vinhos e turismo de natureza.”

No ano 2008 é publicado o Decreto-Lei N.º 67, de 10 de Abril que vem criar “...os pólos de desenvolvimento turístico...”, sendo um desses Pólos de Desenvolvimento Turístico a Área da NUT III Douro, composto pelos municípios apresentados no anexo 36.

Aos 19 municípios que constituem o Pólo, juntou-se Baião e Resende considerados a envolvente deste.

Todavia, e por considerarem de extrema importância a integração da totalidade do território classificado como a 1ª Região vitícola demarcada e regulamentada do Mundo, ponto forte ao qual associam mais dois, Património Mundial do Alto Douro Vinhateiro e das Gravuras de Foz-Côa, passou a fazer parte integrante da zona de intervenção o Município de Murça, Mogadouro e Miranda do Douro, sendo esta a delimitação geográfica para a aplicabilidade do PDVTD 2007-2013 coincidente “...com a delimitação territorial prevista na Agenda Regional de Turismo e no Plano Regional de Ordenamento do Território Norte (PROT-N), para as áreas turísticas da Região do Norte.” (Plano desenvolvimento Turístico do Vale do Douro, pág. 7), cujo mapeamento territorial se apresenta no anexo 37.

O programa de acção (Eixos prioritários de Intervenção, Medidas e Projectos) definido no PDVTD tem por objectivo “Tornar o Vale do Douro um Destino Turístico de Excelência através de um processo dinâmico de desenvolvimento sustentável.” Este desígnio, se conseguido, gera externalidades positivas para todo o Pólo e para o desenvolvimento regional.

A constituição de um cabaz diversificado de produtos endógenos com distinção no método conceptivo, distribuição, comercialização, marketing/comunicação assente no modelo território-projecto, orientado pelos princípios atrás enunciados, contribuiria para que Moimenta da Beira se afirmasse no seio dos municípios de montanha, e em simultâneo contribuiria para reforçar a atractividade da oferta global do Douro.

Neste cabaz seria desenvolvido o conceito de produtos da zona de montanha – Serra D’Ouro, que não pretende ser concorrente da oferta âncora do Douro - Rio, paisagem vinhateira, quintas e todo o historial vitivinícola a ele associado, mas sim complementar, aumentando assim a diversidade da oferta do compósito turístico do destino Douro.

Neste sentido, e tendo em conta que a articulação dentro do Douro se pode efectuar pela via de circuitos turísticos/culturais temáticos, para Moimenta da Beira esta questão seria de fácil implementação, uma vez que está inserida na Rota dos Escritores, Rota de

Cister, Rota do Românico e mais recentemente a ser integrada na rota do espumante, estando por isso facilitado o meio para se operacionalizar a conectividade.

Os circuitos turísticos servem como elo agregador do território Douro, possibilitando desta forma que seja visto como um território uno e indivisível, em detrimento da existência apenas de uma visão parcial, podendo ainda apresentarem-se como uma mais valia para a dinamização integrada dos três produtos turísticos considerados prioritários para o Douro⁵²: Gastronomia&Vinhos, Turismo Natureza e *Touring Paisagístico/Cultural* onde o Douro com a sua arrojada herança é exímio, e onde Moimenta da Beira ao nível dos produtos de excelência já se conseguiu afirmar na fileira da maçã e dos vinhos, neste último com especial enfoque nos espumantes.

O novo quadro relacional entre o mundo rural e urbano propicia um maior consumo destes produtos.

Moimenta, marcada fortemente pelo êxodo rural, hoje, vê regressar às origens para visitarem os seus familiares, inúmeras famílias residentes nas grandes e médias urbes de Portugal bem como nos países de emigração, constituindo-se como oportunidade para o desenvolvimento do comércio local (orientado para os produtos endógenos) e da actividade turística, uma vez que através da prática do turismo *relatifs and friends* estimula-se a vinda de outras pessoas que desconhecem o território, potenciando também a reabilitação/requalificação de imóveis pertença de familiares, entre outros contributos que fortalecem estas relações; o lado rural satisfaz a procura, o lado urbano deixa receitas, é a lei do mercado a funcionar.

Este mercado no âmbito da actividade turística permite minorar o impacto da sazonalidade⁵³ em prol de um desenvolvimento turístico temporalmente mais equilibrado.

Para além da receptividade que o segmento urbano já demonstrou em relação ao consumo dos produtos tradicionais, em termos de gestão estratégica, torna-se mais seguro quando se actua em dois mercados em detrimento de um só. Como já é consabido, a actividade turística tem oscilações, e quando se verifica a contracção no plano económico o sistema turístico sofre quebras, logo, actuar em dois mercados parece ser a estratégia adequada, ainda que o turístico possa ser dominante.

⁵² Conforme documentos estratégicos: PDTVD; Agenda Temática Norte; PENT.

⁵³ A sazonalidade turística é designada “...como sendo a desigual distribuição temporal dos movimentos turísticos ao longo do ano que se reflecte na desigual intensidade das entradas de estrangeiros, das dormidas na hotelaria e no tráfego dos meios de transporte” (Cunha, 2001, pág. 88).

Ao nível do consumo urbano deverão ser estruturadas estratégias de distribuição e comercialização que garantam o não desvirtuamento do conceito dos produtos, sugerindo-se para o efeito um sistema de *franchising* que integre um conjunto de normas a serem respeitadas pelo franchisado de forma a minorar/eliminar práticas abusivas e desleais para com a comunidade produtora.

A valorização dos produtos endógenos no município de Moimenta da Beira não poderá pôr em causa as fileiras produtivas orientadas para as grandes massas, como é exemplo disso a fileira da maçã e a vitivinicultura, pois a prática agrícola segundo Schneider e Fialho (2000, pág.34, citado por Elesbão, 2008) “em vez de estimulada e alavancada pelo turismo, pode acabar substituída por outras actividades mais rentáveis, perdendo a competição em termos de trabalho e terra, especialmente em regiões geográficas desfavoráveis”.

Potenciar a multifuncionalidade do mundo rural contribui para gerar atractividade no comércio tradicional, criação de rendimentos complementares, manutenção da paisagem, valorização dos modos de produção artesanal, entre outros, mas sobretudo pode fazer ressurgir o interesse dos jovens pelo sector primário, pois segundo Garcia (1996, pág. 24, citado por Elesbão, 2008), passa “a ser vista como mais atractiva por parte dos jovens, ao mesmo tempo que dará novo alento à população idosa, que se sentirá útil na comunidade pelo contributo que pode dar ao crescimento das artes tradicionais”. Neste contexto entramos no domínio social como forma de elevar a auto-estima e o sentimento de pertença, domínio este já referenciado neste trabalho como sendo de primordial importância nos processos de desenvolvimento local.

A concertação entre a comunidade produtora e o comércio local deverá ser desenvolvida pela Associação “O Comércio à Sua Beira”, criada ao abrigo do Programa URBCOM conforme o mencionado no capítulo IV, pretendendo-se desta forma reactivar este organismo cuja missão é promover o centro urbano de Moimenta da Beira, dotando-o de vitalidade e dinamismo na área comercial e complementares.

Moimenta da Beira para se conseguir afirmar na fileira dos produtos tradicionais deverá integrar no seu leque de parceiros organismos I&T, de forma a assegurar que os recursos endógenos sejam alvo de processos de inovação para garantir maior diferenciação e atractividade na sua oferta, pois o saber-fazer de uma comunidade específica apesar de

ser uma vantagem comparativa que confere inimitabilidade, pode não conferir competitividade se o mercado não lhe reconhecer valor acrescentado.

5.2.3- O Projecto

Âmbito de Intervenção Territorial: Fase inicial - Município de Moimenta da Beira a ser estendido ao território Riba Douro da NUT III Douro (com enfoque na micro-região apresentada no capítulo III);

Orientação da Acção no Território: Valorização dos Recursos Endógenos a partir da noção Território-Projecto (Acção territorializante);

Projecto Âncora: Criação de um Cabaz diversificado de produtos tradicionais alimentares e não alimentares da zona de montanha;

Objectivo: Tornar o Município de Moimenta da Beira um ponto nodal âncora de relevo dentro do destino turístico Douro;

Orientação de Mercado: Consumo Turístico e Urbano: Ao nível da gestão estratégica a orientação é actuar em dois mercados sendo o consumo turístico prioritário;

Estratégia Territorial: Noção Território-Projecto assente na abordagem integrada, pluridimensional e multisectorial;

Articulação com os Documentos Estratégicos da Plataforma nacional, regional e sub-regional: Plano Estratégico Nacional de Turismo, Agenda Regional de Turismo do Norte de Portugal e Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro; Programa Regional Operacional do Norte 2007-2013; Norte 2015: Competitividade e Desenvolvimento – Uma visão Estratégica; Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural, Plano de Desenvolvimento Local (oriundo do Gabinete de Acção Local – Abordagem LEADER) e Programa Operacional Potencial Humano – POPH. Ao nível das fontes de financiamento;

Articulação entre fontes de financiamento, políticas territoriais, políticas sectoriais: Regeneração urbana, Eixo III PRODER, POPH; políticas territoriais: urbanismo, cultura, social, económico, ambiental; políticas sectoriais: turismo, comércio tradicional, agricultura; formação; tecnologia&investigação, moda&design. Esta articulação advém da complementaridade existente entre os sectores tratados, sendo por isso uma articulação transversal que dá ênfase à pluridimensão e multisectorialidade.

É no plano da integração das políticas sectoriais no processo de desenvolvimento local em áreas rurais que o Programa URBCOM tem enquadramento a partir da implementação de

redes colaborativas entre produtor/comerciante; o estabelecimento comercial pode servir como ponto de venda dos produtos locais, instigando a produção de bens e serviços não deslocalizáveis, logo, contribui para reter o máximo de valor acrescentado no território; por outro lado, confere maior atractividade à oferta comercial através da venda de produtos de qualidade certificada, promovendo a criação de novas procura para o centro urbano de Moimenta da Beira, logo, mais fluxos; estimula o empreendedorismo a partir do momento em que a procura aumenta e se interessa pela oferta disponível na área comercial. Esta dinâmica gera também efeitos positivos ao nível social, pois o facto do sector comercial aceitar comercializar o produto local contribui activamente para o processo de inclusão social, para o reconhecimento do capital social existente e para o aumento da densidade relacional. A requalificação da área comercial (espaço físico) acabaria por ser uma necessidade a emergir naturalmente;

Governança: *Bottom-up/Top-Down* (existência de complementaridade entre a estrutura de gestão local e a administração multi-nível);

Participação: Inclusão social (minorias étnicas, Jovens, Mulheres, Idosos); Criação de Capital Social; Densidade relacional e Experiência participativa: A este nível considerou-se todos os sub-critérios, tendo em conta que a selecção do projecto âncora assenta na valorização dos recursos endógenos a partir da criação de um cabaz diversificado de produtos tradicionais alimentares e não alimentares, que se encontra intimamente consubstanciado com o saber-fazer local, com as pessoas do território que neste projecto irão valorizar, mas também ser valorizadas;

Avaliação: Contínua

5.2.4- Coerência do projecto no âmbito sub-regional, regional e nacional

Conforme o já referido, à sub-região Douro foi-lhe conferida vocação turística, porém, a micro-região (Moimenta da Beira, Sernancelhe, Penedono, parcialmente Armamar e Tabuaço) não tem conseguido até ao momento beneficiar de forma semelhante dos fluxos turísticos que ocorrem com maior intensidade nas zonas ribeirinhas ou nas zonas que possuem a chamada oferta âncora do Douro (já mencionada anteriormente), razão pela qual, e para se contrariar esta tendência porque se acredita que o Pólo Turístico Douro tem mais a ganhar se apresentar como oferta a dualidade: zona de montanha e zona

ribeirinha, sugere-se que Moimenta desenvolva uma oferta turística singular com base na valorização dos recursos endógenos, com o objectivo de criar um cabaz de produtos tradicionais alimentares e não alimentares ancorado no conceito de “produtos da zona de montanha – Serra D’Ouro”, ficando Moimenta como um ponto nodal a fim de promover a irradiação dos fluxos turísticos para os restantes municípios da micro-região (especialmente para o Município de Penedono e Sernancelhe), bem como para permitir a captação e retenção dos fluxos vindos da zona centro; por outro lado, assumiria a função de pólo orientador da estratégia referenciada no ponto 5.2.3 para que todos os parceiros inseridos na micro-região converjam para os objectivos que venham a ser estabelecidos para este território, bem como para com os já estipulados para a sub-região Douro.

A criação deste cabaz (desenvolvido assente na noção território-projecto, modelado pelos princípios orientadores focados no ponto 5.2.1) não concorre com a oferta âncora do Douro, pretende apenas que os fluxos turísticos circulem pelo Pólo Turístico de forma a que todos os territórios beneficiem dos efeitos positivos do turismo. Desta forma, trabalham-se as vantagens comparativas do Douro sob a forma de “coopetition” evitando-se a sobreposição ou marginalização dos territórios não ribeirinhos ou não detentores do estatuto de Património da Humanidade.

A coerência estratégica dá-se também ao nível da articulação com os documentos estratégicos definidos para a NUT III Douro, NUT II Norte e NUT I Nacional (facto que permite testemunhar a presença da abordagem *top-down* enquanto elemento integrante do modelo de governança que se sugere):

- Plano Estratégico Nacional de Turismo, Agenda Regional de Turismo do Norte de Portugal e Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro: a orientação estratégica encontra-se convergente, uma vez que as acções ao nível do turismo centram-se nos produtos turísticos prioritários definidos no PDTVD (pág. 9): “Turismo histórico-cultural – *Touring*; Turismo de Natureza; Gastronomia & Vinhos – Enoturismo”;
- Também neste âmbito a Agenda Regional de Turismo do Norte de Portugal referencia a necessidade de “...Qualificar e valorizar os recursos turísticos, potenciando os produtos turísticos prioritários e criar as infra-estruturas de suporte ao Turismo regional (pág. 89). Foram definidos Eixos Prioritários de Actuação, que para o presente modelo de Território-Projecto importa

mencionar dois: Valorização da excelência turística regional; Valorização de novos territórios de aglomeração de actividades económicas (pág. 41).

“Desenvolver ofertas distintivas para as regiões alinhadas com a proposta de valor do destino Portugal, capitalizando a vocação natural de cada região e desenvolvendo factores de qualificação.” (PENT, pág. 73). De acordo com o mencionado neste capítulo 5, o território-projecto tem na sua génese a abordagem territorial, isto é, capitalizar a vocação natural do território que lhe confira carácter de inimitabilidade; mais uma vez verifica-se a coerência das orientações conferidas ao projecto. “Os objectivos passam por tornar o Douro num pólo turístico de projecção internacional, fazendo do sector do Turismo uma alavanca para o desenvolvimento económico-social da região.” (PENT, pág. 84).

- **Programa Regional Operacional do Norte 2007-2013:** O projecto apresentado para Moimenta também é convergente com a Prioridade Estratégica III – Norte *E-Quality*: “Procura a inclusão social e territorial, melhorando a equidade de acesso dos cidadãos aos principais bens e serviços, revitalizando zonas degradadas dos principais centros urbanos e das áreas rurais em forte declínio populacional e valorizando os recursos do território. Pretende-se evitar a tradicional *shopping list*, em que as supostas prioridades são, por um lado, colocadas ao mesmo nível de importância face à estratégia definida e, por outro, são, inclusivamente, explicitadas com um nível de generalidade, correspondendo na prática, a atribuir prioridade semelhante a todas as tipologias de investimento. Não se trata, propriamente, na maioria dos casos, de excluir determinadas políticas públicas, mas sim de lhes atribuir distintos níveis de preferência e focalização.” (Programa Regional Operacional do Norte 2007-2013, pág. 56)
- **Norte 2015: Competitividade e Desenvolvimento – Uma visão Estratégica:** Os objectivos específicos definidos neste documento prospectivo e que deram origem às prioridades estipuladas no Programa

Regional do Norte 2007-2013 são de igual modo considerados nesta abordagem integrada e multisectorial definida para Moimenta da Beira. Neste sentido referenciam-se os respectivos objectivos específicos que mencionados no documento e que também se encontram plasmados no projecto delineado para Moimenta:

- a) “III.2 Valorizar, qualificar e gerir, de forma integrada, os principais recursos endógenos da Região Norte (litoral, rede hidrográfica, turismo, espaços de sustentabilidade), contribuindo, deste modo, para alargar a base territorial de competitividade regional;
- b) III.3- Prevenir e combater as situações de pobreza e de exclusão no sentido de reforçar a coesão social e territorial na Região Norte, enquanto factor crítico para a promoção de cidadania e para a própria competitividade regional;
- c) III. 4 Promover o desenvolvimento rural sustentável da Região do Norte, nomeadamente, através da valorização dos seus sistemas produtivos locais e pólos de excelência, da reconversão ambiental das suas actividades agrárias de carácter industrializante e da adequada provisão de serviços numa lógica de proximidade, polivalência e itinerância.”⁵⁴

- ***Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural:*** Eixo III - Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural é a orientação estratégica convergente para o projecto definido, todavia, pretende-se que o Eixo 1 e 2 sejam desenvolvidos normalmente mas articulados com as acções enquadradas no eixo III, tendo em conta que existem áreas agrícolas de relativa dimensão e que se constituem como actividade primária, não podendo, conforme o já referido, em prol da actividade turística abandonar outras formas de empregabilidade.

A melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais e a promoção da diversificação, segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento Rural 2007-2013 (pág. 60) “...é uma orientação estratégica comunitária

totalmente assumida nas prioridades nacionais, com o objectivo da revitalização económica e social das zonas rurais portuguesas, participando activamente para o cumprimento do objectivo comunitário.”, questão que se apresenta como o *core* do projecto pensado para Moimenta da Beira.

- ***Programa Operacional Potencial Humano – POPH:*** A partir deste documento programático e no desiderato de se facilitar o regresso e participação activa da população no mercado de trabalho através do paradigma território-projecto, e dos efeitos multiplicadores que este pode gerar noutros sectores da actividade, pretende-se, estabelecer-se parcerias com o IIEFP e Centro de Emprego da área onde se insere Moimenta da Beira, a fim de enquadrar no projecto aqui apresentado, as medidas de apoio definidas no POPH - Eixo Prioritário 5: Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a vida Activa

⁵⁴ Informação retirada dos documentos: Norte 2015, Competitividade e Desenvolvimento – Uma Visão Estratégica, Fevereiro 2006, pág. 120 e do Programa Regional Operacional do Norte 2007-2013, pág. 57

CONCLUSÕES

Nas últimas décadas as políticas territoriais foram chamadas a responder aos desafios da crescente importância das unidades territoriais, da globalização, das novas formas de se planejar e projectar o espaço geográfico. Tudo isto implicou novos quadros de mudança nas políticas públicas, assim como novas formas de governação reguladas pelo princípio da subsidiariedade e da cidadania, promovendo maior participação e responsabilização das comunidades no processo de desenvolvimento local.

Perante esta realidade, e face às pressões exercidas sobre os territórios oriundas das dinâmicas de mercado e dos fenómenos sociais, considera-se que o planeamento deve adoptar uma atitude estratégica, integrando na abordagem do processo metodologias de planeamento inovadoras, cujo *leitmotiv* recaia na construção de uma visão colectiva e integradora para o território.

A governabilidade tem sido alvo de debates e discussões acesas. Os agentes responsáveis pelo desenvolvimento procuram identificar a fórmula “milagrosa” capaz de efectuar uma gestão eficiente e eficaz do território, visando atingir a almejada sustentabilidade. Se um arquétipo resulta num dado espaço geográfico, não significa porém, que a condição de sucesso ocorra de igual modo noutra área.

Um território é povoado, logo, ocorrem movimentações de ordem política, social, ambiental, institucional e económica dias após dia, desafios que se impõem à sociedade e ao mercado, que não devem mais ser respondidos de forma reactiva e parcial apenas por uma franja da população, ou ignorar pura e simplesmente que esta não existe, pois o território é de todos e para todos, pelo que, as soluções devem ser desenhadas pelo colectivo, “impondo” assim maior unicidade e coesão dentro do território que se pretende que ao nível local seja capaz de se capacitar e afirmar.

É neste contexto que se defende o desenvolvimento pela base onde as novas formas de governação devem atingir o seu expoente máximo, devendo estas ser um pilar estruturante para a organização dos *stakeholders* e definição de linhas orientadoras prospectivas, modeladas pela abordagem estratégica onde a construção de uma visão ganha ênfase quando esta é um “produto” em que todos se revêem e que querem contribuir para a sua concretização, não esquecendo na estruturação do planeamento, directrizes para a geração de *feed-back* que permitam identificar necessidades de ajustamento

adaptativo/evolutivo/construtivo, isto é, promover uma cultura de avaliação continuada como forma de se garantir o cumprimento dos objectivos.

Hoje debatamo-nos com a fragilidade e a incerteza da atractividade dos territórios, actuando-se muitas vezes apenas para garantir um limiar de densidade demográfica, problemática hodiernamente associada ao interior de Portugal mas que tende a disseminar-se por todo o país nos próximos decénios, realidade que já se verifica em alguns territórios litoralizados, sendo estes e todos os outros (localizados no interior) que possuem debilidades de ordem social e económica, parca densidade relacional, entre outros factores condicionantes, denominados de áreas de baixa densidade.

As áreas rurais tendencialmente são de baixa densidade. A atractividade de outrora onde a mecanização e modernidade não tinham enquadramento nem faziam parte do “modus vivendi”, perde importância em prol de uma nova era que premeia o consumismo e o individualismo, votando o mundo rural ao abandono.

A decadência da actividade agrícola e a oferta emergente nas áreas litoralizadas no 3º quartel do séc. XX tornou o mundo rural obsoleto face aos novos requisitos que a qualidade de vida à época, reclamou, ocorrendo em massa o êxodo rural.

Este despovoamento deu-se e as áreas geográficas afectadas conservaram uma herança patrimonial devido à inexistência ou pouco significativa acção do Homem, permitindo desta forma que os territórios de baixa densidade se tornassem afinal, portadores de características distintivas que hoje são cada vez mais valorizadas.

São inúmeros os autores, como tivemos oportunidade de verificar nesta dissertação, que identificam no espaço rural um conjunto de oportunidades propícias à geração de empreendedorismo, fruto, em boa verdade, de um novo quadro societário que apela à ligação às origens, ao usufruto do meio natural e ao estado de equilíbrio que o ser humano deve obter no seu dia-a-dia.

Esta nova forma de estar na sociedade trouxe um novo ânimo aos territórios rurais de baixa densidade, sendo estes considerados, muitas vezes, os repositórios dos efeitos negativos oriundos da liberdade de acção dos mercados, em que se verifica, tendencialmente, que as políticas públicas adoptadas conduzem, em regra geral, à distribuição de subsídios como forma de contrariar as assimetrias em detrimento da criação de ambientes favoráveis à capacitação e “emancipação” do território relativamente à construção de modelos endógenos capazes de gerar desenvolvimento.

Esta barreira até então colocada, tende a ser contrariada com o reconhecimento dos nossos governantes para a adopção de políticas de desenvolvimento rural mais participadas e territorializadas como forma de promover o compromisso assente no princípio da cidadania e da descentralização.

É neste contexto que se julga pertinente promover de forma exponencial o desenvolvimento endógeno, acreditando-se, que através da existência de especificidades de carácter inimitável o território possui vantagens comparativas, que para conferir uma posição competitiva ao território torna-se necessário um longo e intenso trabalho para afirmar e garantir essa diferenciação.

A existência de pluralidade e diversidade no espaço rural e o reconhecimento destes atributos por parte da procura turística, fez identificar o turismo como sendo um sector estruturante para as áreas rurais, conferindo-lhe, através do seu carácter transversal, capacidade para alavancar sectores de actividades que hoje se encontram em declínio. Porém, a regeneração do mundo rural não se deve processar apenas pela via da sua refuncionalização e fazer depender integralmente o território da actividade turística como o único meio para obter renda; deve contemplar a valorização de sectores onde demonstra possuir desempenho, pelo que, o turismo, nos territórios rurais de baixa densidade que apresentem vocação turística, deve ser utilizado como um meio para se desenvolver o conceito de integração, tirando partido da complementaridade e das sinergias que possam ocorrer dentro e fora do território.

Defende-se a adopção do modelo territorialista para projectos de base turística assente num paradigma que deve procurar a subsidiariedade e valorizar a participação como sendo o “core” do caminho do desenvolvimento, em detrimento de um planeamento que ocorre externamente.

Assim, a concertação de um compósito turístico nas áreas rurais assente na abordagem territorial deve ter presente o modelo de governança *bottom-up* como meio para garantir a existência de uma estrutura de gestão localizada onde o desenvolvimento pela base, em associação com o princípio da cidadania assumem o expoente máximo, devendo-se no entanto, actuar em regime de complementaridade com a abordagem *top-down*, pois permitirá a coexistência de uma coerência e integração ao nível das políticas públicas de âmbito territorial e sectorial entre os diversos níveis geográficos, podendo assim o processo de desenvolvimento local beneficiar com as relações simbióticas que venham a

ser estabelecidas, criando-se desta forma estímulos para a existência de uma coesão interna de modo a evitar pressões externas que possam prejudicar as linhas orientadoras de base territorializante, sugerindo-se ainda que o compósito turístico seja estruturado tendo presente a integração como garante de uma actuação ao nível pluridimensional e multisectorial.

As novas formas de turismo assentes em valores como a criatividade, o intercâmbio cultural, a promoção de recursos locais e o reforço da identidade dos territórios, podem reforçar as dinâmicas das áreas rurais, ao nível demográfico, social e económico se alicerçadas no desenvolvimento de um programa de acção integrado que deverá compreender a agregação de um conjunto de projectos e vontades subordinadas a uma visão para a valorização económica dos recursos endógenos disponíveis, que serão a “matéria-prima” da actividade turística.

Fruto de uma sociedade evolutiva onde o lazer assume um maior enquadramento na contemporaneidade, o turismo tem sido francamente a eleição para a ocupação dos tempos livres. Deixa de estar associado a um “bem” supérfluo e passa a ser considerado necessário para o equilíbrio do ser humano, onde o espaço para o “eu” ou para o cidadão enquanto ser social é cada vez mais diminuto.

Sendo os territórios de baixa densidade já por si frágeis, defende-se a prática de um turismo sustentável como forma de se promover o desenvolvimento. Ao garantirmos a sustentabilidade das nossas acções estaremos a promover a responsabilidade social que devemos ter perante o território, os seus utilizadores e as gerações futuras. É neste contexto e no garante dessa mesma sustentabilidade que precisamos de estabelecer um planeamento capaz de integrar a pluridimensionalidade e multisectorialidade existente no território, orientado por formas de governação que permitam ao nível local seleccionar o arquétipo que mais se coaduna para se atingir os objectivos.

A existência de um paradoxo entre a parca cultura integradora dos processos de planeamento e as oportunidades emergentes, leva a que ao longo deste últimos anos tivessem ocorrido largos desperdícios de apoio ao investimento público e privado, razão pela qual esta dissertação trouxe à luz de todos, o reduzido impacto que o Programa URB.COM obteve na vila de Moimenta da Beira, identificando-se após a respectiva análise do seu processo conceptual e operacional, a existência de uma parca visão integradora.

Apesar de ser uma medida de programação sectorial, o Programa URBCOM poderia ter-se constituído como uma mais valia para a valorização das chamadas infra-estruturas de apoio ao turismo dentro de um território com vocação turística, desde que a montante e a jusante tivesse sido alvo de uma abordagem territorializada e integrada.

Moimenta da Beira apesar de possuir uma posição geográfica estratégica na área micro-regional onde exerce influência, é naturalmente um Município periférico e rural, possuidor de constrangimentos oriundos dos efeitos da causalidade circular negativa que têm condicionado a ocorrência de um desenvolvimento sustentável.

A análise do impacto de dois programas de financiamento com abordagens distintas orientados para territórios rurais, elaborada através do modelo de avaliação comparativo da intensidade de integração, permitiu verificar que uma actuação das políticas ao nível local em ambientes rurais deve assentar no primado da noção território-projecto (acção territorializante), onde o desenvolvimento endógeno e a governação partilhada e participada constituem-se como factores cruciais para o atingir dos objectivos.

A medida de programação sectorial - URBCOM integrada num processo de desenvolvimento a partir da noção território-projecto poderia tê-lo conduzido poderia ter ajudado a melhorar a oferta do compósito turístico do Município, da área geográfica Riba Douro e do Douro, isto é, a partir da filosofia subjacente ao PROVERE (abordado no capítulo II) Moimenta identificou como foco temático para a sua estratégia de desenvolvimento a criação do conceito de produtos alimentares e não alimentares tradicionais da zona de montanha, devendo, neste âmbito, o Programa URBCOM através das suas especificidades ser integrado, fazendo assim parte deste amplo processo de regeneração das áreas rurais de baixa densidade com vocação turística. A integração do Programa URBCOM deveria assim ter ocorrido como um contributo para reforçar a atractividade da área comercial com a introdução destes produtos nos estabelecimentos comerciais locais, desenvolvendo-se em simultâneo um *branding* em rede, cujo objectivo deveria ter sido a promoção de uma maior uniformização e coesão no seio do colectivo de comerciantes. Neste contexto, podemos dizer que a medida sectorial URBCOM constitui-se como um Meio Facilitador para a Estruturação de uma Oferta Turística de Excelência.

Este paradigma não coloca importância primária na requalificação do espaço físico (estabelecimento) e do espaço urbano como factor indutor para a criação de dinâmicas que permitam um aumento do fluxo e fixação dos *stakeholders* na área de intervenção; dá

enfoque à integração e à visão ampla que se deve ter do território, situação que não se compadece com a aplicabilidade casuística de uma medida sectorial, sendo prova do parco efeito mobilizador e multiplicador o Programa URBCOM caracterizado no capítulo IV da dissertação. Considera-se assim que o Programa URBCOM poderia se ter constituído como uma mais valia para gerar maior atractividade à oferta de base territorializante orientada para o consumo turístico e urbano, se a sua filosofia estivesse orientada para integrar na estratégia de base - Criação de um Cabaz diversificado de produtos tradicionais alimentares e não alimentares da zona de montanha, servindo o comércio local como um meio para a distribuição e comercialização destes produtos, activando a sua responsabilidade social necessária no processo de desenvolvimento local por um lado, e por outro, sendo um comércio que possui uma oferta indiferenciada, este arquétipo possibilitaria a existência de uma oferta âncora como factor diferenciador e uma maior receptividade junto do segmento dos visitantes que procuram produtos que tenham como atributos a autenticidade, modos de produção saudáveis, qualidade, entre outros, que poderão revelar-se como um meio para atrair consumidores.

É neste contexto que se conclui que a requalificação da área comercial (espaço físico) e do espaço urbano seriam uma necessidade a emergir naturalmente dentro deste conceito integrado e não como o problema de fundo do fraco desempenho do comércio tradicional, pelo que se considera que os territórios rurais de baixa densidade com vocação turística devem integrar a programação sectorial como um meio facilitador para a estruturação de uma oferta turística de excelência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

“A abordagem integrada e multisectorial”, Programa LEADER.

“A competitividade dos territórios rurais à escala global”, Observatório Europeu Leader, 2001.

“A Dimensão Regional do Espaço Europeu da Investigação”, Comunicação da Comissão das Comunidades Europeias Bruxelas, 2001.

“A Modernização no Comércio Retalhista. Observatório do Comércio”, Dezembro, 2000.

AGNES, Diane, “Turismo Sustentável”, 2003.

ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário., “Ecologia, Lazer e Desenvolvimento”, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2000, ISBN 85-7460-038-5.

ALVES, Paulo, “Planeamento Estratégico e Marketing de Cidades”, 2007.

ALVES, Teresa, “Serviços e Desenvolvimento - Que Oportunidades para as Áreas Rurais?”, Lisboa, 2005.

“Anuário Estatístico da Região Norte”, Instituto Nacional de Estatística, I.P., 2006.

ARRUDA, Carlos; VILANOVA, Silvia; CHICHORRO, José Franklim, “Turismo Rural e Agricultura Familiar: O Caso de Nossa Senhora do Livramento”, MT. INTERAÇÕES-Revista Internacional de Desenvolvimento Local, 2008.

BAHIA, Eduardo Trindade; FORTES, Mauri; FERREIRA, Wanyr Romero, “Gestão de Desenvolvimento Ambiental para Destinos Turísticos”, Turismo - Visão e Acção, 2005, vol. 7: p. 525 – 538.

BAHIA, Mirleide Chaar; SAMPAIO, Tânia Mara Vieira, “O Turismo de Aventura na Região Amazônica: desafios e potencialidades”.

BALULA, Luís; CARVALHO, Luís Sanchez, “A Revitalização do Centro Urbano – Reabilitação e Gestão da Baixa Comercial”.

BAUD, Pascal; BOURGEAT, Serge; BRAS, Catherine, Dicionário de Geografia. P. Editora, Lisboa, 2007.

BRYDEN, John, “Tendências globais, respostas locais”, Rural Europe – Biblioteca.

LEADER, Magazine nº18 - Outono, 1998.

CABRAL, João, “Inovação nas Políticas Urbanas – Modelos de Regulação de Sistemas de Governança”, GeoINova, Universidade Nova de Lisboa, N.º 10, 2004

CABRAL, João; MARQUES, Teresa, “Do Planeamento Estratégico ao Desenvolvimento Sustentável – Experiência em Portugal”, Inforgeo, 11, Dez., 1996, pág. 107-116.

CAMPOS; R., “Capacitação Rural: O Caso do SAI – Sistema Agroindustrial Integrado do SEBRAE-SP”, Módulo de Araraquara, REDD - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara,. v.1, n.1,. 2008.

CARDOSO, A.,”Turismo, Ambiente e Desenvolvimento-Sustentável em áreas rurais”, Vol. 5, 2002, pág. 21-45.

CARMO, R., “Da escala ao território: para uma reflexão crítica do policentrismo. Análise Social”, vol. XLIII (4.º), 2008, 775-793.

CARNEIRO, Inês Ferreira, “A Importância da Avaliação de Políticas Públicas como Instrumento de Consolidação Democrática”, 4º Congresso Nacional de Administração Pública, 2006.

CASTLES, Stephen, “Estudar as transformações sociais”, *Sociologia*. [online]. set. 2002, no.40 [citado 17 Novembro 2009], p.123-148.

CASTRO, Iná Elias, “Instituições e Cidadania no Território Nordestino”, *Mercator - Revista de Geografia da UFC*, N.º 3, 2003.

CAVACO, Carminda, “Comércio Retalhista em Espaço Rural: Principais Tendências”, *Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa*, 1999.

CEFAGE-UE Working Paper, “O novo paradigma de desenvolvimento rural: Os pólos de excelência rural”, 2009/03, pág. 3.

“Centros Comerciais: Realidade Multifacetada”, *Observatório do Comércio*, Setembro, 2000.

“Comercializar um turismo rural de qualidade”, *Biblioteca Rural Europe*.

“Comércio Retalhista em Contexto Rural”, *Observatório do Comércio*, 2000.

“Comércio Retalhista em Contexto Rural”, *Observatório do Comércio*, Vol. I. Maio, 2000.

“Comércio Retalhista em Contexto Rural”, *Observatório do Comércio*, Vol. II. Maio, 2000.

“Competitividade, Coesão e Convergência: A óptica Específica das Regiões Portuguesas”, *Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social, Relatório Final, Volume 3, Região Norte*, 2005.

CONDESSO, Fernando dos Reis, “Os Fundamentos Conceptuais do Ordenamento e da Planificação do Território e o ETE”.

COVAS, António; COVAS, Maria das Mercês, “A ‘agrocultura glocal’: os produtos ‘glocais’ amigos do mundo rural”, Colóquio Ibérico de Estudos Rurais - Cultura, Inovação e Território, 2008.

CRUZ, Cássia Ariza, “Planeamento Governamental do Turismo: Convergências e Contradições na Produção do Espaço”, Dezembro, 2006.

CRUZ, J., “Emprego, Crescimento e Desenvolvimento Económico: Notas Sobre um Caso Regional”

CUNHA, A.; SIMÕES, R.; PAULA, J., “Regionalização e História: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico”.

CUNHA, Licínio, “Introdução ao Turismo”, 2001.

DALLABRIDA, Valdir Roque, “Planeamento Estratégico Territorial: Um Processo de Concertação Público-Privada com Vistas à Definição do Futuro”.

“Diagnóstico Município de Moimenta da Beira”, Rede Social, Município de Moimenta da Beira, 2005.

“Diálogo com Interlocutores a Nível Nacional - Desenvolvimento Local”, Observatório do Emprego e Formação Profissional, Fevereiro, 2001.

DINIZ, Clélio Cammpolina, “O Papel das Inovações e das Instituições no Desenvolvimento Local”.

DINIZ, Francisco; NOGUEIRA, Fernanda, “Promotores Públicos e Privados no LEADER II: O Caso das NUTS Douro e das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores”, Gestão e Desenvolvimento, 2002, pág. 255-278.

“Do Centro Comercial aos Centros de Comércio”, Observatório do Comércio, Março, 2000.

“Estatísticas Agrícolas”, Instituto Nacional de Estatísticas, 2008, ISSN 0079-4139.

“Estratégia de Desenvolvimento Local - Entre a Serra da Lousã e o Zêzere”, GAL-ELOZ

FAJARDO, Sérgio, “Algumas Discussões Sobre a Abordagem Económica do Território na Geografia e Suas Implicações no Espaço Rural”, Editora UFPR, 2005, pág. 131-137

FAVARETO, Arilson, “Empreendedorismo e Dinamização dos Territórios de Baixa Densidade Empresarial – Uma Abordagem Sociológica e Económica”.

FIGUEIREDO, A., “Compêndio de Economia Regional”, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 2ª Edição, 2005.

FIGUEIREDO, António Manuel, “Uma Visão Espacial da Estratégia e das Prioridades de Desenvolvimento Económico e Social Para Portugal”, Faculdade de Economia do Porto.

FILHO, L.; ABRAMOVAY, R., “Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais”, 2004.

FLORES, Murilo, “A Identidade Cultural do Território Como Base de Estratégias de Desenvolvimento – Uma Visão do Estado da Arte”, 2006.

FONSECA, F., “O Planeamento Estratégico em Busca de Potenciar o Território: O Caso de Almeida”, Departamento de Engenharia Civil, Braga, Universidade do Minho, 2006.

FONSECA, M., “A Política Regional da União Europeia: Uma Utopia Viável?”, Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia, Universidade do Porto, 2004.

FRATUCCI, A., “Os Lugares Turísticos: Territórios do Fenómeno Turístico”, GEOgraphia, N.º 4, 2000.

FUINI, L., “A Governança Territorial no Circuito das Malhas do Sul de Minas Gerais”, *Interacções - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, 2008.

GANDRA, Leonor, “Planeamento Participativo para o Desenvolvimento Sustentável” .

GERALAMO, M.; CARPINETTI, L.; FLESchUTZ, T.; SELIGER, G., “Clusters e Redes de Cooperação de Pequenas e Médias Empresas: Observatório Europeu, caso alemão e contribuições ao caso brasileiro” 2008, p. 351-356.

GIOACCHINO, Garofoli, “A competitividade económica”, *Rural Europe – Biblioteca*, 1991

GOMES, Catarina Antunes, “A Insustentável Leveza dos Territórios: Uma Crítica à Territorialização das Políticas Públicas”, 2006.

GONÇALVES; Yumi Kawamura, “Perspectivas do Desenvolvimento Turístico em Áreas Rurais: O Caso das Terras Altas da Mantiqueira” Campinas, Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Economia, 2003.

GUERRA, João; NAVE, Joaquim Gil; SCHMIDT, Luísa, “Agenda 21 Local: Autarcas, Participação e Desenvolvimento Sustentável”, *Actas dos Ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia*.

“Inovação e desenvolvimento rural”, *Observatório Europeu Leader*, 1997.

“Inovação e desenvolvimento rural”, *Observatório Europeu Leader*, 1997.

“Inovação e Qualidade no Terceiro Sector”, *Vez e Voz*, ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, 2007.

“Investigação em Turismo”, Ministério de Economia e Inovação, 2001.

JESUS, Lúcia; KASTENHOLZ, Elisabeth; FIGUEIREDO, Elisabete, “A Oferta do Turismo no Espaço Rural – Estudo de Caso da Região Dão-Lafões”, Colóquio Ibérico de Estudos Rurais - Cultura, Inovação e Território, 2008.

JORGE, R., “O Papel do Território como Estratégia de Desenvolvimento de Regiões Rurais”, Rev. Cent. Ciênc. Admin., v. 9, n. 2, 2003, pág. 205-214.

JR., Álvaro Banducci, “Turismo Cultural e Património: A Memória Pantaneira no Curso do Rio Paraguai”, Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, 2003.

JUNIOR, V.; TRENTIN, I.; FILIPPI, E., “Os Reflexos das Agroindústrias Familiares para o Desenvolvimento das Áreas Rurais no Brasil”, IV Congresso Internacional de la Red Sial, Argentina, 2008.

LEADER + Magazine, 2008, pág. 15.

LEADER+ Magazine, Versão Electrónica, Comissão Europeia, 2005.

LEADER+ Magazine, Versão Electrónica, Comissão Europeia, 2008.

“Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas”, Livro Verde, Comunidades Europeias, Bruxelas, 2001.

MACHADO, Márcio; CALDEIRA, Bárbara, “Integrando Territórios: Factores de Competitividade em Políticas de Públicas Desenvolvimento Local”, VI Conferência Regional de ISTR para América Latina y el Caribe, Novembro, 2007.

MAGALHÃES, Fernanda, “Cidades Sustentáveis – O Que o Poder Local e Uma Formação Adequada em Urbanismo Podem Fazer?”, Universidade Mackenzie de São Paulo e Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, CESUR-IST, São Paulo.

MAGALHÃES, R.; FAVARETO, A.; SOUZA, C., “Desenvolvimento e Empreendedorismo: Dinamização das Economias Locais, Microfinanças e Comércio Solidário”, 2006.

MANSO, Pires; SIMÕES, Nuno, “Os Municípios E A Qualidade De Vida Em Portugal: Proposta Metodológica Com Vista À Sua Mensuração e Ordenação”, Observatório para o Desenvolvimento Económico e Social da Universidade da Beira Interior, 2007.

MARQUES, Cláudia; MACKE, Janaina; SANTOS, C., “A Acção do Capital Social em Rotas Turísticas e a Perspectiva de Desenvolvimento Local: em Análise As Rotas Turísticas do Vale dos Vinhedos e dos Caminhos de Pedra”, Redes Santa Cruz do Sul. v. 13, 2005, pág. 49 - 67.

MARQUES, Hélder, “Da Perspectiva Racional - Compreensiva ao Planeamento Estratégico: Tópicos de Reflexão”, Revista da Faculdade de Letras - Geografia I, 1995.

MARQUES, M., “Urbanismo Comercial em Portugal e a Revitalização do Centro das Cidades”, Sociologia, Problemas e Práticas, Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica, Ministério da Economia, Carlos José Lopes Balsas (1999), Ministério da Economia, n.º 33, 2000, pág. 161-163, 2000.

MARQUES, R., “Desenvolvimento Local em Espaço Rural e Novas Competências”, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2000.

MARTINS, C., “Turismo em Zonas Rurais: Oportunidades para a Região de Trás-os-Montes e Alto Douro”.

MATEUS, Diogo, “Uma Visão do Território Actual”, pág. 142-147.

MEYER, R., “O Urbanismo: Entre a Cidade e o Território”, 2006.

MORAL, A.; JURADO, E., “Desarrollo Territorial y Economía Social”, CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social Y Cooperativa, 2006, pág. 125-140.

MOREIRA, Ruy, “Da Região à Rede e ao Lugar: A Nova Realidade e o Novo Olhar Geográfico Sobre o Mundo”, 2007, pág. 55-70. ISSN: 1981-3732

NASCIMENTO, A.; CARVALHO, J., “O Turismo Comunitário como Factor de Desenvolvimento Local: O Caso da Comunidade Barro Vermelho”, Parnaíba/PI. II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, 2008.

NASCIMENTO, L.; OLIVEIRA, P.; JUNIOR, J., “Turismo Rural e Qualidade de Vida”, Revista Cesumar - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, 2006.

NETO, P.; NATÁRIO, M., “O Novo Paradigma de Desenvolvimento Rural: Os Pólos de Excelência Rural”, Universidade de Évora, CEFAGE-EU, Évora, 2009.

NEVES, A.; MAGALHÃES, A.; RELVAS, S., “A Competitividade das Áreas Rurais - Uma abordagem na perspectiva das estratégias de marketing”, 1º Congresso de Estudos Rurais Ambiente e Usos do Território.

NOGUEIRA, A., “Conhecimento nas Organizações: evolução das abordagens económicas”.

“NORTE 2015 Competitividade e Desenvolvimento - Uma Visão Estratégica”, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, 2006.

NUNES, S., “Abordagens de Políticas do Desenvolvimento Regional”, Departamento de Gestão do Território, Instituto Politécnico de Tomar - Escola Superior de Tecnologia.

“O Comércio em Números”, Direcção Geral de Empresas, 2006.

“O LEADER Desperta um Interesse Mundial”, Info LEADER, 2001.

“O Pequeno Comércio Retalhista Alimentar: Concorrência Insustentável ou Incapacidade de Modernização”, Observatório do Comércio, Janeiro, 2000.

“Métodos e Resultados da Integração das Inovações e Abordagem LEADER nos Programas de Desenvolvimento Rural”, Relatório Final: Resumo da Execução, ÖIR – Managementdienste GmbH. DG «Agricultura», Unidade G4, Comissão Europeia. 2004.

“Para um programa de acção europeu de desenvolvimento do espaço e coesão territorial”, Agenda Territorial e da Carta de Leipzig, Departamento Temático B: Políticas Estruturais e de Coesão, IP/B/REGI/FWC/2006-166-Lot 05-C02-SC.

“Parecer-Plano Nacional de Desenvolvimento Rural”, Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, Maio, 2006.

PARTIDÁRIO, M., “Ambiente e Turismo”, Economia e Prospectiva, Rev. do Ministério da Economia, 4, Fevereiro, pág. 79-88, ISSN: 0873-6227.

PEREIRA, Eduardo; MONTEIRO, Rui, “Estudos Complementares de Caracterização Territorial e Diagnóstico Regional: Estruturas e Dinâmicas Produtivas na Região do Norte. Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte”, Prot-Norte, Versão Provisória, 2007.

“Plano de Acção do Porto e Norte 2009”, Entidade Regional de Turismo – Porto e Norte de Portugal.

“Plano Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro - 2007-2013”, Estrutura de Missão do Douro Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, 2008.

“Plano Estratégico Nacional de Turismo”, Ministério de Economia e Inovação, 2001.

“Plano Estratégico Nacional do Turismo - Para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal”, Turismo de Portugal, Ministério da Economia e Inovação, 2007.

“Plano Nacional de Desenvolvimento Rural 2007 – 2013 - Objectivos estratégicos e princípios orientadores de programação”, Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar. Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 2007.

“Plano Nacional de Desenvolvimento Rural 2007 – 2013”, Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

“Política de inovação: actualizar a abordagem da União no contexto da estratégia de Lisboa”, Comunicação da Comissão das Comunidades Europeias, 2003.

“Políticas Públicas de Revitalização Urbana – Relatório Final”, Observatório do QCA III, ISCTE/CET, Outubro, 2005.

PROCOPIUCK, Mário; DJALO, Abdulah Bubacar, “Comércio como Factor de Coesão dos Centros Urbanos: Caso da Revitalização Comercial do Centro de Curitiba”, Revista Turismo Visão e Acção – Electrónica, 2008.

“Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013”, Observatório do QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional, 2008.

“PROVERE. Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos. Das Ideias à Acção: Visão e Parcerias”, Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Lisboa, 2008.

“Quadro Comunitário de Apoio III - Portugal 2000-2006, Ministério do Planeamento, Comissão Europeia.

QUEIRÓS, Margarida, “Agenda 21 Local: Auto-Organização, Cooperação e Inteligência Descentralizada”, Finisterra, XLII, 83, 2007, pág. 65-77.

QUENTAL, Nuno; SILVA, Margarida; LOURENÇO, Júlia, “Integração de critérios objectivos de sustentabilidade ambiental na elaboração de planos regionais de ordenamento do território”, XI Jornadas da AUP - Território e Desenvolvimento: os Argumentos e a Disciplina do Urbanismo, Out-2004.

RATTNER, Henrique, “Abordagem Sistémica, Interdisciplinaridade e Desenvolvimento Sustentável”, Revista Espaço Adémico, 2006.

REIGADO, F. Marques, “A Fronteira da Raia Central Ibérica – da fronteira do desenvolvimento ao desenvolvimento da fronteira – a aposta na inovação,” Jornadas Internacionales Cooperación transfronteriza y desarrollo local en el espacio rural de Alentejo y Extremadura - (ALEX), Facultad Filosofía y Letras. Campus Universitario – Cáceres, 2006.

“Reinventar o comércio rural”, Observatório do Comércio, Julho, 2000.

REIS, José, “Observar a Mudança: o papel dos Estudos Rurais,” 1º Congresso de Estudos Rurais - Território, Sociedade e Política: Continuidades e Rupturas, da Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real., Faculdade Economia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais.

“Relatório de Execução 2003”, PRIME - Programa de Incentivos à Modernização da Economia, Ministério de Economia, 2004.

“Relatório Final das Políticas Públicas de Revitalização Urbana”, 2005.

“Responsabilidade Social das Organizações”, Inspeção Geral do Trabalho, 2006.

RIBEIRO, José Cadima, VAREIRO, Laurentina Cruz, "Turismo e Desenvolvimento Regional: O Espaço Rural como Destino Turístico".

RIBEIRO, José M. Félix, "Globalização, Modelos de Capitalismo e Modos de Inserção na Economia Mundial – Desafios no Mudar de Século", Departamento de Prospectiva e Planeamento, 1996.

RODRIGUES, Adyr Balastreri, "Património, Território e Empreendedorismo: Pilares do Desenvolvimento do Turismo com Base Local", Aportes Y Transferencias. Argentina, Universidad Nacional de Mar Del Plata. 2003.

RODRIGUES, Adyr Balastreri, "Turismo e Territorialidades Plurais– Lógicas Excludentes ou Solidariedade Organizacional", Dezembro, 2006.

RODRIGUES, Ana Isabel, "A engenharia turística como factor de desenvolvimento regional: alguns conceitos e aplicações", IX Encontro Nacional da APDR, Junho, 2002.

ROQUE, Andréia Maria, VIVAN, Antônio Marcos, Ed., "O Turismo no Espaço Rural: Uma Estratégia para a Nova Gestão Rural Brasileira".

RUIVO, P., "Amenidades Rurais – Que Contributo? Estudo de Caso em Territórios Rurais", Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER), Faro, Universidade do Algarve, 2007.

RUIVO, Paula, "Amenidades Rurais – Que Contributo? Estudo de Caso em Territórios Rurais", Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER), Faro, Universidade do Algarve, 2007.

SAMPAIO, C.; ALVES, Flávia Keller; FALK, V., "Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária: Interconectando o Turismo Comunitário com Redes de Comércio Justo", Revista Turismo Visão e Acção – Electrónica, v. 10, nº 02, 2008, págs. 244 – 262.

SAUSEN, Jorge Oneide, “O Futuro do Planeamento Estratégico: Análise da Prática e Perspectivas”.

SCHNEIDER, Sérgio; BLUME, Roni, “Ensaio para uma Abordagem Territorial da Ruralidade: Em Busca de uma Metodologia”, Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, 2004, pág. 109-135.

SERAFIM, Maria do Rosário, “Ordenamento e Sustentabilidade nos Territórios Rurais - Uma Exigência para o Futuro”, Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER, Setembro, 2004.

SERÔDIO, L., “Inovar em Espaço Rural e Inovar o Espaço Rural: a Escolha e as Escalas das Políticas de Desenvolvimento”, 2003.

“Sessão Restrita da Secção Permanente de Estatísticas de Base Territorial para a Revisão da Tipologia de Áreas Urbanas”, 344ª Deliberação do Conselho Superior de Estatística, Conselho Superior de Estatística.

SILVA, Amado; MAFRA, Francisco, “Planeamento e Gestão do Território”, 2004.

SILVA, Arlete Mendes, “Os Caminhos do Turismo em Espaço Rural Goiano”, Goiás.

SILVA, João Correia, “Crescimento Económico”, 2007

SILVA, J., “Turismo, Crescimento e Desenvolvimento: Uma Análise Urbano-Regional Baseada em Cluster”, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2004.

SILVA, Luís, “Sortelha e Monsaraz: Estudo de Caso de Dois Lugares Turísticos no Interior de Portugal”, 2007.

SILVA, Valdenildo Pedro; EGLER, Cláudio A. G., “A Inovação em Tempos de Globalização: Uma Aproximação”, Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales, 2004.

SOUSA, V., “A Necessidade de Reinvenção do Paradigma de Desenvolvimento Rural - Uma Reflexão a Partir do Caso Algarvio”, VI Congresso Português de Sociologia - Mundos Sociais: Saberes e Práticas, Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2008.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes, “Espaço Geográfico Uno e Múltiplo”, 2001.

“Turismo, Cultura e Formação no Meio Rural”, Oberschwaben: Bade-Vurtemberg, Alemanha, 1999.

VAZ, Domingos. M., “Protagonismo Urbano em Territórios de Baixa Densidade: Uma reflexão Sobre o Caso da Beira Interior”, Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia.

VECCHIATTI, Karin, “Três Fases Rumo ao Desenvolvimento: Do Reduccionismo à Valorização da Cultura”, vol. 18, n.º 3, São Paulo, 2004.

VEIGA, José Eli, “Territórios para um Desenvolvimento Sustentável”.

VIEIRA, João Martins, “Planeamento e Ordenamento Territorial do Turismo - Uma Perspectiva Estratégica”, 2007.

WOLTMANN, Angelita; ARAÚJO, L., “Desenvolvimento X Sustentabilidade: Uma Abordagem Transdisciplinar”, 2004

Documentos Institucionais

Ofício DGCC. Referência: OF/2369/2003/DSD2/DGCC/CC, datado de 02/07/2003.

Ofício DGCC. Referência: OF/4346/2001/DSD2/DGCC.

Ofício DGCC. Referência: OF/1462/2004/DSD2/DGE/CC, datado de 16/04/2004.

Relatório Preliminar, Estudo Global – URBCOM Moimenta da Beira, n.º 0.

Acta da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, 11/07/2005.

Ofício UAE.06/059-SC, do IAPMEI datado de 30/08/2006.

Diplomas Legais

Decreto-Lei n.º 70-B/2000 de 5 de Maio.

Portaria n.º 317-B/2000 de 31 de Maio.

Portaria n.º 113-A/2002 de 7 de Fevereiro.

Portaria n.º 188/2004 de 26 de Fevereiro.

Despacho N.º 356/SEICS/2004, de 29 de Março.

Despacho n.º 355-XVII/2005/SECSDC, de 13 de Setembro.

Apêndice N.º 129/2005, 26 de Setembro.

Despacho nº123/XVII/2006/SECSDC, de 3 de Março.

Despacho n.º 5414/2008.

Decreto-Lei N.º 67/2008 de 10 de Abril

Sites

http://www.apgeo.pt/files/section44/1234190522_INFORGEO_11_p107a116.pdf

<http://www.oaveiro.pt/index.php?lop=conteudo&op=dc912a253d1e9ba40e2c597ed2376640&id=7ffe08e7623a46843e73565ae1618f5b>

http://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/1040/1/revista_1.pdf,

<http://www.terranova.pt/site/noticias.asp?acr=inf&ac=ver&id=32813>

<http://www.dourohoje.com/search/search.asp?rFrom=&rTo=&page=12&Parametros=&SearchType=0&SearchRange=3&DateBegin=&DateEnd=&SearchLocal=0&IdSeccao=0&IdAutor=119&AutorName=Iolanda%20Vilar&SeccaoName=>

http://www.portugal.gov.pt/pt/GC15/Governo/Ministerios/MEc/Notas/Pages/20040615_MEc_Com_Comercio.aspx

<http://econominho.blogs.sapo.pt/2819.html>

http://portal.ipvc.pt/portal/page/portal/ipvc/ipvc_noticias/ipvc_noticias_2007/ipvc_gestao_centros_historicos.

<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/n26034.htm>.

http://europa.eu/legislation_summaries/index_pt.htm

ANEXOS

ANEXO I

Matriz Swot – Diagnóstico Prospectivo das Áreas de Baixa Densidade

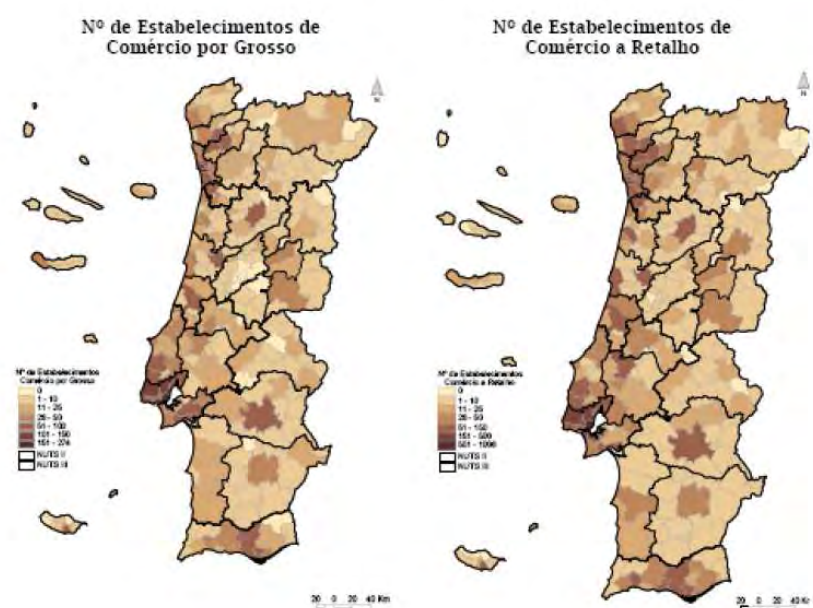
Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Património histórico, cultural e natural (recursos geológicos, hídricos, florestais, ambientais e paisagísticos) de grande valor; ▪ Existência de diversos factores de competitividade para produções: vitivinícola, lacticínios, azeite, de frutos frescos e secos e florestal; ▪ Condições favoráveis ao desenvolvimento de actividades ligadas ao turismo e ao lazer através da valorização do património; ▪ Presença de um agente institucional (o município), com capacidade de iniciativa e de congregação de actores; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ População envelhecida e em declínio; ▪ Níveis baixos de qualificação dos recursos humanos e elevadas taxas de abandono escolar; ▪ Insuficiente valorização e dinamização do Património, traduzida na ainda precária divulgação e dinamização do mesmo; ▪ Especialização em sectores tradicionais com dificuldades competitivas, resultantes de modelos de negócio esgotados e das dificuldades de reestruturação e modernização; ▪ Baixa qualificação dos empresários e falta de iniciativa empresarial; ▪ Empresas de reduzida dimensão e com funcionamento atomizado; ▪ Debilidade das infra-estruturas de apoio às actividades económicas; ▪ Insuficiência do mercado local; ▪ Persistência de algumas insuficiências infra-estruturais, equipamentos sociais e serviços de proximidades, que permitam fixar e atrair pessoas; ▪ Dificuldades acrescidas de cooperação (público-público, público-privado, privado-privado) por escassez de actores e défice de cultura de cooperação; ▪ Diversidade e dinamismo institucionais incipientes; ▪ Localização periférica; ▪ Deficientes acessibilidades intra-regionais;
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorização crescente dos processos de desenvolvimento sustentável, onde se torna central a conservação e protecção da natureza; ▪ Reconhecimento pela U.E. da importância do meio rural; ▪ Processo de reorganização dos actores regionais à volta das agências de desenvolvimento regional; ▪ Qualificação de mão-de-obra pela acção das estruturas do ensino superior; ▪ Acréscimo da atractividade do turismo decorrente do aumento da procura mundial de produtos turísticos, culturais, de lazer, agro-alimentares e gastronómicos; ▪ Acesso ao mercado ibérico; ▪ Acréscimo da procura de recursos do território associada à melhoria das acessibilidades; ▪ Ligações históricas de cooperação com algumas regiões de Espanha; ▪ Aplicações das novas tecnologias de informação a novos serviços/actividades em meio rural; ▪ Propensão para o retorno às origens de migrantes 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Declínio demográfico nacional; ▪ Dinâmica demográfica de envelhecimento nacional; ▪ Crescente mobilidade internacional de recursos humanos qualificados que favorece o <i>brain drain</i> das regiões menos atractivas para esses recursos; ▪ Esgotamento da competitividade baseada em mão-de-obra não qualificada; ▪ Deslocalização de empresas dos sectores tradicionais, com perda de emprego; ▪ Incapacidade de proteger os recursos naturais, designadamente a água e a floresta.

nacionais e internacionais como potencial fonte de iniciativa; ▪Diáspora emigrantes como factor de divulgação regional e nó de articulação internacional;	
A metodologia SWOT descreve os aspectos relevantes do diagnóstico em quatro quadrantes: <ul style="list-style-type: none"> ▪ As “forças” e “fraquezas”, que caracterizam o “ambiente interno” e que são entendidas como o conjunto de elementos relativos ao contexto das áreas de baixa densidade, que pode ser reforçado ou melhorado através de acções de política especificamente definidas pela, e para a, região; e, ▪ As “oportunidades” e “ameaças”, que caracterizam o “ambiente externo”, ou seja, o conjunto de elementos relacionados com o contexto nacional e internacional que influenciarão a evolução daquelas áreas. 	

Fonte: Edição do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, 2008, pág. 6.

ANEXO II

Localização dos Estabelecimentos Comerciais



Fonte: Comércio e Serviços no âmbito da análise das Perspectiva Sectoriais da Região Centro (Novembro, 2005)

ANEXO III

Dimensões do Modelo Endógeno a ter em conta para o Desenvolvimento Rural e Tendências emergentes comportamentais e motivacionais dos turistas⁵⁵

⁵⁵ A informação apresentada não se encontra correlacionada, apenas se pretende demonstrar que numa perspectiva de aproveitamento dos recursos instalados no meio local, face às novas tendências, seria possível a partir da actividade turística gerar dinâmicas que invertessem a causalidade circular negativa dos territórios de baixa densidade.

Dimensões do Modelo Endógeno a ter conta para o Desenvolvimento Rural		Tendências emergentes comportamentais e motivacionais dos turistas (visão dos especialistas)	
Dimensão	Teoria Endógena	Quem	O Quê
Força Dinâmica	Crescimento por via de aproveitamento dos próprios recursos (naturais, humanos e culturais) de um determinado território	Noel Josephides, Sunvill Holidays	O preço das férias está condicionado também pela atitude dos operadores turísticos. A tendência aponta para férias mais curtas em duração, mas próximas do destino, com menor custo.
Função Central	Fornecimentos de Diversos Produtos e Serviços	Rob Harris, African Conservation Experience	As viagens baseadas no conhecimento e nas experiências, aliadas ao voluntariado, deverão registar um crescimento considerável, como consequência da baixa do crédito e da recessão, que leva as pessoas a pensar outras formas de fazer férias. Mais do que nunca o turismo deve focar a sua promoção na questão das vivências possíveis no destino.
Meio Básico	Iniciativa e Empreendedorismo Local	Jean-François Gourdon, Mónaco Tourism Authority	As viagens para destinos de proximidade, devido aos constrangimentos de tempo, dinheiro e energia, deverão registar um acréscimo acentuado.
Problema Chave	Acesso constrangido e capacidade limitada das áreas/actores rurais de participar em actividades conducentes ao desenvolvimento sócio-económico local.	David Pattison, Voyages Jules Verne	As viagens associadas à natureza e ao bem-estar ganham um novo ímpeto, de novo com o recurso a meios de transporte alternativos como o comboio, e a bicicleta para curtas distâncias
Enfoques Prioritários	Construção de capacidades, habilitações e aptidões locais; Superar a exclusão social, económico e público	Stevie Christie, Wilderness Scotland	O turismo activo assume uma nova dinâmica, com especial incidência nos destinos de proximidade.

Fonte: Adaptado de Diniz e Gerry, 2005, pág. 539 e Plano de Acção da Entidade Regional do Porto e Norte de Portugal, 2009, pág. 11

ANEXO IV

Localização de Moimenta da Beira num Espaço Geográfico Supra Regional

ANEXO V

Receitas e Despesas das Câmaras Municipais na Gestão e Protecção do Ambiente - 2005

Unidade: milhares de euros

	Receitas	Despesas
Portugal	298.052	640.613
Região Norte	69.473	172.645
Douro	5.697	10.751
Alijó	86	260
Armamar	218	262
Carrazeda de Ansiães	0	152
Freixo de Espada à Cinta	9	91
Lamego	1.022	2.382
Mesão Frio	236	328
Moimenta da Beira	239	816
Penedono	1.861	146
Peso da Régua	590	1.275
Sabrosa	81	458
Santa Marta de Penaguião	136	657
São João da Pesqueira	26	512
Sernancelhe	68	346
Tabuaço	0	394
Tarouca	1.022	1.180
Torre de Moncorvo	65	727
Vila Flor	2	328
Vila Nova de Foz Côa	0	398
Vila Real	38	38

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Fonte: <http://www.ccr-n.pt/>

ANEXO VI

População servida por Sistemas de Abastecimento de Água, Sistemas de drenagem de Águas Residuais e Estações de Tratamento de Águas Residuais – Ambiente, 2005

Síntese Estatística da Região NUTS III Douro
Ambiente, 2005

Índice

Unidade: %

	População servida por		
	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de drenagem de águas residuais	Estações de tratamento de águas residuais (ETAR)
Portugal	92	76	64
Região Norte	84	64	55
Douro	97	81	55
Alijó	100	25	25
Armamar	97	88	16
Carrazeda de Ansiães	99	90	20
Freixo de Espada à Cinta	100	90	50
Lamego	95	85	56
Mesão Frio	100	70	30
Moimenta da Beira	99	89	87
Penedono	99	99	97
Peso da Régua	86	80	80
Sabrosa	94	94	45
Santa Marta de Penaguião	100	80	59
São João da Pesqueira	100	100	34
Sernancelhe	95	90	80
Tabuaço	100	100	33
Tarouca	100	90	60
Torre de Moncorvo	99	98	35
Vila Flor	99	99	55
Vila Nova de Foz Côa	100	100	33
Vila Real	99	71	71

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Fonte: <http://www.ccr-n.pt/>

ANEXO VII

Índice Poder de Compra

Síntese Estatística da Região NUTS III Douro

Índice

Poder de Compra

	Indicador <i>per capita</i> de Poder de Compra	Percentagem de Poder de Compra
Portugal	100	100
Região Norte	85,4	30,22
Douro	67,5	1,38
Alijó	51,0	0,07
Armamar	49,2	0,03
Carrazeda de Ansiães	48,6	0,03
Freixo de Espada à Cinta	47,3	0,02
Lamego	77,8	0,20
Mesão Frio	56,2	0,02
Moimenta da Beira	59,4	0,06
Penedono	50,5	0,02
Peso da Régua	73,8	0,12
Sabrosa	52,1	0,03
Santa Marta de Penaguião	51,9	0,04
São João da Pesqueira	51,0	0,04
Sernancelhe	48,4	0,03
Tabuaço	49,2	0,03
Tarouca	56,6	0,04
Torre de Moncorvo	53,2	0,05
Vila Flor	53,3	0,04
Vila Nova de Foz Côa	53,7	0,04
Vila Real	96,1	0,46

Fonte: INE, Estudo Sobre o Poder de Compra Concelhio VII - 2005 (edição 2007)

Fonte: <http://www.ccr-n.pt/>

ANEXO VIII

Contributo para a Definição de uma Tipologia Socioeconómica dos Concelhos da Região Norte

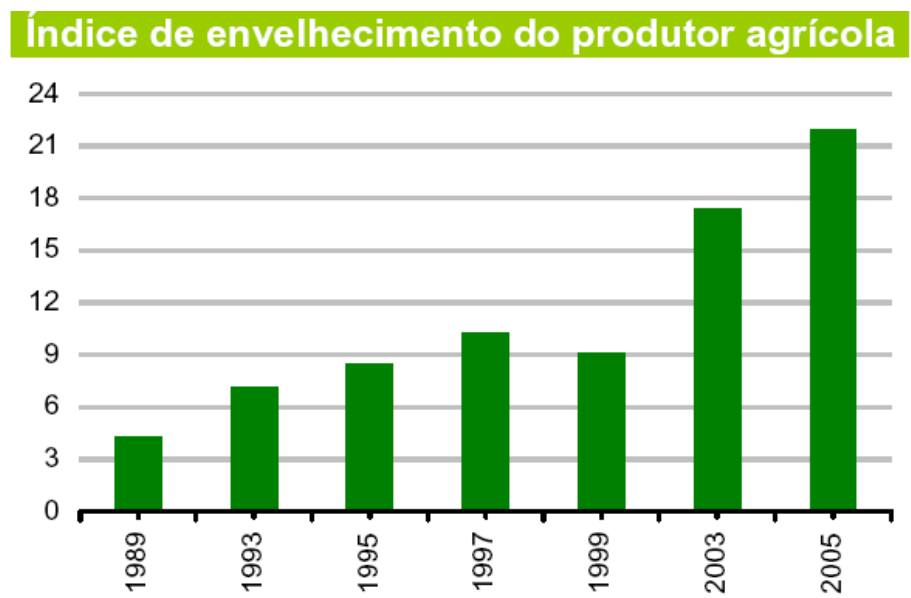
Douro

	Posição de Cada Concelho Face a Cada Factor				
	Excelência	Dinamismo Económico de Base Industrial	Vitalidade Demográfica	Ruralidade	Dimensão Populacional
Alijó	36	70	54	16	47
Armamar	77	65	42	8	73
Carrazeda de Ansiães	65	82	68	9	64
Freixo de Espada à Cinta	34	68	78	24	82
Lamego	14	43	35	48	33
Mesão Frio	46	60	16	39	83
Moimenta da Beira	30	57	56	30	58
Penedono	53	73	70	14	84
Peso da Régua	15	39	43	45	46
Sabrosa	51	77	45	15	74
S. Marta de Penaguião	62	61	47	18	69
S. João da Pesqueira	83	54	51	4	66
Sernancelhe	71	59	57	6	77
Tabuaço	59	50	48	20	78
Tarouca	54	41	29	27	68
Torre de Moncorvo	24	80	83	25	50
Vila Nova de Foz Côa	22	78	80	33	62
Vila Flor	35	48	73	28	67
Vila Real	4	38	53	57	21

Fonte: INE – Direcção Regional Norte

ANEXO IX

Índice de Envelhecimento do Produtor Agrícola



Fonte: Estatísticas Agrícolas 2008, INE

ANEXO X

População Residente e Activa com Profissão, Total e na Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura Segundo a Situação na Profissão

Portugal			Unidade: n.º de pessoas						
NUTS II	População residente	Activa com profissão de 15 e mais anos (a)	Da qual na agricultura, produção animal, caça e silvicultura						
			Total	Empregador	Trabalha- dor por conta própria	Trabalha- dor familiar não remunera- do	Trabalha- dor por conta de outrem	Membro activo de cooperativa	Outra situação
Portugal									
15 - XII - 1950 (b)	8 441 312	3 196 482	1 523 118	141 069	290 570	172 389	914 311	//	4 779
15 - XII - 1960	8 889 392	3 315 639	1 398 265	78 647	293 963	185 195	839 621	//	839
15 - XII - 1970	9 611 125	3 163 855	965 930	18 180	353 990	108 400	480 360	//	5 000
16 - III - 1981	9 833 014	3 828 264	705 252	8 518	350 317	81 483	256 415	7 705	814
15 - IV - 1991	9 862 540	4 127 570	418 778	25 222	209 626	42 722	138 358	1 340	1 460
12 - III - 2001	10 356 117	4 650 947	215 598	51 442	54 488	15 377	92 586	248	1 457
Continente									
15 - XII - 1950 (b)	7 856 913	3 005 110	1 413 200	136 714	269 123	158 483	844 383	//	4 497
15 - XII - 1960	8 292 975	3 126 245	1 297 283	76 270	275 168	174 584	770 447	//	814
15 - XII - 1970	8 074 975	2 988 170	895 260	17 100	328 985	99 555	444 750	//	4 870
16 - III - 1981	9 336 760	3 659 954	664 681	7 961	329 603	77 613	241 050	7 670	784
15 - IV - 1991	9 371 319	3 945 501	390 046	24 129	193 265	40 494	129 423	1 323	1 412
12 - III - 2001	9 869 343	4 450 711	197 766	47 608	47 631	14 107	86 777	236	1 407
Norte	3 667 293	1 656 103	74 780	20 715	19 306	7 308	26 855	50	546
Centro	2 348 397	1 006 373	64 688	16 470	19 168	5 754	22 715	40	541
Lisboa	2 661 850	1 264 673	12 235	2 588	1 470	201	7 860	14	102
Alentejo	776 585	323 167	38 089	6 099	5 322	597	25 777	131	163
Algarve	395 218	180 395	7 974	1 736	2 365	247	3 570	1	55
Açores									
15 - XII - 1950 (b)	317 409	108 243	65 454	3 427	12 661	8 120	41 056	//	190
15 - XII - 1960	327 480	107 124	60 159	1 888	12 618	6 858	38 774	//	21
15 - XII - 1970	285 015	86 615	40 220	555	14 800	3 760	21 050	//	55
16 - III - 1981	243 410	77 342	22 310	363	10 636	2 189	9 107	10	5
15 - IV - 1991	237 795	84 036	14 137	720	7 277	1 134	4 965	16	26
12 - III - 2001	241 763	94 728	9 763	1 999	3 669	429	3 636	8	22
Madeira									
15 - XII - 1950 (b)	266 990	83 129	44 464	928	8 786	5 786	28 872	//	92
15 - XII - 1960	268 937	82 270	40 823	489	6 177	3 753	30 400	//	4
15 - XII - 1970	251 135	89 070	30 450	525	10 205	5 085	14 580	//	75
16 - III - 1981	252 844	90 968	18 261	194	10 078	1 681	6 258	25	26
15 - IV - 1991	253 426	98 033	14 595	373	9 084	1 144	3 970	1	23
12 - III - 2001	245 011	105 508	8 069	1 835	3 188	841	2 173	4	28

Origem: INE, Recenseamento Geral da População.

Nota: Da população activa, em 15-XII-1960, foram excluídas as pessoas desempregadas e as que se encontravam a prestar serviço militar.

Os dados de 1970 foram estimados a 20%.

(a) De 10 e mais anos, nos recenseamentos de 15-XII de 1960 e 1970; de 12 e mais anos nos recenseamentos de 16-III-1991 e 15-IV-1991.

(b) População presente.

Fonte: Estatísticas Agrícolas 2008, INE

ANEXO XI

***Número de Empresas com Sede nos Concelhos de Moimenta da Beira, Armamar,
Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca e Região do Douro segundo CAE Rev. 2, em
2003***

Classificação das Actividades Económicas	Moimenta da Beira	Armamar	Sernancelhe	Tabuaço	Tarouca	Douro
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	264	224	145	141	98	3.108
Pesca						
Indústrias extractivas	2	1	3	1	1	47
Indústrias transformadoras	66	34	49	28	40	1.245
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	-	-	-	-	-	8
Construção	129	46	86	74	102	2.495
Com. Grosso e retalho; repar. de veíc. Autom., motoc. e bens	468	169	188	206	229	6.270
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	86	42	58	53	54	1.897
Transportes, armazenagem e comunicações	35	27	29	46	25	745
Actividades financeiras	18	15	8	12	24	528
Act. Imobiliárias, alugueres e serviços prest. às empresas	25	16	8	14	20	876
Administração pública						
Educação						
Saúde e acção social						
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	33	19	13	15	13	656
Famílias com empregados domésticos						
Organismos internacionais e outras inst. extraterritoriais						
TOTAL	1.126	593	587	590	606	18.575

Fonte: INE, Censos 2001

Fonte: Rede Social, Pré Diagnóstico. Município de Moimenta da Beira, 2005

ANEXO XII

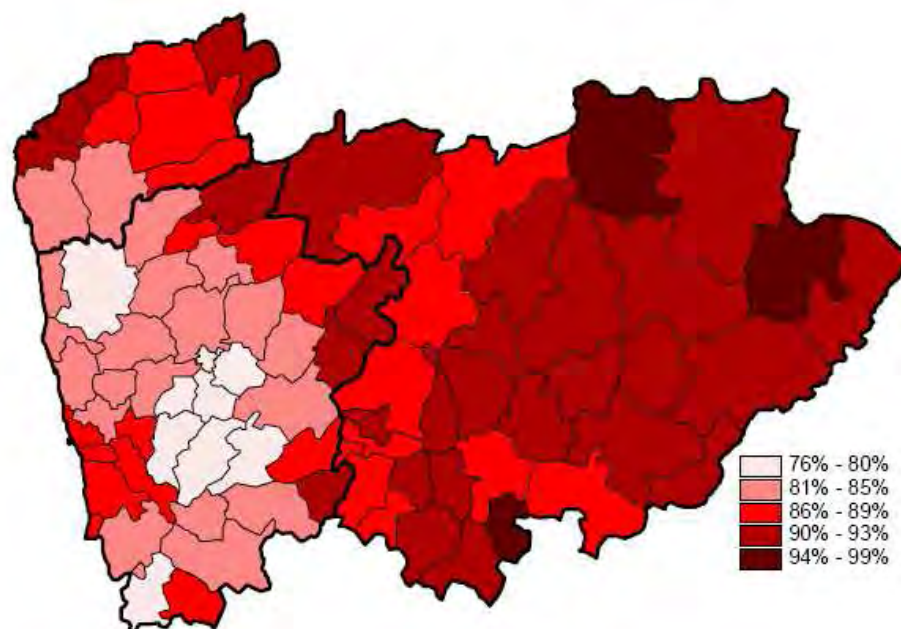
Empresas por município da sede, segundo CAE Rev., 31 Dez. 2006

Unidade: N.º												Unit: No.
	Total	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	M a O
Entre Douro e Vouga	30 619	755	21	6 008	13	4 688	10 294	2 190	534	769	3 272	2 075
Arouca	2 049	249	8	288	1	517	518	135	73	30	117	113
Oliveira de Azeméis	7 369	261	6	1 679	2	901	2 428	438	126	214	732	582
Santa Maria da Feira	15 262	147	6	3 024	6	2 673	5 175	1 155	234	325	1 604	913
São João da Madeira	3 660	23	0	619	1	239	1 375	275	52	136	636	304
Vale de Cambra	2 279	75	1	398	3	358	798	187	49	64	183	163
Douro	19 082	2 851	53	1 280	14	2 673	6 435	2 334	692	479	1 182	1 089
Alijó	1 163	232	0	98	0	134	357	162	52	21	59	48
Armamar	614	200	1	31	0	62	177	63	27	11	18	24
Carrazeda de Ansiães	632	159	1	53	1	64	187	79	23	8	24	33
Freixo de Espada à Cinta	313	75	0	24	0	37	91	36	11	6	15	18
Lamego	2 351	262	2	138	1	411	875	256	58	81	141	126
Mesão Frio	364	52	0	22	1	62	119	42	10	7	20	29
Moimenta da Beira	1 054	145	2	62	1	132	446	119	38	13	46	50
Penedono	309	45	3	26	0	45	115	34	15	5	8	13
Peso da Régua	1 602	229	2	108	0	173	573	191	63	42	106	115
Sabrosa	556	132	2	34	0	82	160	56	30	11	30	19
Santa Marta de Penaguião	708	210	0	41	0	121	182	59	22	6	27	40
São João da Pesqueira	829	268	4	47	0	84	209	95	27	9	54	32
Semancelhe	543	68	3	56	0	97	186	65	24	9	18	17
Tabuaço	546	87	1	27	0	74	196	65	35	13	24	24
Tarouca	653	53	1	45	0	120	244	68	21	31	45	25
Torre de Moncorvo	811	101	1	67	0	87	293	122	34	15	44	47
Vila Flor	700	135	3	61	0	92	233	93	25	9	28	21
Vila Nova de Foz Côa	764	101	9	66	2	93	253	124	25	22	27	42
Vila Real	4 570	297	18	274	8	703	1 539	605	152	160	448	366
Alto Trás-os-Montes	21 532	3 178	81	1 449	22	2 998	6 912	3 036	737	511	1 226	1 382

Fonte: Anuário Estatístico 2006, INE

ANEXO XIII

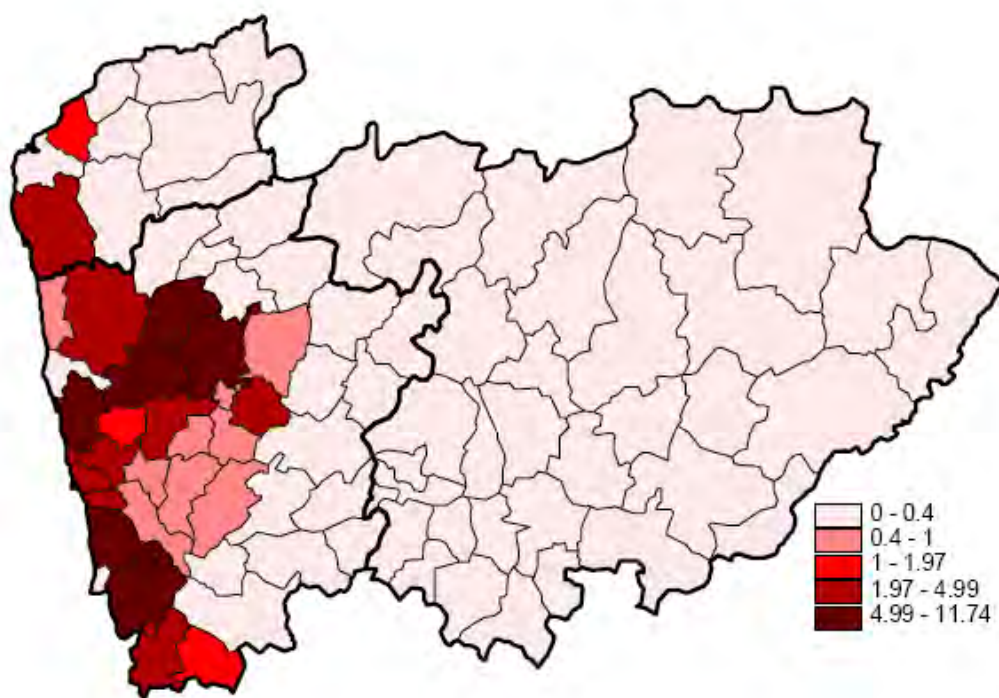
Proporção de Estabelecimentos com menos de 10 pessoas ao serviço, 2004



Fonte: Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte – PROT – Norte. Estruturas e Dinâmicas Produtivas na Região Norte, Versão Provisória. Maio 2007

ANEXO XIV

Exportações Concelhias em proporção do total da Região Norte, 2004



Fonte: Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte – PROT – Norte. Estruturas e Dinâmicas Produtivas na Região Norte, Versão Provisória. Maio 2007

ANEXO XV

Exportações de Mercadorias, 2000-2006

Síntese Estatística da Região NUTS III Douro

Índice

Exportações de mercadorias

milhares de euros

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Portugal	26.378.763	27.322.792	28.097.844	27.889.811	29.576.450	29.391.911	33.745.125
Região Norte	11.476.515	11.910.635	12.131.888	12.439.096	12.653.926	12.557.586	13.782.994
Douro	68.114	51.261	41.620	77.502	78.610	70.171	68.516
Alijó	275	677	694	4.117	948	1.405	1.852
Armamar	125	106	227	150	112
Carrazeda de Ansiães	-	62	...	107
Freixo de Espada à Cinta	1.134
Lamego	214	192	300	563	420	625	1.111
Mesão Frio	104	...	105	335	171	143	113
Moimenta da Beira	162	126	60	802
Penedono	-	0	...	-	95	-	...
Peso da Régua	5.491	8.079	8.237	6.906	5.157	4.851	4.187
Sabrosa	3.612	4.985	4.580	5.021	4.201	4.783	5.445
Santa Marta de Penaguião	...	192	308	2.843	3.632	2.491	1.259
São João da Pesqueira	61	117	294	1.271	2.355	2.813	2.613
Sernancelhe	...	2.710	2.331	4.074	5.834	4.635	4.387
Tabuaço	3.139	132	491	6.687	6.958	7.799	8.292
Tarouca	52	...	78	286	553	430	372
Torre de Moncorvo	400	20	405	478
Vila Flor	3.023	...	381	...	233
Vila Nova de Foz Côa	93	258	1.118	1.451	1.866
Vila Real	47.013	18.966	9.144	42.995	45.218	37.036	34.412

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Nota: Comércio internacional declarado, por município de sede dos operadores. Os valores apresentados referem-se ao total das Saídas de mercadorias, abrangendo quer o comércio intracomunitário (Expedições), quer o extracomunitário (Exportações).

(...) dados com segredo estatístico; (X) Dado não disponível

Fonte: <http://www.ccr-n.pt>

ANEXO XVI

Indicadores Demográficos

Síntese Estatística da Região NUTS III Douro

Índice

Indicadores Demográficos

	Área (2006)	População Residente (31-XII-2006)	Densidade Populacional (2006)	Crescimento Populacional		Taxa Bruta de Natalidade (2006)	Taxa Bruta de Mortalidade (2006)	Jovens (0-14 anos) (2006)	Maiores de 64 anos (2006)	Índice de Envelhecimento (2006)	Saldo migratório 1992-2001	Projeção da População residente em 2020 segundo o cenário base
				1991-2001	2001-2006							
	km ²	indivíduos	hab./km2	%	%	‰	‰	%	%	nº	milhares de indivíduos	milhares de indivíduos
Portugal	92.090,1	10 599 095	115,1	3,7	2,6	10,0	9,6	15,5	17,3	111,7	259,8	10.489
Região Norte	21.286,4	3 744 341	175,9	4,4	2,1	9,6	8,3	16,1	15,0	93,3	35,7	3.725
Douro	4.108,1	214.045	52,1	-8,7	-2,3	8,2	11,8	13,8	20,1	146,2	-15,7	208,2
Alijó	297,6	13.722	46,1	-13,9	-2,6	6,7	11,8	11,7	23,0	196,4	-1,5	X
Armamar	117,2	7.217	61,6	-15,3	-2,3	6,5	11,2	13,2	21,0	158,3	-0,9	X
Carrazeda de Ansiães	279,2	7.026	25,2	-18,8	-6,4	6,5	15,4	10,8	28,2	260,2	-1,1	X
Freixo de Espada à Cinta	244,2	3.931	16,1	-16,7	-4,0	5,6	15,5	10,7	31,4	292,2	-0,3	X
Lamego	165,4	26.484	160,1	-8,6	-4,3	8,9	12,1	14,7	17,3	118,0	-2,8	X
Mesão Frio	26,7	4.524	169,7	-12,6	-6,3	10,5	9,7	15,4	17,6	114,7	-0,7	X
Moimenta da Beira	220,0	11.030	50,1	-12,0	0,9	7,7	10,4	14,9	20,2	135,8	-1,2	X
Penedono	133,7	3.346	25,0	-9,0	-2,0	7,4	15,8	13,1	24,4	186,5	-0,1	X
Peso da Régua	94,9	17.492	184,4	-14,6	-5,4	8,7	12,3	14,8	16,2	109,6	-3,1	X
Sabrosa	156,9	6.711	42,8	-7,6	-3,5	8,3	13,7	12,8	22,7	177,4	-0,3	X
Santa Marta de Penaguião	69,3	8.252	119,1	-13,4	-2,5	5,9	11,8	12,9	21,1	164,1	-1,0	X
São João da Pesqueira	266,1	8.202	30,8	-11,6	-3,9	8,7	11,2	14,7	20,4	138,7	-1,0	X
Sernancelhe	228,6	6.104	26,7	-12,8	-0,9	7,5	12,6	13,5	22,2	163,8	-0,6	X
Tabuaço	133,9	6.359	47,5	-15,9	-4,8	7,0	15,5	13,4	21,4	160,0	-1,0	X
Tarouca	100,1	8.357	83,5	-15,2	1,8	11,2	9,0	15,8	17,1	108,7	-1,4	X
Torre de Moncorvo	531,6	9.134	17,2	-11,4	-5,8	6,0	17,2	10,1	30,0	296,4	-0,4	X
Vila Flor	265,8	7.625	28,7	-12,1	-2,3	6,3	13,6	11,3	24,0	212,7	-0,7	X
Vila Nova de Foz Côa	398,2	8.106	20,4	-5,8	-3,3	7,1	12,9	10,9	28,6	261,6	0,3	X
Vila Real	378,8	50.423	133,1	6,4	1,4	9,4	9,3	15,2	15,8	103,7	2,1	X

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Notas: A densidade populacional, o crescimento populacional e os indicadores de estrutura etária são avaliados com base em estimativas atualizadas da população residente a 31-XII.

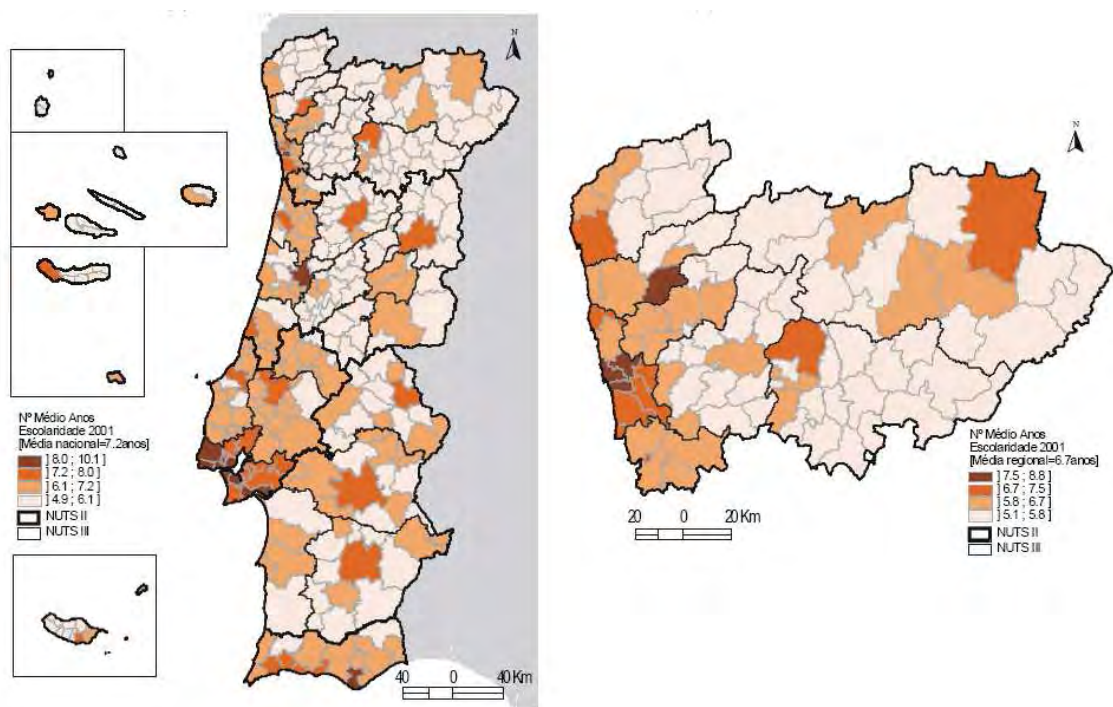
O saldo migratório apresentado traduz uma estimativa dos saldos acumulados durante um período de dez anos (1992 a 2001).

(X) Dado não disponível

Fonte: <http://www.ccr-n.pt/>

ANEXO XVII

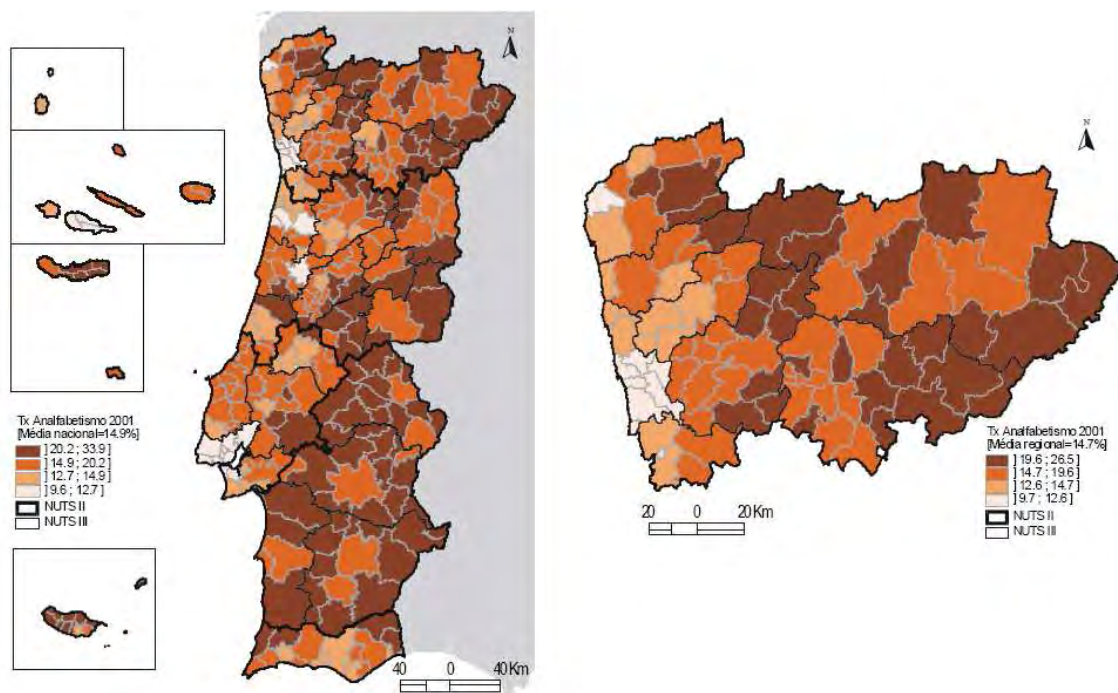
N.º Médio de Anos de Escolaridade por concelho, 2001



Fonte: Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social –Volume 3 – Região Norte, pág. 138

ANEXO XVIII

Taxa de Analfabetismo por concelho, 2001



Fonte: Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social –Volume 3 – Região Norte, pág. 140

ANEXO XIX

Desemprego Registrado NUT III Douro

Síntese Estatística da Região NUTS III Douro

Índice

Desemprego Registrado

unidade: n.º de indivíduos

	2004	2005	2006	2007
Portugal (Continente)	451.155	466.113	447.994	397.872
Região Norte	200.099	214.697	208.265	184.140
Douro	10.175	10.754	11.043	10.375
Alijó	508	542	550	555
Armamar	333	337	349	306
Carrazeda de Ansiães	261	261	236	221
Freixo de Espada à Cinta	171	170	209	224
Lamego	1.731	1.912	1.901	1.675
Mesão Frio	443	451	410	395
Moimenta da Beira	430	459	461	475
Penedono	108	140	166	126
Peso da Régua	852	889	941	911
Sabrosa	321	330	299	302
Santa Marta de Penaguião	422	407	440	397
São João da Pesqueira	269	285	328	281
Sernancelhe	146	180	204	178
Tabuaço	261	320	380	317
Tarouca	390	439	451	377
Torre de Moncorvo	447	470	459	432
Vila Flor	310	329	374	343
Vila Nova de Foz Côa	231	219	217	210
Vila Real	2.541	2.614	2.668	2.650

Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional

Nota: Número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego, por concelho de residência (média anual dos valores em fim de mês)

Fonte: <http://www.ccr-n.pt/>

ANEXO XX

***Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por município, segundo
o sector de actividade e o sexo, 2005***

Unidade: N.º

Unit: No.

	Total			Primário CAE: A - B			Secundário CAE: C - F			Terciário CAE: G - Q		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Entre Douro e Vouga	27 233	132	45 402	29 007	16 395	21 847	11 141	10 706
Arouca	3 283	2 185	1 098	143	117	26	1 986	1 445	541	1 154	623	531
Oliveira do Azeméis	18 029	11 480	6 549	96	51	45	13 125	8 880	4 245	4 808	2 549	2 259
Santa Maria da Feira	31 403	18 413	12 990	131	78	53	20 291	12 685	7 606	10 981	5 650	5 331
São João da Madeira	4 385	0	5 624	3 017	2 607	3 430	1 652	1 778
Vale de Cambra	5 870	3 659	2 211	20	12	8	4 376	2 980	1 396	1 474	667	807
Douro	10 806	580	...	6 257	...	17 309	8 377	8 932
Alijó	1 207	736	471	181	131	50	378	292	86	648	313	335
Armamar	613	386	227	77	50	27	246	191	55	290	145	145
Carraceda de Ansiães	424	234	190	31	23	8	103	83	20	290	128	162
Freixo de Espada à Cinta	420	241	179	34	24	10	119	110	9	267	107	160
Lamego	3 545	2 094	1 451	168	109	59	1 190	1 010	180	2 187	975	1 212
Mesão Frio	585	354	231	38	31	7	93	75	18	454	248	206
Moldenda Beira	1 082	672	410	48	25	23	349	307	42	685	340	345
Penedono	0	...	36	...	153	65	88
Peso da Régua	2 595	1 661	934	267	178	89	732	617	115	1 596	866	730
Sabrosa	616	332	284	163	104	59	157	134	23	296	94	202
Santa Marta de Penaguião	525	297	228	90	63	27	175	138	37	260	96	164
São João da Pesqueira	843	550	293	257	177	80	231	201	30	355	172	183
Sernacelhe	552	355	197	8	8	0	248	222	26	296	125	171
Tabuaço	439	280	159	79	55	24	178	147	31	182	78	104
Tarouca	1 105	834	271	47	40	7	385	318	67	673	476	197
Torre de Moncorvo	948	588	360	33	23	10	180	156	24	735	409	326
Vila Flor	602	362	240	37	24	13	237	187	50	328	151	177
Vila Nova de Foz Côa	736	409	327	125	87	38	191	168	23	420	154	266
Vila Real	9 623	5 358	4 265	107	58	49	2 322	1 865	457	7 194	3 435	3 759
Alto Trás-os-Montes	23 232	371	7 571	6 301	1 270	15 290	7 163	8 127

Fonte: Anuário Estatístico 2006, INE

ANEXO XXI

***Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por município, segundo
o nível de habilitações, 2005***

Unidade: N.º		Unit No.						
	Total	Nível de habilitações						
		Inferior ao 1º ciclo do ensino básico	1º ciclo do ensino básico	2º ciclo do ensino básico	3º ciclo do ensino básico	Ensino secundário	Bacharelato	Licenciatura
Entre Douro e Vouga	67 640	1 049	19 473	20 476	12 012	8 784	1 532	4 085
Arouca	3 283	20	812	1 270	727	307	36	107
Oliveira de Azeméis	18 029	279	4 984	5 967	3 359	2 129	301	977
Santa Maria da Feira	31 403	483	9 616	9 017	5 070	4 113	813	2 121
São João da Madeira	9 055	183	2 459	2 610	1 641	1 389	221	536
Vale de Cambra	5 870	84	1 602	1 612	1 215	846	161	344
Douro	7 770	5 427	5 435	4 427	773	1 893
Alijó	1 207	30	476	260	197	159	18	64
Armamar	613	21	192	124	132	100	8	33
Carrazeda de Ansiães	424	20	143	107	71	52	13	18
Freixo de Espada à Cinta	420	31	185	80	54	42	6	20
Lamego	3 545	60	1 109	891	671	563	50	175
Mesão Frio	585	10	204	104	108	110	10	39
Moimenta da Beira	1 082	15	331	290	206	173	23	37
Penedono	98	29	27	23	4	8
Peso da Régua	2 595	107	852	539	469	413	44	160
Sabrosa	616	17	209	139	103	87	7	47
Santa Marta de Penaguião	525	18	198	100	105	59	9	31
São João da Pesqueira	843	30	402	116	110	102	14	53
Semancelhe	552	7	190	145	75	100	8	26
Tabuaço	439	54	159	88	40	71	6	14
Tarouca	1 105	10	266	252	291	98	16	24
Torre de Moncorvo	948	7	370	171	164	165	35	31
Vila Flor	602	8	235	128	118	73	12	26
Vila Nova de Foz Côa	736	12	260	181	134	83	18	32
Vila Real	9 623	148	1 891	1 683	2 360	1 954	472	1 055

Fonte: Anuário Estatístico 2006, INE

ANEXO XXII

Evolução do N.º de Declarações de IRS, (1999-2006)

Síntese Estatística da Região NUTS III Douro

Índice

Declarações de IRS

Unidade: N°

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Portugal	3.499.245	3.780.276	3.921.529	4.066.822	4.218.319	4.278.433	4.387.410	4.401.716
Região Norte	1.179.863	1.266.117	1.307.820	1.358.444	1.399.825	1.418.576	1.465.174	1.468.717
Douro	51.627	58.956	60.867	62.947	67.888	70.914	79.664	79.380
Alijó	2.613	3.032	3.151	3.137	3.387	3.670	5.614	5.087
Armamar	1.364	1.546	1.618	1.742	1.865	1.938	2.005	1.988
Carraceda de Ansiães	1.304	1.473	1.570	1.604	1.673	1.763	1.846	1.803
Freixo de Espada à Cinta	870	1.190	1.192	1.202	1.254	1.313	1.361	1.356
Lamego	7.422	8.152	8.422	8.681	9.002	9.299	9.668	9.765
Mesão Frio	1.171	1.339	1.436	1.472	1.572	1.628	2.171	2.210
Moimenta da Beira	2.180	2.482	2.557	2.703	2.839	2.959	3.015	3.027
Penedono	629	753	793	844	886	933	1.078	1.013
Peso da Régua	5.233	6.535	6.379	6.542	8.356	8.594	8.908	8.972
Sabrosa	1.593	1.862	1.964	2.027	2.232	2.354	3.318	3.326
Santa Marta de Penaguião	1.633	1.923	2.035	2.224	2.401	2.556	4.043	4.056
São João da Pesqueira	1.444	1.712	1.820	1.927	2.112	2.278	2.408	2.441
Sernancelhe	1.161	1.389	1.438	1.489	1.546	1.636	1.702	1.701
Tabuaço	1.469	1.651	1.768	1.810	1.956	1.984	2.040	1.990
Tarouca	1.427	1.624	1.745	1.836	2.028	2.138	2.200	2.215
Torre de Moncorvo	2.173	2.561	2.612	2.712	2.685	2.864	3.009	3.017
Vila Flor	1.626	1.858	1.940	1.951	2.056	2.139	2.214	2.198
Vila Nova de Foz Côa	1.979	2.275	2.286	2.315	2.306	2.362	2.552	2.571
Vila Real	14.336	15.599	16.141	16.729	17.732	18.506	20.512	20.644

Fonte: Ministério das Finanças

Fonte: <http://www.ccr-n.pt/>

ANEXO XXIII

Centros de Saúde e suas Extensões por Município, 2005

Unidade: N.º								Unit: No.			
	Total	Com internamento	Sem internamento	Extensões	Camas	Internamentos	Dias de internamento	Pessoal ao serviço			
								Total	Médicos	Pessoal de enfermagem	Outro
Entre Douro e Vouga	5	0	5	43	0	0	0	535	172	111	252
Arouca	1	0	1	4	0	0	0	70	14	14	42
Oliveira de Azeméis	1	0	1	13	0	0	0	121	41	24	56
Santa Maria da Feira	1	0	1	22	0	0	0	238	89	48	101
São João da Madeira	1	0	1	1	0	0	0	49	14	13	22
Vale de Cambra	1	0	1	3	0	0	0	57	14	12	31
Douro	20	5	15	57	70	725	8 826	762	152	230	380
Alijó	1	1	0	12	18	263	4 013	73	9	23	41
Armamar	1	0	1	1	0	0	0	32	5	6	21
Carrizosa de Ansilães	1	0	1	0	0	0	0	37	6	12	19
Freixo de Espada à Cinta	1	1	0	5	4	193	820	23	3	7	13
Lamego	1	0	1	8	0	0	0	54	17	11	26
Mesão Frio	1	0	1	0	0	0	0	26	3	6	17
Molimenta da Beira	1	0	1	3	0	0	0	34	9	10	15
Penedono	1	0	1	0	0	0	0	12	2	3	7
Peso da Régua	1	0	1	7	0	0	0	59	11	21	27
Sabrosa	1	0	1	4	0	0	0	27	5	9	13
Santa Marta de Penaguião	1	0	1	2	0	0	0	30	6	9	15
São João da Pesqueira	1	0	1	1	0	0	0	33	7	10	16
Semancóelhe	1	0	1	1	0	0	0	19	4	6	9
Tabuaço	1	0	1	0	0	0	0	21	5	6	10
Tarouca	1	0	1	0	0	0	0	25	6	8	11
Torre de Moncorvo	1	1	0	4	18	12	238	43	7	16	20
Vila Flor	1	1	0	0	18	146	1 359	48	6	13	29
Vila Nova de Foz Côa	1	1	0	5	12	111	2 396	39	6	11	22
Vila Real	2	0	2	4	0	0	0	127	35	43	49
Alto Trás-os-Montes	15	5	10	96	69	1 636	15 190	847	162	258	427

Fonte: Anuário Estatístico 2006, INE

ANEXO XXIV

***Despesas das câmaras municipais em actividades culturais e de desporto por
município, 2005***

Unidade: milhares de euros

Unit: thousands euros

	Total de despesas	Despesas correntes										
		Total	das quais									
			Património		Publicações e literatura		Música	Artes cénicas	Actividades socio-culturais	Recintos culturais	Jogos e desportos	
			Total	Museus	Total	Bibliotecas					Total	Recintos
Entre Douro e Vouga	18 646	12 125	1 011	624	1 742	1 323	1 292	1 544	1 578	69	4 106	1 366
Arouca	1 852	691	0	0	121	110	84	65	96	0	308	234
Oliveira de Azeméis	3 062	1 283	95	3	356	309	285	20	88	0	408	0
Santa Maria da Feira	7 508	6 591	556	475	569	350	693	1 441	1 039	26	1 755	0
São João da Madeira	4 777	2 510	221	86	448	323	200	9	193	37	1 176	834
Vale de Cambra	1 446	1 051	139	60	248	231	29	8	163	6	459	299
Douro	24 094	12 423	556	153	1 373	813	1 072	422	3 356	1 181	2 620	785
Alijó	1 495	1 298	2	0	233	135	138	44	310	146	390	296
Armamar	277	222	81	0	22	20	0	0	113	0	6	1
Carrizada de Ansães	841	450	0	0	48	3	110	10	191	0	6	0
Freixo de Espada à Cinta	614	540	38	0	84	67	57	4	215	3	45	5
Lamego	1 852	1 026	8	8	127	108	60	21	96	0	226	0
Mesão Frio	72	72	0	0	7	0	24	0	25	0	14	0
Moimenta da Beira	790	543	53	0	0	0	2	5	161	0	154	0
Penedono	237	237	0	0	51	2	33	5	47	0	56	0
Peso da Régua	732	494	0	0	10	5	4	0	107	0	100	100
Sabrosa	303	179	10	0	56	56	16	10	74	0	13	0
Santa Marta de Penaguião	394	262	0	0	69	38	0	0	107	0	73	3
São João da Pesqueira	1 495	875	38	18	14	14	0	0	674	64	85	0
Sernancelhe	1 481	398	0	0	21	1	4	41	189	0	28	5
Tabuaço	479	243	0	0	23	0	17	1	159	0	2	0
Tarouca	2 849	765	8	0	57	25	46	0	200	63	211	80
Torre de Moncorvo	2 246	836	0	0	205	141	257	5	150	5	192	0
Vila Flor	1 044	560	2	2	97	94	32	14	191	11	205	36
Vila Nova de Foz Côa	909	705	138	19	85	33	0	0	218	0	110	0
Vila Real	5 985	2 720	179	106	164	70	273	264	129	889	706	259
Alto Trás-os-Montes	28 155	12 623	934	294	883	528	978	486	2 361	149	3 445	719

Fonte: Anuário Estatístico 2006, INE

ANEXO XXV

***Normas Específicas do Projecto de Urbanismo Comercial da Vila de Moimenta
da Beira***

SISTEMA DE INCENTIVOS A PROJECTOS DE URBANISMO COMERCIAL

(URBCOM)

(Regulamento anexo à Portaria nº 188/2004, de 26 Fevereiro)

NORMAS ESPECÍFICAS

DO

PROJECTO GLOBAL DE URBANISMO

COMERCIAL

PROJECTO DE

"REQUALIFICAÇÃO URBANA DE MOIMENTA DA BEIRA"

equipamentos de exposição e decoração - bem como a adequação exterior das fachadas dos edifícios, em especial, pintura e revestimento dos vãos, com a respectiva remoção de elementos dissonantes, designadamente, portas, reclamos e toldos, procedendo-se à sua substituição a fim de se perspetivar uma imagem global qualificada da área de intervenção;

2.2- O reforço de uma oferta comercial qualificada, quer através do apoio a novos e jovens empresários, quer através da criação de condições de requalificação e implementação de novas unidades com cariz mais selectivo, eventualmente inseridas em novas marcas ou franquias, ou seja, o incentivo ao desenvolvimento de ramos de comércio especializado e a instalação de estabelecimentos áncora, que permitam reforçar a estrutura comercial, tendo em consideração algumas falhas de mercado, designadamente, actividades ligadas ao comércio de produtos regionais de qualidade, bem como lojas de produtos frescos, nomeadamente, peixarias e que possam contribuir para o desenvolvimento de uma matriz estratégica que potencie a oferta turística e cultural bem como responda às necessidades de fixação dos consumidores residentes.

2.3- Introdução de novas formas de venda e de equipamentos informáticos, no sentido de dar resposta às novas necessidades da gestão, permitindo, igualmente, o funcionamento em rede.

3. As despesas com publicidade (rádio, imprensa ou outras) realizadas individualmente pelas empresas, não são consideradas como elegíveis para apoio financeiro. As acções de promoção e animação da zona de intervenção e de formação profissional, no domínio da gestão e organização empresarial, são passíveis de apoio financeiro através de candidaturas específicas a apresentar pela estrutura associativa envolvida no Projecto.

4º

(Período de Apresentação das Candidaturas)

1. A apresentação dos processos de candidatura dos empresários deverá ser efectuada nos postos de atendimento do Ministério da Economia e da Inovação e encaminhadas de seguida para a entidade gestora, IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, de acordo com nº1 do artigo 7º e com os nºs 1 e 2 do artigo 8º do Regulamento anexo à Portaria nº 188/2004, de 26 de Fevereiro, a partir do dia 26 de Setembro de 2005 e até no dia 27 de Janeiro de 2006.

2. Os investimentos previstos nas candidaturas apresentadas e aprovadas deverão ter a sua concretização efectiva até doze (12) meses após a notificação da aprovação do incentivo.

5º

(Disposições Finais)

1. Em tudo o que não estiver especialmente regulado nas presentes Normas, será aplicável o disposto no Decreto-Lei 76-B/2000 de 5 de Maio e no Regulamento anexo à Portaria nº 188/2004, de 26 de Fevereiro.

2. A DGE e o IAPMEI facultarão, de imediato aos interessados, a legislação referida no número anterior, sempre que for solicitada.

NORMAS ESPECÍFICAS DO PROJECTO GLOBAL DE URBANISMO COMERCIAL

1º

(Objectivos)

1. As presentes Normas, aprovadas pelo Despacho nº 355-XVII/2005/SECSDC de 13 de Setembro de 2005, do Senhor Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, têm por objectivo a definição da área de intervenção do Projecto de Urbanismo Comercial de Requalificação Urbana de Moimenta da Beira, bem como o período de apresentação de candidaturas, nos termos do nº 8 do artigo 6º do Regulamento anexo à Portaria nº 188/2004, de 26 de Fevereiro.

2. O Projecto referido no número anterior foi qualificado como Projecto de Urbanismo Comercial pelo Despacho Nº 556/SEC/2004, de 29 de Março, da Senhora Secretária de Estado da Indústria, Comércio e Serviços, no âmbito da 1ª fase de qualificação de projectos de urbanismo comercial.

2º

(Definição da Área de Intervenção)

1. Os projectos candidatos devem situar-se na área de intervenção aprovada - código 024/URBCOM/2004 - que integra os seguintes eixos urbanos, a que correspondem os códigos:

ÁREA DE INTERVENÇÃO	Código
Rua Dr Sá Carneiro	1
Avenida 25 de Abril	2
Praceta Ferrão Marquês	3
Rua Aquilino Ribeiro	4
Terrço das Flores	5
Rua Eng. Amaro da Costa	6
Rua D. João II	7
Largo General Humberto Delgado (Largo do Tribunal)	8

3º

(Investimentos Complementares)

1. Os projectos candidatos que visem a abertura de novos estabelecimentos, de acordo com nº 4 do artº 13º do Regulamento anexo à Portaria nº 188/2004, de 26 de Fevereiro, ficam ainda obrigados à demonstração da sua contribuição para o equilíbrio da oferta comercial na área de intervenção nos termos apontados no Estudo Global, conforme exposto no número seguinte.

2. O Estudo Global de "Requalificação Urbana de Moimenta da Beira", de um modo geral, aponta:

2.1- Como necessidade primordial a modernização física das unidades empresariais - obras de remodelação e de reequipamento de lay-out, iluminação, renovação do mobiliário e

ANEXO XXVI

Elementos Caracterizadores que Suportam a Candidatura para a Elaboração do Estudo Prévio⁵⁶

⁵⁶ Informação extraída do Caderno de Encargos que acompanhou o processo de concurso por consulta prévia para aquisição de prestação de serviços no âmbito da elaboração do estudo prévio.

A Candidatura foi elaborada com os seguintes elementos:

- Identificação da Área de intervenção (esc. 1/2000);
- Levantamento funcional dos estabelecimentos com CAE elegível no âmbito do URBCOM;
- Levantamento das diferentes tipologias de estabelecimentos (ramos comerciais) com base nas subclasses da CAE (5 dígitos);
- Levantamento das funções urbanas centrais (correios, escolas, tribunal, conservatória, notário, ...);
- Levantamento do património arquitectónico, cultural e ambiental existente na área de intervenção e área envolvente imediata;
- Proposta na criação ou integração numa Unidade de Acompanhamento e Coordenação a criar em protocolo entre a Câmara Municipal e Associação de Comércio e Serviços do Distrito de Viseu;
- Informação sobre projectos ou planos complementares integrados de desenvolvimento da área de intervenção (Plano de Pormenor da Zona Histórica, Plano de Urbanização de Moimenta da Beira, Projecto do Largo do Tabolado, ...);
- Indicação sumária das debilidades e potencialidades da área de intervenção e mérito do projecto;
- Indicação da taxa de adesão dos estabelecimentos comerciais previstos;
- Estimativa do investimento das empresas;
- Estimativa do investimento da Câmara Municipal de Moimenta da Beira;
- Estimativa do investimento da Associação de Comércio e Serviços do Distrito de Viseu (estudo global, promoção da área de intervenção, formação profissional).

ANEXO XXVII

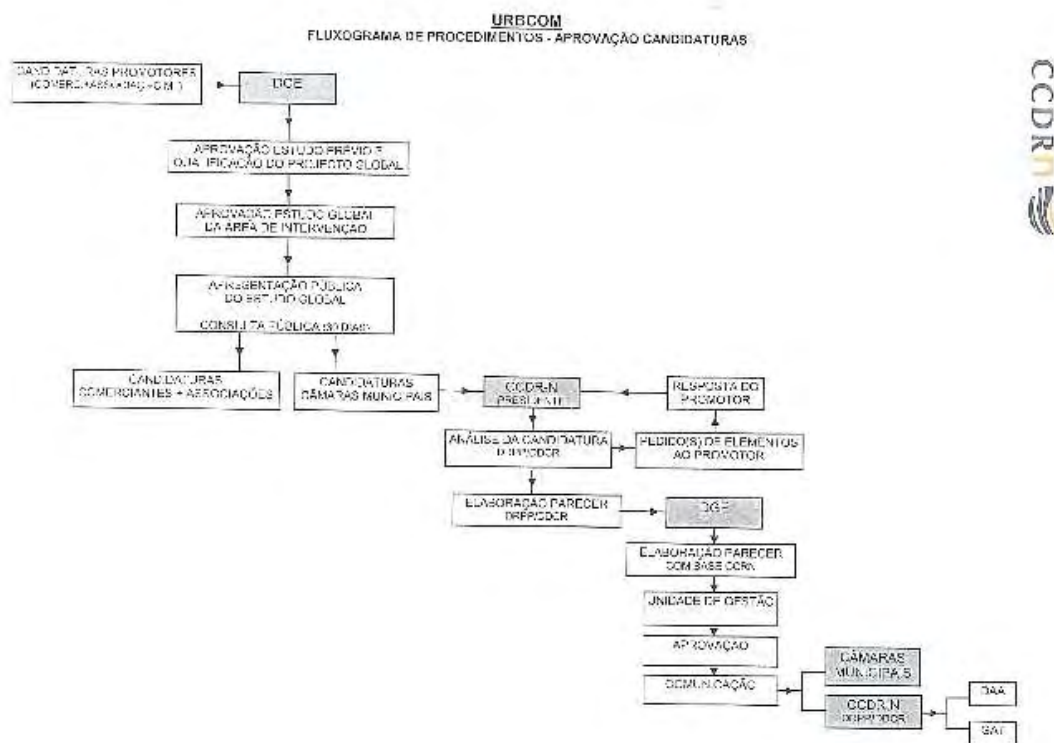
***Cartografia da Área de Intervenção Aprovada no âmbito da homologação da
Qualificação do Projecto Global***



Fonte: Estudo Global - URBCOM da vila de Moimenta da Beira, pág. 65

ANEXO XXVIII

Fluxograma dos Procedimentos para Aprovação de Candidaturas



Fonte: Ofício DRPP/DDCR, N.º7619, datado de 19 Maio 2006, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

ANEXO XXIX

***Mapeamento do Investimento, Despesas Elegíveis e Incentivo da Candidatura da
UAC***

Investimento, Despesas Elegíveis e Incentivo

Alínea	Classificação da Despesa	Investimento Total	Despesa Elegível	Despesa Corrigida	Incentivo
a)	Assistência técnica	3.796,00	3.796,00	3.796,00	2.847,00
b.i)	Retribuição Mensal do Gestor	78.186,43	64.831,20	64.831,20	48.623,40
b.ii)	Retribuição Mensal do Quadro Técnico				
b.iii)	Retribuição Mensal do Assistente Administrativo	26.062,14	21.610,40	21.610,40	16.207,80
c)	Custos com inscrição em acções de Formação Profissional				
d)	Aquisição de equipamento informático e de comunicação	3.727,09	3.727,09	3.727,09	1.863,54
e)	Contratação de serviços	29.150,36	29.150,36	29.150,36	21.862,77
f)	Despesas prevista na alínea b) do nº21 da portaria 188/2004				
g)	Outros Custos não Elegíveis				
	Total	140.922,02	123.115,05	123.115,05	91.404,51

UAC's

Fonte: Contrato de Concessão de Incentivos Financeiros no Âmbito do Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial – Unidades de Acompanhamento e Coordenação

ANEXO XXX

Parametrização dos Critérios de Avaliação

GRELHA DE PONDERAÇÃO DO MODELO DE AVALIAÇÃO COMPARATIVA DA INTENSIDADE DA INTEGRAÇÃO																																													
Critério A (SP: 1)				Critério B (SP: 1)										Critério C (SP: 1)						Critério D (SP: 1)	Critéri o E (SP: 1)	Critério F (SP: 1)										Critério G (SP: 1)			Critério H (SP: 1)										
A 1	A 2	A 3	A 4	B1					B2			B3			B4	C1			C3			C4		F1						F2				F3	G1	G2	G3	H 1	H 2	H 3	H 4	H5			
				1. 1	1. 2	1. 3	1. 4	1. 5	2. 1	2. 2	2. 3	3. 1	3. 2	3. 3		1.1	1.2	1.3	C2			3.1	3.2	4. 1	4. 2	1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	2.1	2.2									2.3	2. 4	5.1	5.2
1				1										1						1	1	1										1			1										
8																																													

Legenda:

SP: Score Ponderado

Parametrização:

Critério A: Divide-se em 4 sub-critérios sendo atribuído 0,25 do de um a cada sub-critério

- Sub-Critério A.1: 0,25 existência das duas tipologias de rede, 50% cumprimento de uma tipologia e 0 se não se verificar nenhuma das duas;
- Sub-Critério A.2: 0,25 estrutura de gestão ao nível local, 50% regional e 0 nacional;
- Sub-Critério A.3: 0,25 governação mista mas com poder de decisão ao nível local; 50% ascendente; 0 descendente;
- Sub-Critério A.4: 0,25 existência de flexibilização; 0 inexistência

Critério B: Divide-se em 4 sub-critérios sendo atribuído 0,25 do de um a cada sub-critério, sendo que cada sub-critério tem outras sub-divisões, que serão de igual modo ponderadas equitativamente.

- Sub-Critério B.1: Cada sub-divisão foi ponderada em 0,0416, a verificação do cumprimento de todas atribui 0,25 ao sub-critério;
- Sub-Critério B.2: Cada sub-divisão foi ponderada em 0,0833, a verificação do cumprimento de todas atribui 0,25 ao sub-critério;
- Sub-Critério B.3: Cada sub-divisão foi ponderada em 0,0833, a verificação do cumprimento de todas atribui 0,25 ao sub-critério. A sub-divisão B.3.2 é calculada em função do n.º de voluntários existentes face à população residente no território alvo;
- Sub-Critério B.4: 0,25 se se comprovar na avaliação contínua a existência de uma aprendizagem colectiva;

Critério C: Divide-se em 4 sub-critérios sendo atribuído 0,25 de um a cada sub-critério, sendo que cada sub-critério tem outras sub-divisões, que serão de igual modo ponderadas equitativamente:

- Sub-Critério C.1: Cada sub-divisão foi ponderada em 0,0833, a verificação do cumprimento de todas atribui 0,25 ao sub-critério. As sub-divisões correspondem à verificação da existência de um carácter integrador no mesmo projecto;
- Sub-Critério C.2: 0,25 se se comprovar na avaliação contínua a existência de uma relação simbiótica entre actores privados e públicos;
- Sub-Critério C.3: Cada sub-divisão foi ponderada em 0,125 de 0,25;
- Sub-Critério C.4: Cada sub-divisão foi ponderada em 0,125 de 0,25, sendo que, e para que lhe seja atribuído o respectivo valor terá de verificar a existência no mínimo de 3 dimensões e de 3 sectores; ao n.º de 2 atribui-se ,metade de 0,125; a verificação do n.º de 1 atribui-se 0;

Critério D: valor 1 se se verificar a convergência para a utilização dos recursos do território no centro do projecto;

Critério E: Cada nível de cooperação foi ponderada em 0,333; a verificação dos três níveis atribui a este critério o valor 1;

Critério F: Cada sub-critério foi ponderada em 0,333:

- Sub-Critério F.1: Cada sub-divisão foi ponderada em 0,0555;
- Sub-Critério F.2: Cada sub-divisão foi ponderada em 0,0832;
- Sub-Critério F.3: 0,333 de ponderação;

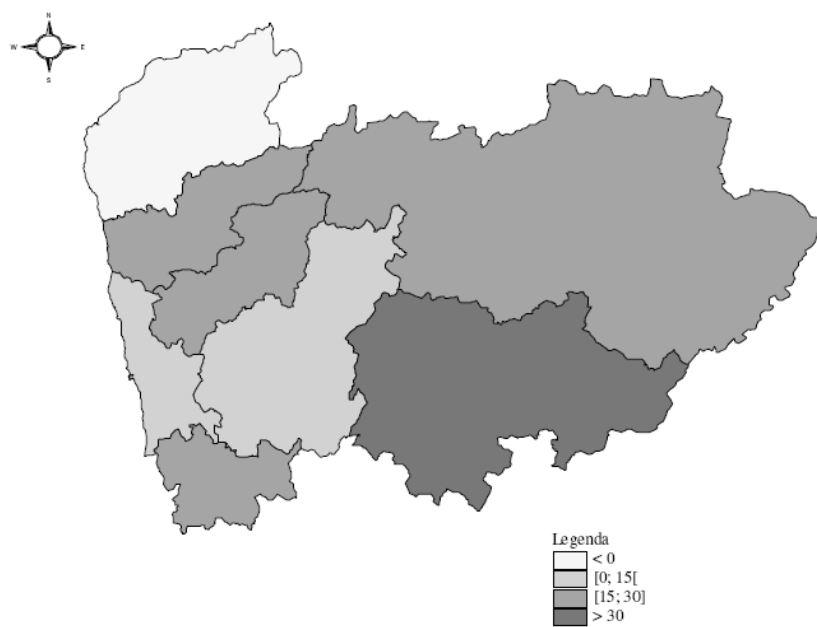
Critério G: Cada sub-critério foi ponderada em 0,333, cujo valor será considerado se corresponder sim

Critério H: A ponderação dos sub-critérios fez-se de forma agrupada, estruturada da seguinte forma $(H.1+H.2+H.3+H.5)= 75\%$ do valor de 1) ou $(H.4+H.5)=100\%$. Caso não se verifique um destes parâmetros o valor será de 0.

Fonte: Elaboração Própria

ANEXO XXXI

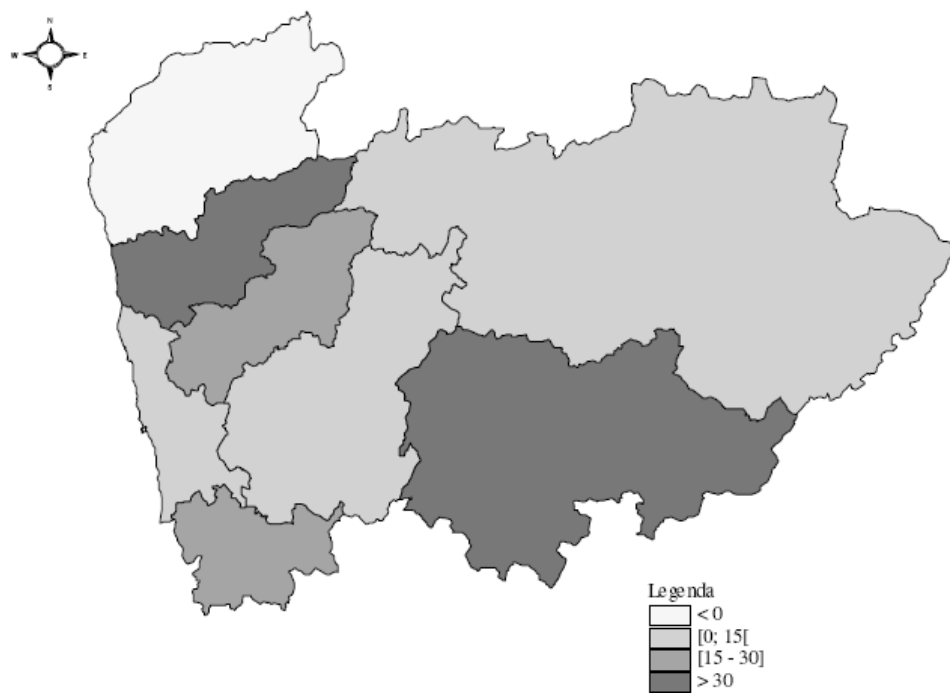
Taxa de Variação das Dormidas, em %, 1997-2001 – Douro



Fonte: http://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/1040/1/revista_1.pdf

ANEXO XXXII

Taxa de Variação dos Hóspedes, em %, 1997-2001 – Douro



Fonte: http://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/1040/1/revista_1.pdf

ANEXO XXXIII

Evolução das Quotas de Mercado por NUT III, em %

NUT III	ANOS				
	1997	1998	1999	2000	2001
ML	10,2%	8,3%	8,2%	7,5%	7,2%
CÁVADO	12,7%	12,2%	14,1%	13,3%	13,0%
AVE	6,0%	7,4%	7,0%	7,1%	6,5%
GP	53,2%	55,4%	52,1%	51,3%	52,5%
TÂMEGA	2,8%	2,5%	2,4%	2,6%	2,5%
EDV	2,5%	2,4%	2,5%	2,6%	2,6%
DOURO	5,2%	4,9%	5,9%	7,4%	7,7%
ATM	7,4%	6,9%	7,9%	8,3%	8,0%

Fonte: http://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/1040/1/revista_1.pdf

ANEXO XXXIV

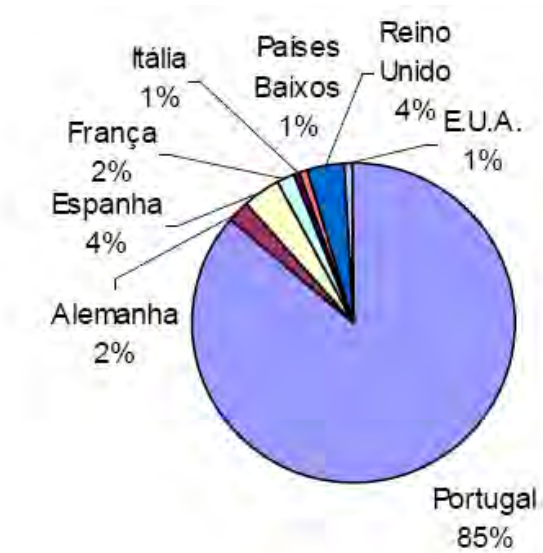
***Taxa de Crescimento médio anual de dormidas em estabelecimentos hoteleiros
entre 1995-2005 – Portugal – Norte - Douro***

	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	TCMA
Portugal	0,5	4,6	10,4	1,0	3,3	-0,7	1,9	-1,0	0,8	4,0	2,5
Norte	6,7	4,4	9,9	2,5	0,6	1,1	7,1	-3,6	5,9	3,2	3,8
Douro	-3,3	16,0	5,2	22,0	25,7	5,3	0,6	-5,8	5,4	-3,8	6,7

Fonte: Plano Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro, pág. 11

ANEXO XXXV

***Distribuição de dormidas em estabelecimentos hoteleiros por nacionalidade
(2006), Douro***



Fonte: Plano Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro, pág. 13

ANEXO XXXVI

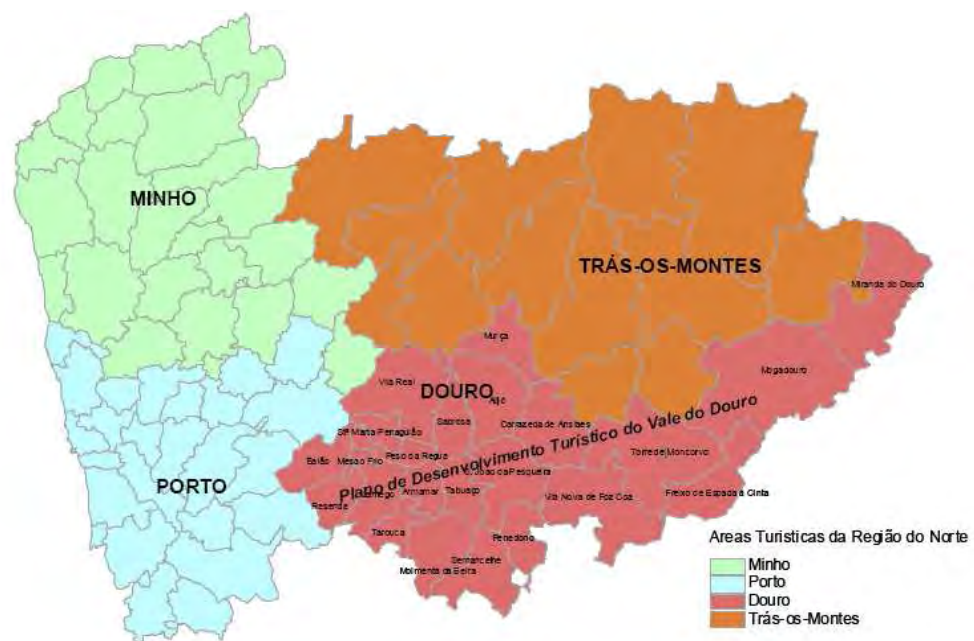
Composição Geográfica do Pólo de Desenvolvimento Turístico do Douro



Fonte: <http://alea-estp.ine.pt/asp/images/1010700.gif>

ANEXO XXXVII

Área de Intervenção do Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro



Fonte: Plano Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro, pág. 11